UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LILACS: a circulação do saber psicológico e a questão do sujeito

Sandra Lúcia Spindola de Magalhães Pinto

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Católica de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profª. Drª. Mariza Vieira da Silva

Brasília
Setembro de 2004

Profª. Drª Mariza Vieira da Silva

Prof. Dr. Wanderley Codo

Profª Drª Marta Helena de Freitas

Prof. Dr. Henrique César da Silva (Suplente)

Ás pessoas. Todas. Com elas desenhei meus contornos.

AGRADECIMENTOS

Ao Rico. Ele sabe porquê. Mostra-me o que é a bondade, essa coisa esquecida.

Ao Luiz Guilherme. Talvez ele não saiba que, a cada dia, me faz uma pessoa melhor. Coloca-me no limiar da loucura e de lá me resgata.

À Mariza. Segurou-me quando, indo de um lugar para o outro, eu não tinha onde me apoiar. Diz, cheia de dor e com a maior determinação: Vamos trabalhar!

Ao Luiz e à Elza, meus pais. Alguns pensam que eles já não estão mais aqui. Mas estão. Se pudessem falar com uma boca que não fosse a minha, diriam hoje, orgulhosos e brutos: Eta, menina danada!

Obrigada.

Sumário

INTRODUÇÃO 5

1. O QUADRO TEÓRICO - METODOLÓGICO 13

2. REVISÃO DA LITERATURA 29

2.1. BASE DE DADOS: HISTÓRIA E MEMÓRIA 29
2.2. BASE DE DADOS: GESTOS DE LEITURA 36

3. ANÁLISE DISCURSIVA DA LILACS 44

3.1. UM MODO DE LER CIÊNCIA 48
3.2. INDECSAR: UMA PRÁTICA HISTÓRICA 83

4. CONCLUSÃO 121

5. REFERÊNCIAS 126

ANEXO 133

FIGURAS

Figura 1 – Fundamentos da BIREME..... 50

Figura 2 – Objetivo da BIREME 51

Figura 3 – Indexação do artigo de Freire (2001) 76

Figura 4 – Descritor Psiquiatria 95

Figura 5 – Descritor Psicologia 97

Figura 6 – Qualificador Psicologia 99

Figura 7 – Descritor Transtornos Mentais 101

Figura 8 – Descritor Psicologia Clínica 103

Figura 9 – Descritor Transtorno da Conduta 104

Figura 10 – Transtorno da Personalidade Anti-social 105

Figura 11 – Processos Mentais 106

Figura 12 – Descritor Cognição..... 108

Figura 13 – Descritor Pensamento..... 109

Figura 14 – Descritor Comportamento 110

Figura 15 – Descritor Behaviorismo..... 114

Figura 16 – Descritor Teoria Psicanalítica 115

Figura 17 – Descritor Interpretação Psicanalítica..... 116

RESUMO

Esta dissertação tematiza os processos de constituição dos sujeitos e dos sentidos e a circulação do saber psicológico que se dão nesta específica confluência histórica da chamada sociedade da informação e do conhecimento e tem por objetivo analisar as possibilidades de individuação/subjetivação que estão sendo produzidas na grande rede midiática formada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), inscritas nos discursos que dão sustentação à organização de uma base de dados científica eletrônica.

Como suporte teórico e metodológico foi utilizada a Análise do Discurso de linha francesa, e como corpus a base de dados "Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde" (LILACS), tomando como unidades de descrição e análise os manuais, guias, critérios e vocabulário temático–Descritores em Ciência da Saúde (DeCS), e fazendo dois recortes, considerando a leitura feita pela LILACS do campo Psicologia e os modos de ler que ela instaura, afetando as funções de autor e de leitor do sujeito, seja ele o indexador, seja ele o usuário, inscrevendo o sujeito de determinada maneira no campo do conhecimento científico. As TIC's, enquanto objetos simbólicos, elaboram uma discursividade específica onde aparelhos e normas técnicas, pessoas, sistemas de memória, linguagens artificiais funcionam pelo modo como o sujeito significa o mundo e a si mesmo.

A análise evidenciou um funcionamento discursivo em direção à homogeneização das práticas de indexação, leitura e escritura dos sujeitos que alimentam/usam a base e uma leitura da Psicologia como ciência empírico-positivista. Observamos que neste espaço discursos diversos (científico, técnico, administrativo, jurídico) funcionam determinando o que cada um deve dizer/fazer do lugar de indexador, como também de usuário e de produtor de ciência. As possibilidades de subjetivação são controladas; a dispersão dos sujeitos em direção à unicidade é produzida para que se possa estabelecer o espaço objetivo da ciência. Essas posições-sujeito são determinadas por condições históricas e sociais, e significadas na superfície lingüística, antes que os indivíduos daí passem a falar/ouvir, ler/escrever, em um processo de antecipação já organizado e gerido pelos manuais, guias, vocabulário temático. Cala-se, então, o que não é dizível no espaço da ciência moderna suportada por uma concepção de sujeito como fonte e origem do seu dizer, apagando assim o sujeito histórico, sobredeterminado, constituído como posição de fala.

ABSTRAT

INTRODUÇÃO

O percurso que vai do tema das tecnologias da informação e comunicação, em sua relação com o saber psicológico e com os processos de subjetivação, até a formulação de uma questão, que move esta dissertação, iniciou-se no meu Curso de Aperfeiçoamento em Docência de 3º Grau, quando analisei o discurso das normalistas do Distrito Federal sobre a educação.

Naquele trabalho, a questão das relações entre linguagem e sujeito apresentava-se de forma incisiva. Hoje, trabalhando com um referencial teórico e metodológico específico, o da Análise de Discurso, posso dizer que havia uma ambigüidade e duplicidade, uma reprodução e uma transformação de enunciados já ouvidos, que provocavam a minha curiosidade e convidavam-me a procurar saber mais sobre o discurso. O trabalho consistiu na apresentação as normalistas de um conjunto de frases sobre educação e sobre o papel do professor no processo educativo, solicitando que elas marcassem aquelas com as quais concordavam. As frases que fizeram parte do instrumento da pesquisa foram retiradas de discursos de ministros da educação, de teóricos como Althusser (1985) e Freire (1977) e de livros utilizados pelas normalistas em várias disciplinas. Adotando o referencial teórico da Cibernética Social, de Waldemar de Gregori (1984), classifiquei as frases com relação ao seu pertencimento a três tipos de discurso: oficial, oscilante, natural. A hipótese de trabalho era a de que as normalistas adotavam um discurso natural. No entanto, elas falavam sobre educação “de dentro” de discursos já constituídos, ora se filiando ao discurso oficial, ora ao contra-discurso deste (o natural), evitando as frases do discurso oscilante, o que indicava pela própria denegação do mesmo, uma posição oscilante. Os paradoxos instalados nesta, que hoje posso chamar de filiação dupla e

não percebida pelos sujeitos falantes, evidenciavam, pois, a necessidade de um conhecimento mais aprofundado sobre o tema da linguagem e da subjetividade.

Mais tarde, em meu trabalho como analista de sistemas, ao especificar bancos de dados para sistemas informatizados no Ministério da Agricultura, na Companhia Brasileira de Abastecimento, na Presidência da República e no Ministério do Planejamento, deparei-me com problemas de classificação, de organização, de sintaxe e de semântica de uma língua dada, em que questões de e sobre a linguagem e a língua, sobre os processos de comunicação e de informação somaram-se às questões anteriores. As chamadas dificuldades técnicas em relação às linguagens artificiais enfrentadas para que nelas coubesse tudo que deveria ser dito para o usuário poder operar o sistema em todos os seus níveis, ou ainda, para fechá-las completamente, tendo como ferramenta as línguas naturais, causavam muitos transtornos, desgastes, frustrações. E a culpa era atribuída quase sempre às imperfeições da linguagem humana, uma coisa do sujeito.

Hoje, a questão do fechamento, da completude, da imperfeição da linguagem já não se põe para mim, da mesma forma, uma vez que conheci outras concepções de linguagem, que não a tratam como mero instrumento – completo e acabado – de comunicação ou ainda como expressão de um pensamento, anterior à linguagem. Atualmente as questões são outras. Interessa-me, justamente, saber como funciona este sistema, em sua relação com a linguagem (simbólico) e as línguas (estrutura e acontecimento), para produzir esses efeitos de completude, de realidade, de verdade. Como este funcionamento está produzindo efeitos de unicidade, de neutralidade e de objetividade a partir de uma realidade fragmentada, tão marcada por necessidades e limitações técnicas e de *performance* do sistema e tão determinada por questões de

ordem econômica, social e política? Como, então, se produz a homogeneidade, apagando-se as ambigüidades próprias da linguagem humana?

Observo que toda esta inquietação teve início com uma ruptura na minha vida acadêmica ao me transferir, no segundo semestre do curso de Filosofia para o curso de Psicologia em outra instituição. No final dos anos 70, do século passado, a influência do behaviorismo era grande. O sujeito metafísico da Filosofia encontrou o sujeito skinneriano da Psicologia Comportamental: um encontro conflituoso. Sem poder conciliá-los e sem poder separá-los, por falta de uma sustentação teórica consistente àquela época, a questão do sujeito atravessou os anos comigo, produzindo os seus efeitos na minha prática acadêmica e profissional. E agora, quando me propus a dar continuidade aos meus estudos num curso de pós-graduação, foi inevitável o retorno da questão (do recalcado?).

Assim, com esta experiência e com essa vontade de saber (Foucault, 1997), cheguei ao Mestrado em Psicologia, que tinha como eixo temático, “a constituição do sujeito”. Escolhi, então, trabalhar no núcleo temático “Linguagem e subjetividade”, pois aí esperava encontrar respostas, bem como elaborar novas questões para o que me intrigava há muito tempo.

Chamava-me a atenção o fato de que essa relação sujeito/sujeito, nesta específica confluência histórica de uma sociedade da informação, estava sendo, cada vez mais, mediada por uma linguagem nova, convencionada a partir de critérios técnicos, mas também sociais e políticos. Observava que, se o sujeito se constrói na ação reflexiva com o mundo e no mundo, pela e com a linguagem, uma outra subjetividade era tecida nesse outro mundo da linguagem virtual, ou seja, o funcionamento desse mundo digital estava criando condições próprias para elaborar novos processos de individualização/subjetivação por meio das novas práticas de

leitura e de interpretação que ali estavam operando. Uma questão inicial de pesquisa formou-se, então. Que efeitos as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's) têm nos processos de subjetivação do sujeito moderno? Ou ainda. Como as TIC's estão sendo interpretadas, elaborando significados e novas possibilidades de individuação/subjetivação?

Um semestre depois de iniciar o Mestrado já era capaz de avançar na compreensão da questão acima, tendo como suporte teorias sobre os processos de subjetivação nas sociedades tecnologicamente avançadas como as de Castells (1999), Lyotard (2000), Lévy (1993), Postman (1994) e sobre a relação sujeito/linguagem, como as de Althusser (1985), Pêcheux (1990, 1997, 1997a, 1997b, 1997c); Pêcheux & Fuchs(1997); Hebert/Pêcheux (1995); Orlandi (1996, 1999, 2004), Foucault (1997, 1998, 1999) e Chartier (1999, 2001, 2001a). Estes autores, apesar dos distintos suportes teóricos metodológicos, ou talvez por isso mesmo, trouxeram elementos para novas questões com relação à proposta de trabalho que me movia. Mas, decisivo mesmo, neste percurso, foi o contato com a teoria da Análise do Discurso (AD) de linha francesa.

Ainda neste primeiro semestre, já com o suporte da AD, iniciei um estudo sobre a história da Psicologia e seus sistemas. Este estudo posicionou-me em um outro lugar para pensar a questão da pesquisa. Não era possível colocar a questão dos efeitos das TIC's sobre os processos de subjetivação sem a consideração da memória discursiva do saber psicológico sobre o sujeito. Que formas-sujeito estavam sendo elaboradas na/pela Psicologia lida/falada na grande rede formada pelas TIC's? Que Psicologia era esta que estava nas livrarias virtuais, nas revistas científicas *online*, nas versões *on-line* do DMS-IV, no site da *American Psychology Association* – APA,

no do Conselho Federal de Psicologia (CFP) ? Como se davam as alianças e confrontos entre teorias psicológicas?

O que causava perplexidade, nesses primeiros trabalhos, era a variedade (aparente?) de teorias psicológicas – um amálgama epistemológico - que estava presente na rede. Realizei então uma pesquisa sobre o lugar ocupado pela Psicologia nos diretórios de pesquisa de quatro livrarias virtuais: Siciliano, Saraiva, Sodiler e Submarino, e também uma análise dos títulos de Psicologia ali disponíveis. A análise discursiva empreendida permitiu compreender de onde fala a Psicologia nas livrarias virtuais e como este lugar diferenciado define o que ali pode ser dito e o como é dito, explicitando uma leitura específica sobre o modo de circulação do saber psicológico. A Psicologia engloba, no espaço das livrarias virtuais, todo um conjunto de saberes - filosofia, antropologia, aconselhamento, auto-ajuda - dirigidos para a superação do sofrimento, das angústias. Ali o homem enquanto objeto de estudo é o homem que sofre, que não se adapta, que está confrontado por demandas impossíveis. O saber psicológico surge então como possibilidade de superação, como conhecimento que elimina a dor de viver consigo e com os outros.

Já no site da *American Psychology Association* (APA), a Psicologia é "*the study of the mind and behavior*.", sem dar ênfase, como faz o Conselho Federal de Psicologia (CFP), à Psicologia como "ciência e profissão" (CFP, 2000, Cap. I, §.1º). Mente e comportamento, ciência e profissão, dicotomias que marcam um outro funcionamento discursivo, de um objeto de estudo que vai se revelando múltiplo, que correlaciona o teórico e o empírico, o conhecimento e a prática, a ciência e o mercado de formas distintas.

Foi a partir dessas primeiras análises discursivas que a questão inicial - Que efeitos as Tecnologias da Informação e da Comunicação – TIC's - têm nos processos

de subjetivação do sujeito moderno? - foi reformulada para considerar o discurso psicológico que circula na rede, tomando corpo uma outra formulação. Que efeitos a grande rede formada pelas TIC's e as próprias TIC's, enquanto objetos discursivos, têm sobre a circulação do saber psicológico e sobre os processos de subjetivação do sujeito moderno? Ou ainda: Que formas-sujeito estão sendo elaboradas/negadas na circulação do saber psicológicos pela grande rede midiática formada pelas TIC's?

Esta dissertação construiu-se, pois, neste percurso acadêmico e profissional em que foram sendo elaboradas questões sobre o sujeito, as tecnologias da informação e comunicação e sobre o saber psicológico. Estas questões estiveram sempre atravessadas por outras relacionadas à língua, à semântica, aos processos simbólicos de atribuição de sentido. Com a Análise de Discurso de linha francesa - AD, surgiu a possibilidade de aproximar-me daquelas questões com um referencial teórico e metodológico que propõe uma interrogação crítica das evidências, dos gestos de leitura, de interpretação, de construção de sentidos. Esta oportunidade vislumbrada de início foi ganhando forma pelo exercício de análise de algumas discursividades, como as mencionadas acima, revelando o potencial crítico de uma descrição e análise conforme propostas pela AD, cuja teoria e metodologia discuto no capítulo um.

Na revisão da literatura, que apresento no capitulo dois, observou-se a polarização das posições teóricas sobre os impactos das TIC's nas sociedades tecnologicamente avançadas. Enquanto objetos simbólicos, pois construídas pela e com a linguagem, as TIC's elaboram uma discursividade específica onde aparelhos e normas técnicas, pessoas, sistemas de memória, linguagens artificiais funcionam pelo modo como o sujeito significa o mundo e a si mesmo.

As Tecnologias da Informação e da Comunicação – TIC's, tecnologia característica da sociedade atual, que constituem o universo discursivo

(Maingueneau, 1989) deste trabalho, materializam-se para o usuário (um efeito-sujeito) como Sistemas de Informação (SI). Um SI é um conjunto organizado de pessoas, hardware, software, redes de comunicação e recursos de dados interagindo para coletar, transformar e disseminar informação. Produzir um sistema, alimentá-lo com os dados e usá-lo, implicam diferentes práticas de escrita e de leitura que funcionam diferentemente e que estão implicadas nos efeitos significantes das TIC's e do saber psicológico que circula na rede.

Uma base de dados é um SI. A partir do dispositivo teórico da AD, construí o dispositivo analítico desta dissertação, tomando como corpus a base de dados Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), que é um sistema eletrônico de divulgação do conhecimento em Ciências da Saúde e, também, uma elaboração do memorável nesta área, daquilo que não deve ser esquecido, que ficará registrado para posterior suporte a outras elaborações científicas. É, pois, uma base de dados científica, disponibilizada por meios eletrônicos e interessada no armazenamento e na circulação dos conhecimentos em Ciências da Saúde produzidos na América Latina e no Caribe.

A LILACS é também um sistema agregador de várias fontes de informação nacionais e regionais que adotam uma mesma metodologia – chamada metodologia LILACS de organização e estruturação de bases de dados. Todos os sistemas de informação que utilizam esta metodologia estão interligados em rede e formam a base estrutural da Biblioteca Virtual em Saúde - BVS.

Dentro do universo de categorias classificatórias das Ciências da Saúde adotadas pela LILACS esta a categoria 'Psicologia e Psiquiatria' numa consideração dessas disciplinas como participantes do conhecimento sobre a saúde.

A descrição e análise da LILACS enquanto um sistema e uma metodologia com os seus manuais e guias para os indexadores e usuários e também a análise do lugar da Psicologia no vocabulário temático – Descritores em Ciência da Saúde (DeCS) enquanto um instrumento normativo e organizador de diferentes textualidades adotado para organizar os documentos textuais na LILACS, apresento no capítulo três.

Estas análises levaram-me a compreender que essa tecnologia produz um modo de ler o arquivo, ao mesmo tempo em que orienta e controla os gestos de leitura e de interpretação de quem produz e de quem utiliza essa base de dados, sustentando um conhecimento psicológico determinado.

1. O Quadro Teórico - Metodológico

A Análise de Discurso surge na França, na década de 60 do século passado, com Michel Pêcheux, a partir de uma crítica às Ciências Sociais e Humanas. A Lingüística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise oferecem conceitos que são apropriados por Pêcheux de uma forma também específica para a formulação de questões sobre:

- o sujeito enquanto objeto do conhecimento das Ciências Sociais e Humanas e enquanto sujeito do discurso, sendo este último compreendido como efeito de sentidos entre locutores e parte do funcionamento geral da sociedade;
- a forma-sujeito enquanto forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais;
- a linguagem e a língua e suas relações com a história e a ideologia, com o simbólico e o político.

Michel Pêcheux surge na cena francesa usando também o pseudônimo de Thomas Herbert e dirige-se aos filósofos como ele, apresentando uma análise crítica da epistemologia e da filosofia empiricista. Os dois textos de Herbert, *Réflexions sur la situation theórique des sciences sociales* de 1966 e *Remarques pour une Théorie génerale des idéologies* de 1968 discutem aspectos teóricos e metodológicos, e o papel dos instrumentos na prática cientifica é abordado por ele pela consideração da sua não neutralidade e da necessidade deles estarem incorporados a uma teoria e não simplesmente tomados de ciências já estabelecidas. Nestes textos, já é possível perceber a direção do seu trabalho: elaborar uma teoria e um instrumento que contribuíssem para o desenvolvimento da prática científica nas Ciências Sociais, em oposição à Análise de Conteúdo, que pressupõe uma linguagem transparente, o

sentido como conteúdo e o sujeito intencional capaz de controlar plenamente uma língua abstrata e autônoma.

Conceitos como os de discurso, de enunciado, de condições de produção, de formações imaginárias são discutidos - e construídos - desde o primeiro modelo de Análise de Discurso que aparece em 1969, para dar conta da inquietação que agitava o campo teórico de toda uma geração de estudiosos franceses que se debruçavam sobre o problema das disciplinas de interpretação e dos dispositivos de leitura, como as re-leituras de Marx feita por Althusser – professor de Michel Pêcheux - e as de Freud feitas por Lacan.

Elaborando uma teoria de análise e interpretação de textos, Michel Pêcheux mobiliza e se apropria, de uma maneira muito particular, de conceitos da lingüística saussureana que construiu o objeto de estudo da Lingüística, dando-lhe, pois, o seu aparato de cientificidade. Nos cursos de lingüística geral ministrado entre os anos de 1906 e 1911, na Universidade de Genebra, Saussure faz um corte na linguagem, dividindo-a em língua e fala, sendo a primeira, considerada como a parte social da linguagem, um objeto teórico, capaz de dar conta de descrever as línguas existentes: um sistema onde as partes que o compõem são definidas pelas relações entre elas; e a segunda, como a parte individual – acessória – da linguagem, produzindo, portanto, o descentramento do indivíduo enquanto fonte e senhor de seu dizer. A linguagem passa a ser dividida em língua e fala, sendo a primeira, a partir de então, o objeto de estudo da Lingüística, dando a essa um *status* de ciência.

À noção saussureana de língua como sistema de signos, que funciona independentemente do sujeito, da situação, da história, Pêcheux articula o conceito marxista de história e afirma que a língua não é um sistema completamente autônomo, pois nela se inscreve a história. Essa articulação entre o Materialismo

Histórico e a Lingüística permite pensar o equívoco como constitutivo da linguagem, colocando em questão a evidência do sentido e a evidência do sujeito:

> ...todo sistema lingüístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma autonomia relativa que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Lingüística. É, pois, sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos, e não enquanto expressão de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva, etc., que utilizaria "acidentalmente" os sistemas lingüísticos.(Pêcheux, 1997b, p.91).

A autonomia relativa da língua a que se refere Pêcheux (1997b) é relativa exatamente pela consideração do histórico e, portanto do ideológico que aí intervém, constituindo o indivíduo em sujeito do seu dizer. Articulando a questão da constituição do sentido com a questão da constituição do sujeito, Pêcheux (1995, 1997, 1997a, 1997b, 1997c, 1997d), elabora uma teoria e uma metodologia de descrição e análise de texto que se fundamenta epistemologicamente na articulação das três regiões do conhecimento científico:

> 1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
> 2. a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
> 3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Convém explicitar que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica). (Pêcheux e Fuchs, 1997, p. 163).

Nesse sentido, o dispositivo teórico da AD constrói-se, pode-se dizer, em dois movimentos: pela apropriação particular de conceitos de disciplinas já constituídas (Lingüística, Materialismo Histórico, Psicanálise), deslocando-os e assim promovendo o que Orlandi (2004) chama de "des-territorialização", como se dá com as noções de língua, história, ideologia, paráfrase, metáfora, inconsciente; e pela elaboração de conceitos a partir dos deslocamentos mencionados acima, como é o

caso de condições de produção, formação discursiva, formação ideológica, e o principal deles, discurso.

Os conceitos da AD estabelecem entre si um permanente confronto com efeitos na teoria e na prática de análise e interpretação de textos que ela propõe. Isto tem a ver com a importância epistemológica que Hebert/Pêcheux (1995) dá ao instrumento científico que "não podia ser, no seu ponto de vista, concebido independentemente de uma teoria que o incluísse ou que pudesse conduzir à teoria deste mesmo instrumento." (Henry, 1997, p. 18)

Deslocando o conceito de língua para uma noção de estrutura sujeita a falha e ao equívoco, Pêcheux coloca a exigência de admitir a exterioridade não mais como contexto, mas como constitutiva da língua, colocando em questão o sujeito como aquele que dela toma posse, que a usa como um instrumento feito e acabado para se comunicar. A essa exterioridade constitutiva da língua Pêcheux chama de condições de produção, das quais fazem parte as representações imaginárias que funcionam entre os locutores em relação às posições de sujeito por eles ocupadas, e também o interdiscurso, o contexto histórico mais amplo: algo que fala antes, em outro lugar, independentemente.

Assim, considerando os interlocutores A e B, o imaginário, que aí funciona, pode ser visto sob um duplo ângulo: sob a perspectiva de A e a de B. Pensando em nosso objeto de análise isso significa que há um imaginário funcionando da perspectiva do(s) autor (es) e do(s) leitor(es) da LILACS. Pêcheux (1997c) propõe, então, em seu primeiro modelo apresentado em 1969, algumas questões para que pensemos essas relações imaginárias que funcionam em um processo de comunicação, deslocando-o também: "Quem sou eu para falar a B assim?" e "Quem

é B para que eu lhe fale assim?" "Quem sou eu para que A me fale assim?" e "Quem é A para que me fale assim?" (p.83)

Para Pêcheux (1997c) os sujeitos assim constituídos intervêm a título de condições de produção e estas formações imaginárias são definidas a partir do interdiscurso, do chamado "pré-construído", ou seja, do já-dito em outro lugar a partir das posições ocupadas pelos indivíduos na estrutura produtiva e nas relações sociais, enquanto relações de sentidos. O imaginário, assim produzido, traz restrições e possibilidades determinadas para a enunciação.

Nesse sentido, os sujeitos envolvidos em uma rede de informação como a LILACS, não serão tomados como indivíduos empíricos (destinador ou destinatário) do enunciado e, sim, como posições ocupadas por esses sujeitos numa dada língua e em uma formação social determinada historicamente. E nessas posições de autor e de leitor o sujeito se individualiza e fala o que pode ser falado, filiado a formações discursivas, referidas a formações ideológicas, pelo funcionamento de uma memória discursiva, enquanto o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que atualizam o pré-construído e determinam o que dizemos.

Importante observar que esses sujeitos falam de e sobre algo, no caso que nos interessa, sobre saberes do campo da Psicologia e o fazem também de uma forma específica. Para a AD, esses saberes sobre os quais se fala também são imaginários, ou seja, constituem-se considerando o ponto de vista de A e B sobre os mesmos; não se trata, pois, apenas de transmissão de informação de forma clara e coesa, neutra e objetiva. Daí, Pêcheux (1997c) perguntar também em relação ao referente: "De que lhe falo assim?" e "De que ele me fala assim?" (p. 83), que podemos formular do seguinte modo: Do quê estamos falando, quando falamos da Psicologia presente em uma base de dados? Há, pois, que se considerar a historicidade desses objetos de

conhecimento ao se analisar uma base de dados como a LILACS e a antecipação das representações aí presentes como parte do processo discursivo.

A historicidade dos objetos e seres não é uma cronologia, uma sucessão de acontecimentos neutros, a-históricos que afetam mais ou menos os modos de ser e de estar desses seres e objetos no mundo, na sociedade. A historicidade para a AD é confronto, contradição, permanente luta de tomada de posição (e daí da palavra) na sociedade. A historicidade implica então sempre o político e o ideológico, no embate entre lembrança e esquecimento. Lembramos das palavras e nos esquecemos de que elas não são nossas, que já foram ditas e significadas antes, e que o sistema significante funciona nas nossas palavras. E mais, a seletividade da memória é determinada nos e pelos processos sociais de um tempo e um lugar específico, ou seja, os critérios de seleção do memorável, nem sempre explícitos, são ideologicamente determinados: registra-se o que significa no horizonte de uma formação discursiva à qual se filia o indivíduo constituído em sujeito na e pela posição que ele ocupa na produção da vida material.

As formações discursivas, referidas às formações ideológicas, dizem respeito ao sistema de restrições e possibilidades do dizer que funcionam nos espaços enunciativos. A mesma palavra tem sentidos diferentes na dependência da formação discursiva onde ela se inscreve. Por exemplo, “terra” tem um sentido nas formações discursivas a que se filiam os militantes políticos e outro, naquelas a que se filiam os astrônomos. O dizer, então, toma sentido nas e pelas formações discursivas que funcionam numa posição enunciativa. O sentido não está nas palavras e nem é conteúdo. As palavras estão articuladas às formações ideológicas características de um tempo e lugar: “terra”’ não tem o sentido de hoje para o astrônomo da Idade Média, quando o planeta era o centro do universo e uma criação divina, ou seja,

quando as formações discursivas que aí funcionavam tinham como matriz a ideologia religiosa. As formações ideológicas como matriz das formações discursivas são forças materiais resultantes das relações de “desigualdade-contradição-subordinação” que caracterizam um dado processo produtivo (Pêcheux,1997b, p.151), constituindo “...um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras”. (Pêcheux & Fuchs, 1997, p. 166),(Aspas no original).

Em um sentido discursivo podemos entender o conceito de ideologia como a direção presente na interpretação, o mecanismo de produzir “x”, como diz Orlandi (1996), que deixa vestígios na estrutura da língua, e que elabora duas evidências: 1. a do sujeito, senhor de seu dizer; 2. a da transparência da linguagem.

O sujeito é a evidência primeira, o que Althusser chama de “efeito ideológico elementar” (Citado em Pêcheux, 1997b, p. 98). Resistir a esta evidência exige a consideração do Materialismo Histórico e das suas teses que se contrapõem à concepção metafísica e que permitem a elaboração de uma noção de sujeito como posição de fala.

Então o que Pêcheux (1997b) propõe é

> ...uma teoria não-subjetivista da subjetividade, que designa os processos de ‘imposição/dissimulação’ que constituem o sujeito, ‘situando-o’ (significando para ele o que ele é) e, ao mesmo tempo, dissimulando para ele essa ‘situação’ (esse assujeitamento) pela ilusão de autonomia constitutiva do sujeito, de modo que o sujeito ‘funcione por si mesmo’.... (p.133). (Aspas no original).

Assim, ideologia é este saber, na realidade, não sabido, que nos permite a ilusão de sermos sujeitos dos nossos dizeres, dos sentidos elaborados, da transparência da linguagem, da referência evidente. É no discurso que a sua relação com a língua se

estabelece, pois a ideologia nele (discurso) se materializa, na e pela discursividade (a língua funcionando na história), produzindo sentidos e constituindo o sujeito.

De acordo com Guimarães (2001), o que Pêcheux oferece é um pensamento sobre "a relação entre a exterioridade e o lingüístico como uma relação histórica e constitutiva do processo lingüístico." (seção 6, ¶1). A AD tematiza a história e por ela a questão do sujeito. "O objeto fundamental de estudo é então o discurso enquanto objeto integralmente lingüístico e integralmente histórico." (Guimarães, 2001, seção6, ¶1), fazendo da história parte do que é próprio da linguagem e do seu funcionamento. Percebe-se aqui, como diz (Henry, 1997) uma aproximação com o conceito de Althusser, construído a partir da releitura de Marx, de "...ideologia como sendo o elemento universal da existência histórica" (p.32) o que traz como conseqüência a impossibilidade de dela escapar. Pois a ideologia, como vista pela AD, não é mascaramento, visão de mundo, ocultação. Para a AD ela é "prática significante" e "efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido." (Orlandi,1999, p. 48).

Ainda de acordo com Henry (1997a), essa aproximação Pêcheux/ Althusser tem duas conseqüências para a proposta da Análise do Discurso:

1 – a distinção entre o estatuto do sujeito para Pêcheux e o estatuto do sujeito para Foucault, Lacan e Derrida. Se há nestes autores uma convergência no que se refere à linguagem e ao signo, a referência à ideologia, às suas implicações no conceito de sujeito de Pêcheux é derivada do paralelo estabelecido por Althusser entre o efeito ideológico elementar (o sujeito) e a evidência da transparência da linguagem. É a partir desse paralelo althusseriano que Pêcheux elabora o conceito de discurso, estabelecendo a ligação entre essas duas dimensões – sujeito e linguagem.

2 – em decorrência disso o sujeito para a AD não é aquele do inconsciente estruturado como uma linguagem de Lacan, não é o sujeito do jogo da ordem do signo de Derrida e nem o sujeito do discurso de Foucault, apesar de ser também eles. O sujeito para Pêcheux é o sujeito da linguagem, mas é também o sujeito da ideologia, o sujeito que pela e na linguagem, atravessada pelo jogo da história, é constituído como posição de fala; que interpelado como sujeito e, sem a percepção disso, ilude-se – uma ilusão necessária - com seu status de ator principal, de artífice de seu dizer. A especificidade do sujeito é fundada no conceito de discurso que articula a língua e a ideologia pelo movimento e jogo da história.

A noção de "assujeitamento" do sujeito constituído pelas e nas condições de produção características de um tempo e de um lugar específicos, daí decorrentes, coloca questões relacionadas às falhas no dizer, aos lapsos, ao que não se subjuga às regras, às normas institucionais. Como explicar a mudança, a leitura polissêmica, os vários e variáveis gestos de interpretação, a desobediência dos bibliotecários, relatada por Lucas (1997) na sua pesquisa, que comento à página 37?

Dois processos ajudam a responder a esta questão: os processos parafrásticos e os processos polissêmicos, tal como propostos por Orlandi (1999). É a própria incompletude da língua e o fato da ideologia ser um "ritual com falhas", como diz Pêcheux (1997b), o que permite tanto que o dito se conforme a uma memória (paráfrase), tanto que ele rompa com os processos de significação (polissemia). O artigo de Authier-Revuz (1997) , *Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio*, comenta a falha em nomear "...que para o sujeito falante é particularmente falha para se nomear, falha para dizer a verdade que "não se diz toda porque as palavras faltam"...."(p.257), (Aspas no original). Esta autora exemplifica isto com a "...queixa de Flaubert, em sua correspondência: "A cada linha, a cada palavra, a

língua me falta....”” (p.258), (Aspas no original). É por essa falta do dizer que os sujeitos e os sentidos sempre podem ser outros neste movimento entre paráfrase, o “retorno ao mesmo espaço dizível” e polissemia, “o deslocamento, ruptura de processos de significação.” (Orlandi,1999, p. 36-37).

A Psicanálise também contribui para a compreensão desses processos, principalmente a abordagem lacaniana sobre a lógica do significante. Esta lógica é aquela mesma dos estados oníricos quando o significante se articula a outro significante por condensação, figuração, deslocamentos, elaborando novas cadeias que representam o sujeito para outro significante e que ao se materializar no sintoma, nos lapsos, nos atos falhos, nos jogos de palavras demonstra a irrupção do processo primário no processo secundário, a fala do recalcado.

A partir de uma analogia de Althusser, citada abaixo, a AD trabalha o conceito de inconsciente:

> ...o caráter comum das estruturas/funcionamentos designadas, respectivamente, como ideologia e inconsciente é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas” devendo entender-se este último adjetivo não como “que afetam o sujeito”, mas “nas quais se constitui o sujeito ... (Citado em Pêcheux, 1997b, p.152-153). (Aspas no original).

É esta analogia que permite a Pêcheux, ao falar sobre as bases epistemológicas da AD, afirmar que “Convém explicitar que estas três regiões [Lingüística, Materialismo Histórico e Teoria do Discurso] são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)”. (Pêcheux & Fuchs, 1997, p. 164).

O sujeito do inconsciente freudiano também descentra o sujeito psicológico, sociológico, antropológico, tanto quanto a proposta da AD, embora de forma própria. A AD reitera constantemente que o sujeito é sujeito à linguagem, à história, à

ideologia na ordem do inconsciente em dois sentidos: 1º. O sujeito é inconsciente dessas injunções, ou seja, não tem delas consciência (inconsciente como contraponto negativo do consciente); 2º. O inconsciente como o recalcado, o que emerge nos lapsos, na falha em nomear, que, como diz Authier-Revuz, (1997) "... para o sujeito falante é particularmente falha para se nomear." (p.257).

E o quê é o discurso para a AD? Não é a fala, nem a escrita; não é o texto. O discurso é um objeto teórico e é definido como "efeito de sentidos entre locutores" (Pêcheux, 1997c), ou seja, é no discurso e pelo discurso que as palavras significam e o sujeito é constituído. No dizer de Orlandi (1999), o discurso é a materialidade específica da ideologia e a língua a materialidade específica do discurso que é então "...o lugar em que se pode observar esta relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos." (p. 16-17). Ter acesso ao discurso exige não só uma análise da organização da língua para se atingir a ordem significante, mas também a consideração da complexidade das condições de produção de forma a atravessar o imaginário construído historicamente e constitutivo dos processos de significação. Deste modo podemos dizer que é discursivo todo processo social que tem por especificidade o fato de ter como base a materialidade lingüística (Pêcheux & Fuchs, 1997, p. 179).

Não se podendo confundir o discurso com o texto é necessário explicitar como a AD se aproxima do texto, da seqüência lingüística colocada sob análise. O texto é sempre exemplar de discurso, "é o vestígio mais importante dessa materialidade [da linguagem], funcionando como unidade de análise." (Orlandi, 1999, p. 69). Ele é definido não por sua extensão, mas pelo fato de ser uma unidade de sentido, um objeto simbólico, portanto não transparente, que exige a interpretação, ou seja, que suscita a questão: O que isso quer dizer?. Não cabe ao analista do discurso responder

a isto. A sua questão é: Como isso funciona? Seu trabalho é compreender como o texto diz para produzir sentido, como seus elementos formais se organizam (análise lingüística) e, fazendo trabalhar a teoria e a análise, compreender os gestos de interpretação que estão funcionando no texto. O interesse da AD fixa-se então no funcionamento dos processos discursivos, no como língua e ideologia se articulam na elaboração dos sentidos e constituição do sujeito, ou seja, como a língua se inscreve na história.

Essa noção de funcionamento é vital para o analista do discurso. O trabalho de análise discursiva não se reduz a uma análise lingüística e nem a uma análise do chamado contexto sócio-histórico, logo ideológico e político. A questão é:

> Que escuta ele deve estabelecer para ouvir para lá das evidências e compreender, acolhendo, a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente, fazendo espaço para o possível, a singularidade, a ruptura, a resistência? (Orlandi, 1999, p. 59).

Esta escuta será sempre uma leitura, um gesto de interpretação a partir de um lugar teórico – a teoria da AD – que coloca em questão a transparência da linguagem e a onisciência do sujeito. E desse lugar teórico o analista do discurso observa a falha, o lapso, a ambigüidade e a contradição. Observa o dito e o não dito: o que sustenta o dito, o que está nele suposto, o que a ele se opõe. Relaciona o texto com outros textos gerados em outras condições de produção (a intertextualidade). O analista mostra ao leitor a opacidade do texto, não para resolver a contradição, a ambigüidade, mas para explicitar os muitos sentidos que ali estão funcionando, as leituras que ele permite - e nega -, os mecanismos de administração da interpretação, como as definições, as notas de rodapé, as citações.

O analista está, ainda, atento às várias posições-sujeito que estão trabalhando e sendo constituídas no texto: o imaginário sobre o lugar dos interlocutores, sobre a

imagem que fazem de si, do outro, do tema. Às estratégias de legitimação, de elaboração da cientificidade e da autorização (quem/o quê permite que o dito seja dito assim e não de outro modo). Está atento ainda à memória que o texto aciona, ao já-dito que ali se atualiza e como se atualiza, aos deslizes, aos efeitos metafóricos. Toda essa observação permite ao analista perceber os confrontos entre as formações discursivas e ideológicas a que se filiam os interlocutores e que estão ali funcionando, e este trabalho dá acesso ao(s) discurso(s) que naquele texto está/estão representado(s), dá acesso a essa rede semântica elaborada como efeito de sentidos entre os locutores. Para Orlandi (1999):

> Sem procurar eliminar os efeitos de evidências produzidos pela linguagem em seu funcionamento e sem pretender colocar-se fora da interpretação – fora da história, fora da língua - o analista produz seu dispositivo analítico de forma a não ser vítima desses efeitos, dessas ilusões, mas a tirar proveito delas. E o faz pela mediação teórica. Para que, no funcionamento do discurso, na produção dos efeitos, ele não reflita apenas no sentido do reflexo, da imagem, da ideologia, mas reflita no sentido do pensar. Isto significa colocar em suspenso a interpretação. Contemplar. Que, na sua origem grega, tem a ver com deus, com o momento em que o herói contempla antes da luta: ele encara sua tarefa. Ele a pensa. (p.61).

Ao falar do lugar teórico do analista do discurso, abre-se espaço para refletir sobre um outro conceito da AD: o conceito de objeto discursivo. A interdisciplinaridade, quase sempre, tem como pressuposto básico que a perspectiva adotada para mirar o objeto contribui para conhecer uma parte dele que junto com as outras partes colhidas de outras perspectivas (outras disciplinas, outros referenciais teóricos e metodológicos) possibilita conhecer o objeto total. As noções de totalidade e de completude são tomadas como pressupostos. Para a AD não há interdisciplinaridade: a perspectiva elabora não uma parte de um objeto total, mas sim um outro objeto, sempre aberto. Assim, quando o analista observa e descreve o texto, realiza os recortes, des-superficializando-o, ele não está elaborando uma outra

visão do texto a ser somada as já feitas ou a fazer. O analista de discurso, no seu trabalho, elabora um outro objeto, o objeto discursivo, sobre o qual trabalhará e a partir do qual explicita seus resultados.

Como já dissemos a AD é um instrumento de análise e interpretação texto. Como tal nele está implicada uma leitura – a leitura do analista feita do lugar teórico proposto pela AD, mas também estão implicadas as outras leituras possíveis do texto: as que o sujeito autor faz do seu tema, as que ele constrói (pressupõe) para o sujeito leitor, as que o sujeito leitor faz, as que estão interditadas e permitidas. A leitura para a AD é uma prática onde os gestos de interpretação são determinados pelas condições de produção. Ler, então, é atribuição de sentido ao texto, prática histórica e nela está atuando a função autor. Dentre as várias funções do sujeito no texto esta função autor deve ser vista, de acordo com Orlandi (1996), a partir da forma como foi elaborada por Foucault (1997) "... como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem, como foco de sua coerência." (Orlandi, 1996, p. 26).

Tanto a escritura quanto a leitura são momentos de exercício de uma autoria quando os sujeitos, a partir de uma posição imaginária definida pelas condições e processos de produção do discurso, estabelecem, também imaginariamente, a unidade do texto e se colocam como fonte e origem de seu dizer, por ele se responsabilizando. O conceito de autoria para a AD é uma função do sujeito sempre presente em um texto. Esta função autoria é "...a que está mais determinada pela exterioridade e mais afetada pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade etc." (Orlandi, 1999, p. 75). Pêcheux (1997b), de um outro lugar, distinto de Foucault (1997) e de Orlandi (1999), assim se refere a ela:

> ... todo sujeito é constitutivamente colocado como autor de e responsável por seus atos (por suas "condutas" e por suas "palavras") em cada prática em que se inscreve; e isso pela determinação do complexo das formações ideológicas (e, em

> particular, das formações discursivas) no qual ele é interpelado em "sujeito-responsável".(p. 214), (Aspas no original).

A AD, como procuramos mostrar, não é só um instrumento de análise. Ela é uma teoria e uma metodologia que se exigem mutuamente e tem uma noção de conhecimento que passa pelo reconhecimento da impossibilidade de tudo abarcar, de tudo estabilizar numa representação fechada. O que a AD propõe é um artefato teórico para uma leitura dos objetos discursivos; um artefato que tem como fundamento a questão do sentido, teorizando a interpretação, os gestos de leitura que constituem o sentido e o sujeito. A noção de funcionamento, vinda de Saussure, é central na proposta da AD, pois o seu dispositivo teórico e metodológico busca o modo como a discursividade funciona em um objeto simbólico, como a LILACS, produzindo os sentidos e seus efeitos.

Assim é possível ao analista elaborar um dispositivo analítico que frente ao objeto empírico e referido às questões da pesquisa, mobilizará conceitos a ela pertinentes circunscrevendo-os ao artefato teórico metodológico da AD. O dispositivo analítico construído para esta dissertação mobilizou não só a questão já apresentada, como constituiu um corpus que se estabelece através de critérios teóricos e não empíricos, o que significa dizer que a teoria está presente sempre. Para a AD, a própria escrita deve permitir ao analista de discurso e ao leitor acompanhar o trajeto de produção de sentidos e de constituição da subjetividade, que inicia-se na superfície lingüística, passa ao objeto discursivo e deste para o processo discursivo. (Orlandi, 1999).

No que diz respeito aos procedimentos de análise, podemos dizer que apreender a paráfrase presente na superfície lingüística – a relação daquele enunciado com outros enunciados -, pela observação da organização da língua, constitui o primeiro passo para a descrição, passando, assim, para o objeto discursivo, e compreendendo a

relação de intertextualidade ali presente e produzindo seus efeitos. Em continuidade, nesse ir-e-vir entre a teoria e o texto unidade de análise, a metáfora, entendida como transferência, relação entre significantes, coloca-se como um outro procedimento analítico. Na proposta de 1969, Pêcheux (1997c) já irá introduzir a noção de “efeito metafórico”: “Chamaremos efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y.” (p. 96), (Aspas no original).

Essa repetição do idêntico sob formas necessariamente diversas permite observar os deslizamentos de sentido, que dando visibilidade à historicidade, permitem compreender os mecanismos de produção da ideologia.

2. Revisão da Literatura

2.1. Base de Dados: História e Memória

Os sistemas de informação estruturam-se e organizam-se pela e com a linguagem, mais especificamente, com e pela língua escrita, embora sob outros suportes que não o impresso. Os analistas de sistemas têm, pois, que lidar com o que há de instável e ambíguo nesses objetos simbólicos, trabalhando-os de forma a produzir uma homogeneidade que possibilite a sua manipulação e controle por parte dos cidadãos de uma sociedade, enquanto sujeitos de linguagem. E em se tratando de uma base específica como a LILACS, podemos observar uma outra posição de sujeito ali funcionando: a do sujeito do conhecimento, pois ali temos um arquivo de textos científicos sobre o campo da saúde, do qual a Psicologia faz parte. O saber sobre a saúde, que é armazenado, tratado e classificado na LILACS, pela utilização de um instrumento indexador - Descritores em Ciências da Saúde – DeCS -, está em circulação numa rede mundial, a Internet, elaborando um perfil de homem, ou, dizendo discursivamente, criando um espaço para o sujeito significar o mundo e se significar, exercendo as funções de autor e de leitor.

Para a AD, então, um sistema informático não é um instrumento neutro de organização e processamento de informações e muito menos uma interface entre o homem e a máquina. Trata-se de um instrumento que coloca em circulação interpretações específicas e estabelece relações próprias entre sujeitos. Os Sistemas de Informação são objetos históricos e simbólicos que demandam sentidos, objetos que são elaborados em condições de produção específicas e que constroem práticas de leitura e de escrita.

Na revisão bibliográfica, grande parte dos trabalhos analisados (Lyotard, 2000; Lévy, 1993,1998; Castells,1999) evidenciam que as tecnologias digitais estão sendo

analisadas como objetos lingüisticamente neutros, como instrumentos de trabalho e mediadores transparentes da relação do homem com o mundo. O reconhecimento do impacto das novas tecnologias, positivo para alguns, negativo para outros, não passa pelo questionamento destas tecnologias enquanto objetos históricos e simbólicos, logo sociais e políticos. A linguagem não é vista, de modo geral, como prática histórica e, portanto, ideológica, mas como instrumento de comunicação, algo passível de ser adquirido, dominado e controlado por um sujeito intencional, fonte e origem do seu dizer. As questões sociais e políticas aí aparecem, quase sempre, enquanto uma exterioridade empírica em relação ao instrumento, não permitindo avançar na compreensão das contradições próprias dessa sociedade da informação, em que se produzem novas formas de subjetivação, novos processos de exclusão, de manutenção das desigualdades e de negação das diferenças.

Uma vertente de tematização das novas tecnologias e das bases de dados eletrônicas, centrada nos aspectos tecnológicos em sua interface com o processo produtivo, como a presente no trabalho de Castells (1999), permite-nos mostrar como a história é tomada no tratamento deste tema. Os aspectos políticos e econômicos estão sempre presentes, mas como contexto, ambiente sócio-técnico, exterioridade, estabelecendo e reforçando a dicotomia sujeito/objeto. Castells (1999), no entanto, admite que “As elites aprendem fazendo e com isso modificam as aplicações da tecnologia, enquanto a maior parte das pessoas aprende usando e, assim, permanecem dentro dos limites do pacote da tecnologia.” (p. 73), o que evidencia uma divisão hierarquizada entre sujeitos; e acrescenta que a difusão tecnológica é seletiva tanto social quanto funcionalmente. Este autor elabora um painel multifacetado da sociedade em rede, dos usos e dos usuários e chega a uma

conclusão interessante, que permite colocar em discussão a neutralidade das técnicas e dos instrumentos:

> Como o acesso à CMC [comunicação mediada por computador] é cultural, educacional e economicamente restritivo, e continuará assim por muito tempo, seu impacto cultural mais importante poderia ser o reforço potencial das redes sociais culturalmente dominantes." (p. 449).

Observamos, contudo, que não há por parte de Castells (1999) preocupação, e nem parece ser seu objetivo, discutir porque este acesso é assim tão diferenciado. O livro de Castells é rico em dados elaborados a partir de uma análise da produção científica (relatos de pesquisa, relatórios de instituições públicas e de pesquisa) e pode servir de referencial para o reconhecimento do que é dito de outro lugar, do lugar da "*Big Science"*, sobre os impactos das TIC's.

O referencial teórico e metodológico eminentemente empírico adotado por ele, elabora um objeto – a sociedade em rede – lógico e estabilizado, embora admita que as novas tecnologias "...constroem um novo ambiente simbólico...." (p.458). Usando o termo "ambiente", ele consegue manter-se em seu empirismo e negar a própria historicidade de seu objeto. Uma questão tratada por Henry (1997a), em seu artigo *A história não existe?*

Quando Henry (1997a), acompanhando Popper, pergunta se a história não existe, o impacto é grande. Para ele, as Ciências Humanas e Sociais, quase sempre, negam a existência de toda dimensão própria à história, considerando-a como resultado da combinação de vários processos (econômicos, antropológicos, sociológicos, psicológicos, etc) tomados, no entanto, por si mesmos, como a-históricos. Ele diz que para essas ciências a história "...representaria o "contexto", [ambiente] no qual operariam os mecanismos e processos..." que elas estudam... (p.30). Esta história, assim concebida permite a "concepção de um sujeito pensante que preexistiria à

linguagem, [que] se apropriaria dela como um instrumento e se serviria dela ....”(p.38). Essa reflexão de Henry sobre a concepção de história dominante nas Ciências Humanas e Sociais levanta questões relacionadas à constituição dessas ciências e permite uma outra posição para se pensar a sociedade em rede, as TIC´s e o saber psicológico ali presente.

Alguns trabalhos, contudo, buscam pensar as relações (relações entre sujeitos, para a AD) que se estabelecem nessa sociedade em rede como históricas e, portanto, políticas, enquanto tratamento das diferenças em uma sociedade dada, presentes em objetos como a tecnologia e as bases de dados. O Instituto Brasileiro de Informação Tecnológica - IBICT, na revista que publica, *Ciência da Informação*, tem aberto espaços para artigos de diversas áreas e que tenham como tema as bases de dados eletrônicas. Estes artigos contemplam aspectos tecnológicos, bibliométricos, terminológicos, normativos, pedagógicos e comentários sobre novos aplicativos de gestão e administração de bases de dados eletrônicas disponíveis no mercado. Em uma pesquisa realizada nos 27 volumes e 59 fascículos da revista, publicados no período de 1972 a 1998, Mendonça (2000) selecionou e analisou 42 artigos que tematizam as bases de dados na sua interface com a linguagem.

Analisando esses artigos, Mendonça (2000) mostra a existência de uma certa uniformidade com relação ao conceito de língua e linguagem, quer ao tomá-las como sinônimas, quer dando à primeira a referência de instrumento de comunicação e, à segunda, de código a ser codificado e decodificado por um sujeito intencional. Apesar de enfatizarem, de um modo geral, a necessidade de normatizar a linguagem documentária, num reconhecimento mesmo que implícito de sua multiplicidade e ambigüidade, os autores dos artigos não discutem aspectos históricos, políticos,

ideológicos implicados na língua, no saber produzido sobre a língua, na estruturação e gestão das formas e da significação para a elaboração das bases de dados.

Dois artigos, dentre esses 42 comentados por Mendonça (2000), trazem uma outra dimensão de análise, que abre possibilidades para outras interpretações relativas à construção e utilização das bases de dados: a dimensão política e ideológica. Um desses artigos, intitulado *Base de dados: a metáfora da memória científica*, de Luiz Fernando Sayão (1996) contempla a dimensão da produção e circulação do conhecimento científico nas/pelas bases de dados eletrônicas. O artigo, nas palavras de Sayão(1996)

> Analisa as bases de dados, seus esquemas de representação e recuperação, sua seletividade e as barreiras impostas pelas linguagens de indexação à ciência produzida no Terceiro Mundo. Conclui que as bases de dados são os repositórios dos conhecimentos consensuais gerados pela ciência moderna, constituindo, dessa forma, a memória da ciência oficialmente aceita.(p. 232).(Grifo nosso).

O segundo artigo, *Documentação africanista: linguagem e ideologia*, de Isabel Maria R. Ferin Cunha, publicado em 1987, privilegia uma análise da participação da produção científica da África nas bases de dados e, de acordo com Mendonça (2000), conclui que "as classificações relegam a África e seus assuntos afins, porque não existem conceitos que a representem no âmbito de história, geografia, língua, cultura e economia...." (p. 64).

Apesar desses dois autores não avançarem nas suas conclusões em direção a uma compreensão dessas "linguagens de indexação", dessa "memória da ciência oficialmente aceita" e desses "conceitos inexistentes", que evidenciam a historicidade de nosso objeto de estudo, é interessante perceber que esta dimensão político-ideológica já vem sendo tematizada por autores nacionais em uma revista altamente considerada nos meios acadêmicos como é a *Ciência da Informação*.

Um outro trabalho, na interface da Ciência da Informação com a Lingüística destacado por Mendonça (2000), é o artigo *Biblioteconomia: produção e administração da interpretação*, de Clarinda Rodrigues Lucas (1997) que é parte da tese de doutorado dessa autora, *Indexação: gestos de leitura do bibliotecário*, defendida no Instituto de Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Campinas em 1996. No artigo, Lucas (1997) investiga os gestos de indexação dos bibliotecários tendo como referencial teórico e metodológico a Análise de Discurso de linha francesa. As contribuições deste artigo para a análise proposta nesta dissertação estão detalhadas na seção 2.2 - *Base de dados: gestos de leitura.*

As bases de dados são compreendidas, na área da Informática, como memórias eletrônicas, conjuntos de arquivos inter-relacionados, indexados, organizados espacialmente, com textos traduzidos para uma linguagem informática escrita em chips de silício de modo a serem acessados quando necessário. De acordo com Colombo (1991), arquivar exige técnicas específicas que garantam a preservação no tempo e também o acesso no tempo futuro: “Eis então o segredo de Simônides, fundador da arte da memória: colocar as lembranças em lugares exatos, para daí tirá-las nos momentos de necessidade.” (p. 31).

As técnicas mnemônicas, nesta concepção informatizada, têm um caráter prático-operatório, uma vez que “guardar” e “encontrar” estão entrelaçados e o “guardar” exige um espaço, um *loci*. Colombo (1991) situa o inicio das estratégias mnemônicas, que ainda são as nossas, no desenvolvimento da retórica. Essa “arte da palavra” (Houaiss, eletrônico) exigiu técnicas mnemônicas que dessem conta de uma maior quantidade de lembranças e que atuassem como uma estrutura mental permanente. Nessa estrutura deveria ser possível colocar e retirar *imagines* (tradução dos conteúdos), que poderiam ser palavras (quando se tratasse de argumentos) ou

coisas (quando se tratasse de artifícios expressivos). Para esse autor essa estratégia mnemônica é uma escolha técnica que desconsidera outras possibilidades, como por exemplo, “a intuição tomista do valor ético da lembrança.” (p. 33). Ele afirma que:

> ... é essencial salientarmos o valor parcial e eletivo da solução espacializadora oferecida pela mnemotécnica retórica e tão fecundamente aplicada (de maneira autônoma e talvez inconsciente) pelos mais recentes métodos de gravação e armazenamento de informação; desde que tal valor descende de uma escolha operativa, pode ele ser julgado pela história da cultura à luz, não somente de seus efeitos, mas também de sua gênese e evolução. (p. 33-4).

Memória e esquecimento, tempo e espaço são assim elementos constitutivos desses instrumentos. Os arquivos servem, pois, para guardar e não guardar, marcando aqui o seu caráter seletivo e relembrando o que já dizia Hebert/Pêcheux (1995) sobre a não neutralidade das técnicas e instrumentos. Este trabalho de Colombo (1991) analisa algumas especificidades dos sistemas mnemônicos eletrônicos como a LILACS e apresenta uma metáfora das bases de dados: a de “labirintos”, essas construções que permitem pensar as divergências de conhecimento entre o arquiteto e o que nela se aventura – Dédalus e Teseu. Com a AD, poderíamos dizer que temos aqui uma volta às relações entre posições de sujeito: a do indexador para quem a base de dados “...é um edifício sensato e tipologizável.” (p. 41), pelo menos imaginariamente, e a do leitor “...oprimido dentro das exíguas medidas dos corredores, limitado pelas encruzilhadas obrigatórias e pela convencionalidade dos símbolos-chaves.” (p. 41), o que confirma as relações de dominação/subordinação apontadas nos trabalhos de Sayão (1996) e de Cunha (1987) comentados acima.

Colombo (1991) afirma que: “... a informatização global do conhecimento tende a construir um mundo à imagem de um sistema mnemônico completo e absoluto; um mundo labiríntico, porque sua percorrebilidade é dirigida por normas míopes....” (p.

42). E esta miopia "... consiste [...] na necessidade de o viajante deslocar-se sem ter a compreensão global do espaço dentro do qual se encontra...." (p. 40).

Parece que é por isto que este autor considera que os arquivos "nos traem" (p. 14), ou seja, por mais que tentemos elaborar e fixar o memorável, organizar e administrar a multiplicidade de coisas-a-saber, elas nos escapam. O que é esquecido por Colombo (1991), no entanto, e que produz a traição é o fato, apontado pela AD, de que os objetos discursivos são simbólicos e que o real da língua e o real da história não se confundem com a realidade, coisa do imaginário, dos sentidos estabilizados.

Esta metáfora do labirinto (Colombo,1991) permite pensar a base de dados LILACS como uma construção determinada por critérios técnico-operatórios, critérios estes elaborados na consideração das possibilidades e limitações dos suportes digitais e na consideração das necessidades do especificador/instituição e do sujeito leitor. Todas essas determinações trabalham para elaborar um edifício sensato e tipologizável. Em uma sociedade dividida em classes, o fragmentado, o diferente, o antagônico é subsumido em construções, como as bases de dados eletrônicas, imaginariamente lógicas e estáveis; as contradições são apagadas/negadas no funcionamento mesmo desses universos que Pêcheux (1997a, p. 31) chama de "logicamente estabilizados".

2.2. Base de Dados: Gestos de Leitura

As bases de dados eletrônicos são consideradas como a estratégia principal de organização de informações no ambiente computadorizado da sociedade moderna, a partir dos anos 70. Vale lembrar que as bases de dados (BD) independem das tecnologias digitais de informação e comunicação já que bibliotecas, arquivos

suspensos, arquivos rotativos, museus, agendas telefônicas são BD. Elas são memórias auxiliares e institucionais de uma sociedade: os dados são nelas armazenados/guardados para posterior processamento/tratamento ou recuperação, trabalhando o memorável de um povo, de uma nação, enquanto parte do processo de construção de uma representação, de uma identidade.

Os bibliotecários com suas técnicas de indexação, com seus descritores, *thesaurus*, têm feito isto (especificar base de dados) há séculos. Lucas (1997) demonstra em seu trabalho como a leitura do bibliotecário é fixada nos e pelos indexadores (descritores) que ele utiliza, ou seja, como a leitura do bibliotecário fixa determinados indexadores de entrada sobre o assunto que ele organiza, para posterior recuperação por parte do usuário e, conseqüentemente, para uma leitura do arquivo. Ele constrói um modo de ler. Esta autora apresenta em seu trabalho uma pesquisa feita com oito bibliotecários, de bibliotecas diferentes, em que se pediu que fossem atribuídas as palavras-chave ao livro *O que é isto, companheiro?*, de Fernando Gabeira. Esse levantamento, pelo seu valor explicativo, vale ser aqui reproduzido:

> Indexador 1: Brasil-História-Revolução,1964 Brasil-Política e governo
> Indexador 2: Conto brasileiro
> Indexador 3: Política (Brasil)
> Indexador 4: Refugiados políticos (Direito Internacional)
> Indexador 5: Romance Brasileiro
> Indexador 6: Biografia histórica
> Indexador 7: Elbrick, C. Burke, 1908-Guerrilhas-Brasil, Brasil-História -1964-1985
> Indexador 8: Brasil-Política e governo-1964-1974 Brasil-História-1964-(Revolução)-Relatos pessoais. (p. 52).

Frente a essas diferentes classificações de um mesmo livro, Lucas (1997) comenta:

> Os assuntos atribuídos pelos indexadores 2 e 5 estão incorretos, visto a obra de Fernando Gabeira não ser ficção, e sim um depoimento sobre um fato real, como indexados nos conjuntos 6 e 8. O cabeçalho de assunto selecionado pelo indexador 4

> "refugiados políticos (direito internacional)" representa o livro de um ponto de vista bem específico, não dando entrada para o contexto histórico e político, também relevantes nesta obra.
> O indexador 7, da Library of Congress (Washington, USA), ressaltou o nome do embaixador americano, e também incluiu o termo "guerrilha". (p.52.). (Aspas no original).

Após a análise discursiva desse corpus, ela conclui:

> Fechando mais o espectro de nossa análise, observamos a leitura do bibliotecário em sua prática de indexação. Observamos de que lugar lê este leitor. Aí constatamos como o sujeito leitor emerge, apesar de sua leitura estar subsumida aos interesses da instituição, apesar das linguagens documentárias (controle de vocabulário, de terminologia), trazendo consigo suas histórias de leitura. (Lucas, 1997, p. 53).

Neste texto de Lucas (1997), é feita uma análise de uma das tarefas do indexador/documentalista de BD - a definição dos critérios de organização (e de recuperação também) e temos que admitir junto com a autora que:

> - o discurso que descreve a leitura do bibliotecário procura caracterizá-la como científica, logo neutra e apolítica;
> - a leitura do bibliotecário simula o modo de produção industrial, buscando produtividade, rapidez, não dando margem a reflexão e ao acúmulo de conhecimento por parte do bibliotecário;
> - esta leitura deseja-se rigorosa, transparente; o sujeito leitor não deve interpretar; a leitura deve ser literal, apreendendo o conteúdo do texto e produzindo representações do mesmo, simulacros, dando-lhe unidade por meio de palavras-chave; a leitura deve ser eficaz, administrável, controlada por intermédio de treinamentos rigorosos, obedecendo sempre a regras de objetividade. [...]
> Nossa análise explicitou a variação dos sentidos nas diferentes leituras de um mesmo texto (leitura polissêmica), contrapondo-se à leitura parafrástica (os sentidos já previstos nas linguagens documentárias). Observamos que o leitor escapa a todos estes mecanismos de controle de sua interpretação, mas não escapa de suas determinações históricas (sua formação discursiva). (p. 53).

Assim, o uso de uma base de dados implica na relação entre a posição de sujeito indexador que deixou sua marca, para além das normas, das listas, das palavras-chave e a posição de sujeito leitor. O relacionamento não é com a máquina, mas entre sujeitos. E do mesmo modo que os gestos de leitura do sujeito indexador estão filiados a determinadas formações discursivas, referidas às formações ideológicas, o

sujeito leitor construirá os seus, sob a injunção das formações discursivas a que está filiado e à sua memória de leitura.

Chartier (2001a) afirma que a leitura nem sempre é aquela pretendida/desejada pelo autor. Entre o autor e o leitor são construídos efeitos de sentido outros. E devemos considerar aqui que estamos falando da instância das formações imaginárias, ou seja, da imagem que o sujeito indexador tem do documento que está a indexar, do autor, do assunto, da área, do país de origem etc., quanto do sujeito leitor que usará a BD.

As bases de dados eletrônicas científicas e bibliográficas (BDECD) como a LILACS, têm como dados básicos as produções escritas: livros, artigos, resenhas, monografias, teses, ensaios. Estas são as entidades descritas nas BDECB que, em alguns casos, dão acesso também ao texto completo, ou seja, ao escrito sobre o qual é elaborada a referência bibliográfica. Temos então duas dimensões de dados: 1ª - o texto, 2ª - a descrição do texto, as referências bibliográficas, os descritores e palavras-chave e às vezes, o resumo. O que desejo ressaltar é que as BDECB são objetos que veiculam o escrito. Trata-se de um trabalho intenso de leitura e de escritura, envolvendo textualidades de natureza distinta, de um trabalho de tradução para uns (Authier-Revuz, 1997), de novos gestos de interpretação para outros (Orlandi, 2004). A vasta produção teórica surge nos textos que são selecionados, ordenados e apresentados nos livros, revistas e jornais científicos, o que indica a articulação com um outro discurso: o da divulgação científica – DC. Um novo suporte, o eletrônico, está sendo estruturado por uma linguagem de matriz informática. É um novo objeto discursivo que se produz, assim como o livro impresso o foi no século XIV.

Naquele tempo, como agora, tem-se uma base tecnológica que possibilita a veiculação dos textos em um novo suporte/formato. A analogia possível de ser elaborada é que a tecnologia (a tipografia e as TIC's), em momentos diferentes, foi a condição de possibilidade para o advento de um modo novo de apresentar e ordenar os textos, de produzir novas práticas de leitura e de escrita, novos gestos de interpretação. Chartier (1999, 2001, 2001a) contribui, com seu trabalho, para aprofundar o entendimento das conseqüências dessa analogia, para a compreensão das bases de dados eletrônicas e, em particular, para a compreensão da relação entre as formas de organização do escrito e as mudanças e transformações na sociabilidade e nas relações de poder. Em seus livros ele tem demonstrado que a passagem da escrita manuscrita para a tipográfica definiu novos formatos para os objetos discursivos com conseqüências para aquelas relações.

Esta questão da leitura, dos procedimentos de interpretação, do caráter subversivo dessa prática apontado acima por Lucas (1997), é discutida por Chartier (1999, 2001, 2001a) de um modo que nos ajuda a compreender o potencial de mudança presente nas novas tecnologias e neste objeto discursivo que é a base de dados. "A ordem dos livros" e "as práticas de leitura" são expressões usadas por Chartier (1999, 2001) ao responder às seguintes questões:

> Como, entre o fim da Idade Média e o século XVIII, os homens tentaram ordenar o multiplicado número de textos que o livro manuscrito – e depois o impresso – colocou em circulação? (Chartier, 1999, p. 7).
>
> O quê significa ler nas sociedades tradicionais? (Chartier, 2001a, p. 82).

Ele recupera, descreve e analisa as antigas práticas de escritura e de leitura e as apresenta como tendo sido controladas pelas características sócio-culturais de um dado tempo e lugar e, também, pelas características formais dos livros, esses objetos

que ordenam e estabelecem o texto escrito. Poderíamos entender que para Chartier (1999, 2001, 2001a) os livros são objetos discursivos . Ele acrescenta, ainda, que a passagem da escrita manuscrita para a tipográfica definiu novos formatos que exigiram mudanças nas práticas de leitura. Esse autor parte da constatação de que "...um texto só existe se houver um leitor para lhe dar um significado." (p. 11) e propõe que se tome assim a leitura como uma prática, um procedimento de interpretação pelo qual os leitores se apropriam dos textos e nesta apropriação, conforme a teoria da AD, praticam uma autoria, identificados com a função-autor.

A progressiva substituição do livro manuscrito pelo livro impresso fortificou "...gestos e pensamentos que são, ainda, os nossos." (Chartier, 1999, p. 8) e rompeu com o texto contínuo, com o tamanho *in quarto*, com a composição folha a folha, com a limitação da difusão. Este último rompimento foi decisivo para ampliar o acesso aos textos e também para possibilitar a leitura solitária em detrimento da leitura em voz alta, coletiva, realizada nas organizações profissionais, nos *saloons*, na igreja e no lar. O livro impresso dessacralizou o texto e a própria leitura. Novas formas de controle da interpretação foram criadas: a fragmentação em parágrafos e sessões, os comentários, as notas de rodapé, os sumários. Quanto a essas formas de controle da leitura, algumas sutis como as que acabamos de enumerar, Chartier (1999) as coloca em cena deslocando a independência do leitor: essa independência "...é limitada pelos códigos e convenções que regem as práticas de uma comunidade de dependência. Ela é limitada, também, pelas formas discursivas e materiais dos textos lidos." (p. 14). Mas, como diz o próprio autor, "... a leitura [e, portanto a linguagem] é, por definição, rebelde e vadia." (Chartier, 1999, p. 7) E isto nos confronta com o sujeito leitor, o sujeito editor dos periódicos científicos e o sujeito autor e com todas essas condições que Chartier (1999) chama de "fora do texto" e

que a AD chama de “condições de produção”, considerando-as como parte constitutiva do texto, da produção de sentidos e da constituição do sujeito.

O que é possível observar em uma leitura discursiva do trabalho de Chartier (1999, 2001, 2001a) é que ele aborda a escritura e a leitura como práticas sócio-culturais correlacionadas a três características: as do objeto discursivo que dá suporte ao escrito, as do sujeito leitor e as da relação entre o sujeito leitor, o sujeito autor e o sujeito editor. Estas últimas relações são abordadas por Chartier (1999) pela consideração do imaginário que aí funciona, elaborando as posições de sujeito pela antecipação que cada um dos envolvidos faz a respeito de si mesmo e dos outros, considerando as formações imaginárias que estão funcionando nas diferentes posições de sujeito. Estas antecipações estão inscritas nos objetos discursivos e produzem efeitos na leitura, nos procedimentos de interpretação, na produção dos efeitos de sentido.

Cinco conclusões de Chartier (1999, 2001, 2001a) sobre o livro impresso e a leitura interessam para o trabalho aqui exposto e selecionamos palavras do próprio autor para fixá-las:

> 1- O livro sempre visou instaurar uma ordem: fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu a sua publicação. (Chartier, 1999, p. 8);
> 2 - .... os livros são objetos cujas formas comandam, senão a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis. (Chartier, 1999, p. 8);
> 3 - ...cada leitor, a partir de suas próprias referências, individuais ou sociais, históricas ou existenciais, dá um sentido mais ou menos singular, mais ou menos partilhado, aos textos de que se apropria. (Chartier, 2001, p. 20);
> 4 - Reconstituir a leitura implícita visada ou permitida pelo impresso não é, portanto, contar a leitura efetuada e ainda menos sugerir que todos os leitores leram como se desejou que lessem.(Chartier, 2001a, p. 105);
> 5 - Por um lado, a transformação das formas dos dispositivos através dos quais um texto é proposto pode criar novos públicos e

> novos usos; por outro, a partilha dos mesmos objetos por toda uma sociedade suscita a busca de novas diferenças, aptas a sublinhar as distâncias existentes. (Chartier, 1999, p. 22).

As conclusões três e quatro podem ser aplicadas à pesquisa de Lucas (1997), pois ali vimos como a leitura, repetindo as palavras de Chartier (1999), “é rebelde e vadia.” (p.7)

Os textos desse autor voltados principalmente para a elaboração de uma história do livro e da leitura interessam para nossa reflexão, não só por esta abordagem crítica da leitura, mas também, como já adiantamos, pela possibilidade de considerar a base de dados LILACS como um suporte, mas também como um objeto discursivo tão novo como foi o livro impresso no século XIV. Um objeto que visa instaurar uma ordem, cuja forma define os modos possíveis de apropriação, e que possibilita novos públicos e novos usos, suscitando novas modos de estabelecer as diferenças. Com esse suporte bibliográfico, agregado ao teórico e metodológico da AD, pudemos abordar a LILACS a partir das suas características formais em busca daquelas que caracterizam um rompimento com a forma livro impresso e, então, analisar e refletir sobre as conseqüências dos rompimentos encontrados para os gestos de interpretação, para a circulação do saber psicológico e para os processos de subjetivação.

3. Análise Discursiva da LILACS

A LILACS é um texto - uma unidade de análise - que dá acesso ao discurso sobre a saúde e ao discurso da saúde, e a sua materialidade lingüística permite uma descrição e análise sobre a maneira pela qual ela elabora esse objeto saúde e sobre os funcionamentos que caracterizam essa prática discursiva determinada historicamente. Há, então, uma relação necessária entre o objeto textual, as técnicas, a metodologia e a(s) teoria(s) que produzem uma leitura e um modo de ler datado. Henry (1997), analisando os textos iniciais de Pêcheux, que estão na base da fundação da Análise de Discurso, em que os instrumentos científicos têm lugar de destaque para se pensar o processo de produção do conhecimento, ao tratar da criação da homogeneidade entre o objeto da física e seus métodos, diz que:

> Este processo corresponde bem precisamente àquilo que Pêcheux chama de reprodução metódica do objeto de uma ciência, ou seja, o processo pelo qual uma ciência cria seu próprio *Spielraum* ou espaço de jogo, faz variar suas questões, e, através de tais variações, ajusta seu discurso teórico a si mesma, nele desenvolvendo sua consistência e necessidade. (p. 17).

A consideração da materialidade da língua nos objetos digitais - bases de dados, redes de comunicação, *home pages, sites* - como concebida pela AD, pode contribuir para trazer para o campo das discussões sobre os impactos dessas tecnologias na sociedade atual, outras questões ainda não plenamente abordadas. As questões sistematicamente desconsideradas ou levemente colocadas dizem respeito a aspectos políticos que fustigam tanto os literatos que "... acreditam poder ficar assim à distância da adversidade que ameaça historicamente a memória e o pensamento...", quanto os cientistas que "... acreditam poder ainda por muito tempo escapar à questão de saber para que [eles, cientistas] servem e quem os utiliza...." (Pêcheux, 1997, p. 61).

A formação do acervo da LILACS obedece a um conjunto de normas e prescrições que definem a metodologia LILACS de organização e estruturação da base de dados, expresso em vários documentos disponíveis no site da Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), no endereço http://www.bireme.br/. Para a descrição e análise que realizamos são considerados os seguintes textos: *Guia de seleção de documentos para a base de dados LILACS* (BIREME,2001) e seu anexo *Critérios de seleção de periódicos para a base de dados LILACS*; *Manual de Indexação* (BIREME, 2003a); *Manual do usuário – pesquisa em bases de dados bibliográficas* (BIREME, 2003) e o *Descritores em Ciência da Saúde(DeCS).* (online).

Pensando nesse corpus, trago algumas afirmações de Pêcheux (1997b) que, de uma certa forma, ajudaram-me a constituí-lo:

> ...num "continente científico" dado, [como a área das Ciências da Saúde] todo evento epistemológico [...] se inscreve numa conjuntura historicamente determinada pelo estado das relações de desigualdade-subordinação... (p.192)
>
> ... os "objetos" ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a "maneira de se servir deles..."[Como os manuais, guias e critérios da LILACS]. (p. 146), (Aspas no original).

Quando estamos a descrever e analisar discursivamente uma base de dados científica e eletrônica que contem mais de 150.0000 registros, ou seja, fichas bibliográficas de artigos, teses, livros, documentos governamentais, e que é também uma metodologia de construção de bases de dados, e que se propõe a disponibilizar toda a produção científica na área da Ciência da Saúde dos países da região da América Latina e Caribe a partir de 1982, é importante perguntarmos sobre o método de construção dessa memória científica eletrônica. É por ele e com ele que se seleciona o memorável, o que deve ser registrado nesta memória metálica para consultas futuras e que se elabora um universo logicamente estabilizado,

contrapondo-se ao outro, instável, a deriva e que fustiga a nossa "...imperiosa necessidade de homogeneidade lógica...." de um "... mundo semanticamente normal....". (Pêcheux, 1997a, p.33).

É preciso lembrar que o guardado, o já-dito, determina o dito e o não dito, pois a memória discursiva (o interdiscurso) age como condição de produção do discurso, elabora uma distribuição dos seres e dos saberes, constituindo-os, recompondo-os, apagando-os e voltando a retomá-los, elaborando um espaço para processos de individuação/subjetivação específicos. Portanto, é importante nos perguntarmos sobre esse método porque nele estão inscritas, na superfície lingüística da organização da base de dados, relações de poder determinadas por um certo tipo de produção da vida material; relações estas possíveis de serem observadas pelo movimento dos discursos que funcionam na posição autor desta base.

Descrever e analisar discursivamente a base de dados LILACS exige considerar a sua constituição, os critérios de seleção, de classificação e de especificação (o fazer o sistema e o alimentar o sistema) inscritos na superfície lingüística dos manuais e guias que normatizam esta constituição, que definem o quê aí pode ser dito (o que entra e o quê está de fora), elaborando o que pertence ao universo das Ciências da Saúde. Esses critérios normativos, expostos nos guias e manuais, constróem a evidência da transparência da linguagem (apagando o fato de que os sentidos sempre podem ser outros) e a evidência do sujeito (apagando o fato de que este se constitui como posição de fala).

Trata-se, pois, de um processo de institucionalização do conhecimento em condições materiais específicas da história da leitura nas sociedades letradas. Chartier (1999) afirma que "A revolução do texto eletrônico será ela também uma revolução da leitura. Ler sobre uma tela não é ler um códex." (p. 100) Há, portanto,

que se compreender a historicidade do texto aí inscrito, mas também a historicidade do próprio ato de ler, de sua produção; momentos históricos em que os interlocutores se identificam enquanto produtores e usuários de um sistema significante e, ao fazê-lo, desencadeiam um processo de significação do texto.

Nesse processo de elaboração de sentidos, a instauração de determinados modos de leitura tornados possíveis, irão produzir relações e efeitos diferentes do autor e do leitor com o texto, seja como indexador, seja como usuário, tendo em vista o que será posto como elementos organizadores dessa apropriação do conhecimento. A leitura é um processo bastante complexo que envolve muito mais do que meras habilidades que se adquirem enquanto estratégias de domínio e controle de uma linguagem e de uma língua tomada como instrumento de comunicação – algo completo, pronto e acabado que se transmite e recebe de modo unívoco – ou como expressão do pensamento – algo transparente, reflexo de um conteúdo elaborado antes e em outro lugar.

Nesse sentido produzimos dois recortes para a nossa descrição e análise, considerando a leitura feita pela LILACS do campo Psicologia e os modos de ler que ela instaura, afetando as funções de autor e de leitor do sujeito, seja ele o indexador, seja ele o usuário, inscrevendo o sujeito de determinada maneira no campo do conhecimento científico.

Começaremos pelo modo de ler o texto científico que a LILACS instala, tendo como ponto de partida os manuais e guias acima relacionados, para através das pistas e vestígios (Ginzburg, 1989), deixados na forma material da língua, atingirmos a ordem significante e compreendermos o discurso que ali se produz.

Em seguida, iremos tratar do próprio processo de indexação, já determinado por um modo de ler previamente estabelecido, analisando o vocabulário temático Descritores em Ciência da Saúde – DeCS, relativo à Psicologia.

3.1. Um Modo de Ler Ciência

Na LILACS, é possível identificar lugares de enunciação onde funcionam variadas leituras, gestos de interpretação específicos determinados pelas condições de produção: o lugar do institucional – no qual se instala e é identificada a BIREME/OPAS/OMS; o lugar do técnico – no qual se instala e é identificado o sujeito indexador/documentalista (autor); o lugar do operacional – no qual se instala e é identificado o sujeito usuário (leitor); o lugar do produtivo – no qual se instala e é identificado o sujeito editor/autor dos textos indexados.

Apenas para efeito de exposição, vamos realizar o trabalho de descrição e análise em seções dedicadas a cada um desses lugares enunciativos sempre realizando a remissão necessária de um aos outros no respeito à definição de discurso como efeito de sentidos entre locutores.

O lugar do institucional

A BIREME, agora nomeada como Centro Latino-Americano de Informação em Ciências da Saúde - é um órgão da Divisão de Desenvolvimento Humano (IDH), da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), representante regional da Organização Mundial de Saúde (OMS). Está estabelecida no Brasil desde 1987 e é responsável operacional pela LILACS. Estas instituições são organismos credenciados e legitimados historicamente, hierarquizados da base regional ao vértice mundial, para falar do lugar da ciência sobre a saúde e da saúde, pois, como

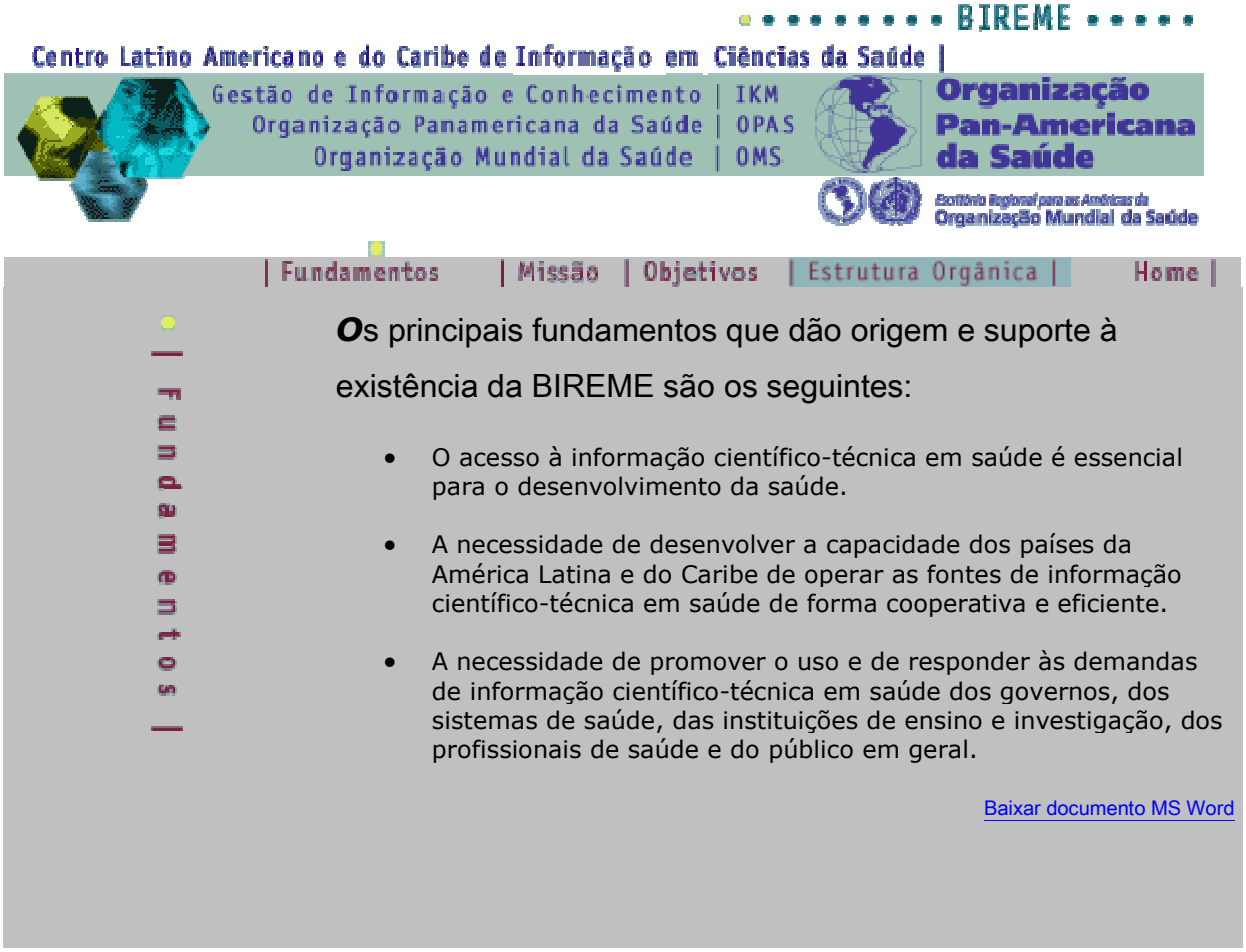
diz Foucault (1998) ao se referir aos sistemas de restrição que agem na ordem dos discursos, “...qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa....”. (p..9).

As diretrizes da BIREME para a formação do acervo da LILACS, a categorização das Ciências da Saúde que ela propõe, as normas de organização/indexação dos documentos textuais que ela elabora são, para a AD, gestos de interpretação determinados por condições de produção específicas, referidas às formações imaginárias, discursivas e ideológicas atuantes em um tempo e lugar específicos. Assim a LILACS, suportada por essas instituições normativas e prescritivas, está credenciada, historicamente e institucionalmente, para falar de um lugar autorizado, produzindo evidências de legitimidade, credibilidade e cientificidade e instaurando um modo específico de ler os textos científicos, em geral, e a produção do campo Psicologia, em particular.

O endereço eletrônico da BIREME – www.bireme.br - abre a página da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) reproduzida no Anexo.

Nesta página o *Menu Central*, na opção *Literatura Científica*, dá acesso ao formulário de consulta para várias bases de dados que compõem a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e entre elas está a LILACS. O *Menu* ainda provê acesso a páginas que orientam a pesquisa e o acesso a informação sobre a BVS. Através do *link* BIREME é possível acessar informações sobre a própria BIREME: seus Fundamentos, Missão, Objetivos.

Figura 1 – Fundamentos da BIREME


BIREME
Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
Gestão de Informação e Conhecimento | IKM
Organização Panamericana da Saúde | OPAS
Organização Mundial da Saúde | OMS
Organização Pan-Americana da Saúde
Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde
| Fundamentos | Missão | Objetivos | Estrutura Orgânica | Home |
| Fundamentos |
Os principais fundamentos que dão origem e suporte à existência da BIREME são os seguintes:
O acesso à informação científico-técnica em saúde é essencial para o desenvolvimento da saúde.
A necessidade de desenvolver a capacidade dos países da América Latina e do Caribe de operar as fontes de informação científico-técnica em saúde de forma cooperativa e eficiente.
A necessidade de promover o uso e de responder às demandas de informação científico-técnica em saúde dos governos, dos sistemas de saúde, das instituições de ensino e investigação, dos profissionais de saúde e do público em geral.
Baixar documento MS Word

Os Fundamentos são pressupostos que justificam a existência da BIREME e legitimam a sua ação. O primeiro deles estabelece a relação entre “informação técnico-científica” e “desenvolvimento da saúde” como essencial, ou seja, fundamentalmente necessária. Esta é uma leitura que vem acompanhando o advento das tecnologias digitais e que pode ser parafraseada com a expressão comum “A informação é a solução” ou “A tecnologia é a solução”. É construída, assim, a evidência de que ter acesso à informação dá conta dos mais variados problemas: aumentar a competitividade das empresas, definir estratégias eleitorais, elaborar planos de ação, significar-se como moderno, por exemplo. O que é elaborado no imaginário sobre a informação é, como diz Postman (1994), que os problemas

pessoais e coletivos “...requerem soluções técnicas por meio do acesso rápido à informação...” (p. 125).

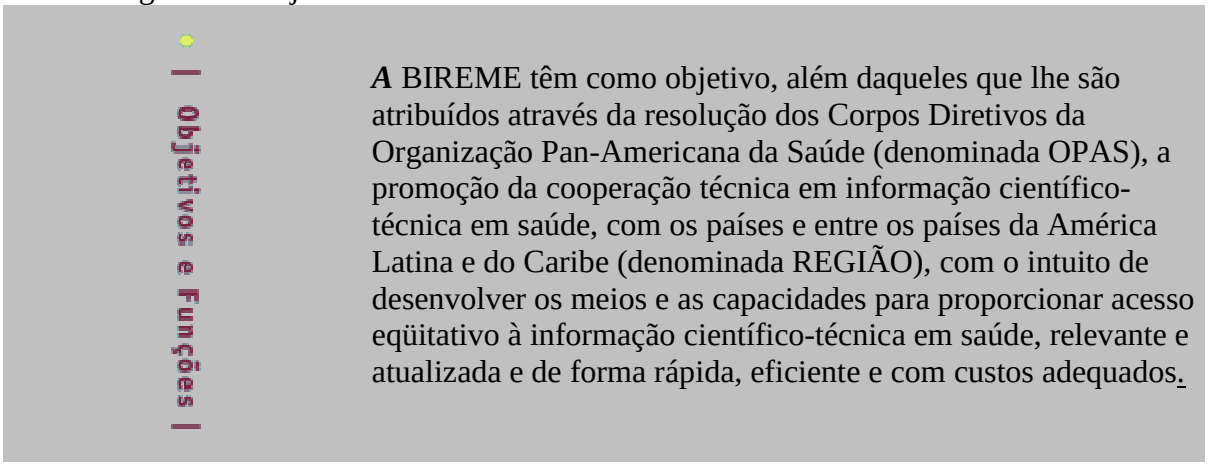
No entanto, o mesmo autor argumenta, “Nos países em que as pessoas estão morrendo de fome, isso não acontece por causa de informação inadequada.” (Postman, 1994, p. 125). O status privilegiado dado à informação no mundo moderno tem como efeito apagar o político, ou seja, explicar os problemas, as diferenças, as contradições como falta de informação e não como efeitos dos processos de produção e reprodução das relações de um específico modo de produção da vida material.

O segundo fundamento levanta uma necessidade, que sustenta a própria existência da BIREME, e que tem como origem uma incapacidade dos países da América Latina e do Caribe. Esta incapacidade é a de “...operar as fontes de informação científico-técnica em saúde de forma cooperativa e eficiente.”.

O terceiro fundamento é a constatação de uma necessidade, mas também de um demanda: “dos governos” e “dos sistemas de saúde” e “das instituições de ensino e investigação”, indicando um trabalho de integração da memória institucionalizada, o que evidencia que a informação e o conhecimento são uma questão de Estado.

Isto posto, podemos, em seguida, ir para o objetivo geral da BIREME.

Figura 2 – Objetivo da BIREME


| Objetivos e Funções |
A BIREME têm como objetivo, além daqueles que lhe são atribuídos através da resolução dos Corpos Diretivos da Organização Pan-Americana da Saúde (denominada OPAS), a promoção da cooperação técnica em informação científico-técnica em saúde, com os países e entre os países da América Latina e do Caribe (denominada REGIÃO), com o intuito de desenvolver os meios e as capacidades para proporcionar acesso eqüitativo à informação científico-técnica em saúde, relevante e atualizada e de forma rápida, eficiente e com custos adequados.

Esta instituição vê (interpreta) os países da América Latina e do Caribe - REGIÃO, como necessitando de cooperação técnica para desenvolver os meios e as capacidades, que esses mesmos países precisam para ter acesso eqüitativo à informação, indicando que há países que não têm acesso à informação e/ou que esse acesso pode não ser eqüitativo. Observamos, ainda, a presença de um outro, que sabe disso e que quer promover uma cooperação técnica; cooperação que se dá entre os países que não têm esse acesso eqüitativo à informação científica: os países da América Latina e do Caribe. Esse outro que promove seriam, pois, aqueles países que estão fora da América Latina e do Caribe, nomeados em maiúscula como REGIÃO.

É com o lugar desse outro, que não é o lugar da REGIÃO, que se identifica a BIREME e daí ela fala da saúde e sobre a saúde, colocando em circulação, ordenadamente (com os guias, manuais, terminologia, softwares) a produção da área da saúde na REGIÃO e instaurando um modo administrado de ler e, portanto, de significar e significar-se para os indexadores, usuários e autores dos documentos textuais que compõem o acervo da LILACS, mas também instaurando possibilidades específicas de processos identitários para esses países. Um outro que está acima dos Estados nacionais, pois atende às demandas de governos, ou seja, desses Estados, como vimos anteriormente.

É com esse outro, significado historicamente (o cooperador, o que tem os meios e as capacidades) que os indexadores, usuários e autores se relacionam, também significados historicamente, (necessitados, sem meios e capacidades) no espaço virtual. Aí estão implicadas relações de poder, de dominação/subordinação apagadas pelo imaginário humanista que funciona com relação à cooperação e acionando ainda uma memória para os países da América Latina e do Caribe: a do discurso

colonialista e religioso organizado em torno do ideal salvacionista do resgate das almas para Deus e dos corpos para a produtividade, do progresso e do conhecimento referendados pela metrópole. O imaginário sobre os países da REGIÃO é representado nos conceitos de latinidade e tropicalidade, patologizados e, contraditoriamente, admirados desde as viagens dos primeiros naturalistas.

Os parceiros da BIREME na realização dos seus objetivos são os governos e as instituições de saúde e de pesquisa dos países da REGIÃO. Esses parceiros privilegiados devem em conjunto e sob a coordenação da BIREME agir para preservar a memória institucionalizada, que deve ser compartilhada e disseminada

> ...levando-se em conta a integração e a participação ativa e cooperativa de instituições, unidades de instituições, bibliotecas, centros de documentação e agentes que são produtores, intermediários e usuários de informação científico-técnica em saúde nos países da REGIÃO." (www.bireme.br, Objetivos e Funções), (Grifo nosso).

Há um mercado (produtores, intermediários, consumidores (usuários)) de informação técnico-científica que, diferentemente do mercado do discurso econômico (competitivo, direcionado para o lucro, alienante), deve ser cooperativo, integrado e participativo. A produção científica fica assim referida a uma prática diferente das outras práticas produtivas, desligada das suas condições de produção. Uma prática produtiva capaz de elaborar a cooperação e não a competição característica do capitalismo. Fica, no entanto, o vestígio na re-significação de "produtores, intermediários e usuários": imaginariamente eles manteriam um outro tipo de relação que não aquela do mercado econômico, apagando os conflitos e desigualdades existentes e que estão na base do não-acesso eqüitativo à informação.

Esse trabalho de integração é realizado pela difusão de uma metodologia de organização/estruturação de bases de dados bibliográficas. Esta metodologia estabelece critérios relacionados à organização dos sistemas interligados, à

manutenção/alimentação da base, aos objetos a serem descritos, à classificação dos dados. As instituições que utilizam esta metodologia formam o Sistema Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, coordenado pela BIREME.

> O Sistema Regional é produto da integração de sistemas nacionais, cuja estrutura prevê um Centro Coordenador Nacional e uma rede descentralizada de Centros Cooperantes formada por bibliotecas e centros de documentação da área da saúde.
> Ao Sistema também pertencem os Centros de Informação da sede da Organização Pan-Americana da Saúde, em Washington, os Centros especializados regionais da OPAS e os Centros de Documentação localizados nas Representações nos diferentes países. (BIREME, 2001, p. 7).

Em sua base, então, a LILACS tem os Centros Cooperantes, (bibliotecas universitárias, públicas, institutos de pesquisa da região) sob a orientação do Centro Coordenador de cada país na chamada REGIÃO. No Brasil, o Centro Coordenador é, no entanto, a própria BIREME.

Cabe aos Centros Cooperantes elaborarem as fichas bibliográficas dos documentos que comporão a LILACS em um trabalho descentralizado. Os bibliotecários, documentalistas, indexadores dos Centros Cooperantes contam com softwares (LILDBI-LILACS, o LILDBI-WEB e o SeCS) para realizarem a descrição bibliográfica e a indexação no padrão LILACS. Esses softwares organizam e controlam o trabalho dos documentalistas, definindo a seqüência de elaboração da ficha bibliográfica, os campos de preenchimento obrigatório e opcional, as palavras permitidas; dão ainda acesso ao DeCS, restringindo as palavras usadas na indexação do documento ao vocabulário controlado deste *thesaurus*. A escritura e a leitura que se pretende do indexador estão aí imaginariamente fixadas.

Ao dar entrada na LILACS, a descrição de um documento (registro) é armazenada em uma base temporária, chamada “base não certificada”.

Posteriormente, quando o documentalista apresenta seu código junto à BIREME e se certifica, é feita então a "consistência", ou seja, o programa analisa o valor digitado em cada campo e o compara com as regras de consistência definidas a priori (se o valor é ou não numérico ou alfabético, se o número de dígitos está dentro do intervalo definido, se a palavra ou número está dentro do conjunto estipulado, etc). Só após a certificação do documentalista e o processamento da consistência é que a descrição é transferida para o computador da BIREME, local físico da base de dados LILACS. A BIREME se pronuncia dizendo, então, que se no processamento da consistência dos campos "...forem identificados erros, os registros serão mantidos na base não certificada, e o sistema gerará um relatório para o documentalista corrigi-los.". (BIREME, 2001, p. 8).

Uma análise discursiva do funcionamento desse sistema cooperante traz à tona, novamente, a questão dos instrumentos. Vemos como os instrumentos informáticos administram e disciplinarizam a leitura e, portanto a interpretação, pela predefinição dos campos, dos valores dos campos, da seqüência de preenchimento. A leitura polissêmica é controlada pelas regras de consistência que detectam os erros e a ficha retorna para correção. Aí também está implicada uma autoria: o indexador é responsável pelo trabalho realizado (afetado pelas exigências de lógica, não contradição e unidade) e identificado por um código que garante o seu direito de realizar este trabalho e que diz quem ele é.

E desse lugar enunciativo do institucional, que se estabelecem as normas a serem seguidas por um sujeito de direito, próprio das sociedades capitalistas; aquele que se submete livremente à um dizer e se responsabiliza por ele.

O que define a correção da leitura/escritura do bibliotecário são as regras de consistência definidas a priori: antes delas serem processados e do indexador se

identificar o trabalho fica em um lugar não certificado, um lugar sem nenhuma legitimidade. Nessas exigências técnicas e no conceito de compatibilidade, comentado a seguir, percebo exatamente aquilo que, já em 1980, Pêcheux (1997) antevia: “um policiamento dos enunciados, de uma normalização asséptica da leitura e do pensamento, e de um apagamento seletivo da memória histórica.”. (p. 60).

O lugar do técnico

A textualidade que o discurso institucional constrói para que se produzam os efeitos de sentido e se individualize a forma-sujeito em seus efeitos – de lei e de conhecimento – denomina-se Metodologia LILACS, assim definida:

> A Metodologia LILACS é um componente da Biblioteca Virtual em Saúde em contínuo desenvolvimento, constituído de *normas, manuais, guias e aplicativos*, destinados à coleta, seleção, descrição, indexação de documentos e geração de bases de dados.
> Esta metodologia está sendo desenvolvida desde 1982, e surgiu diante da necessidade de uma metodologia comum para o tratamento descentralizado da literatura científica-técnica em saúde produzida na América Latina e Caribe. (www.bireme.br, Metodologia LILACS), (Grifo no original).

Observamos que a metodologia é um conjunto de instrumentos indicando como fazer uma base e sendo necessária, porque há um trabalho descentralizado que exige uma metodologia comum. Interessa-nos, pois, compreender como se produz essa unidade-uniformidade, a partir de um centro, de modo a garantir que a descentralização se dê em determinada direção.

De acordo com a teoria de sistemas, a adoção de uma mesma metodologia pelos diversos centros de alimentação do sistema provê o que na área de informática é conhecido por “compatibilidade”. Quanto mais compatibilidade existir entre os nós de uma rede informatizada mais fácil é estabelecer, manter e controlar os fluxos de informações, menores são os custos com as interfaces e mais otimizada fica a

conectividade. O conceito de compatibilidade relaciona-se a aspectos de *hardware* e de *software*. É que interligar sistemas exige tanto interfaces mecânicas (as mídias de comunicação) quanto interfaces de *software* (programas tradutores de linguagem, por exemplo). Portanto, se os sistemas que se pretende interligar forem instalados em equipamentos compatíveis e utilizarem a mesma linguagem e organização diminui-se os custos com as interfaces e otimiza-se os aspectos operacionais, aí incluídos a manutenção e o controle. A homogeneização fica assim justificada, mais uma vez, apenas pela exigência técnica. No entanto, a nossa hipótese é a de que a homogeneização de um campo de conhecimento, como o psicológico, atende também a exigências de caráter social e político.

Os componentes da Metodologia LILACS são os que apresentamos a seguir, ressaltando que, dado à exigüidade do tempo disponível, não puderam ser analisados, discursivamente, em sua totalidade:

- *Lildbi - LILACS*, software para a descrição bibliográfica e indexação;
- *Lildbi-Web*, versão para a Internet do Lildbi-LILACS;
- *SeCS*, software para o controle de coleções de publicações periódicas;
- *DeCS*, vocabulário temático da área das ciências da saúde, disponível online;
- *Manual de descrição bibliográfica*, ensina o indexador, passo a passo, como utilizar o Lildbi-Web;
- *Manual de indexação*, ensina o indexador a usar o DeCS;
- *Guia de seleção de documentos*, ensina o como selecionar os documentos para a base.

A metodologia que tem os componentes informatizados acima relacionados (LILDBI, LILDBI-LILACS e SeCS) é complementada por um conjunto de procedimentos expressos em dois manuais (o de indexação e o de descrição

bibliográfica), por um guia de seleção de documentos e pelo vocabulário temático DeCS. Esses documentos e software especificam as responsabilidades dos parceiros e o como fazer a base.

No *Guia de seleção de documentos para a base de* dados *LILACS* (BIREME, 2001) esses procedimentos estão justificados no seguinte parágrafo:

> Como as funções de coleta e seleção de documentos para a base de dados LILACS são descentralizadas, é necessário que os Centros Cooperantes do Sistema possam contar com um Guia de Seleção de Documentos para orientá-los. Critérios de seleção comuns são indispensáveis para garantir a integridade e a compatibilidade dos registros da base de dados e para manter um equilíbrio entre a rigidez e a tolerância extremas, evitando assim tanto a inclusão indesejável de documentos, como a exclusão daqueles relevantes. (p. 4). (Grifo nosso).

Esta necessidade de uma metodologia comum se explica por que são os centros cooperantes, ou seja, o governo, as bibliotecas, instituições de pesquisa da REGIÃO que realizam a seleção dos documentos. Há, pois, que criar condições de produção que garantam os conteúdos das significações, que permitam "...conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (Foucault, 1998, p. 9).

A descentralização necessária exige regular as ações dos centros cooperantes para garantir a integridade e a compatibilidade (razões técnicas), ou seja, apesar da coleta e seleção serem feitas descentralizadamente elas não devem ser diferentes. O Guia (BIREME, 2001) vem assim administrar essas ações para evitar inclusões e exclusões indesejáveis. Indesejáveis para quem? Para quê? Uma pesquisa ao dicionário (Houaiss eletrônico) possibilita observar que integridade é "inteireza" ; já "compatibilidade" é "capacidade de programas, dispositivos e componentes funcionarem em conjunto e interagirem sem prejudicar o funcionamento do computador, do sistema operacional ou de outros programas, dispositivos e

componentes.” (Houaiss eletrônico). Observamos que o que é da ordem da máquina é transferido para o trabalho das pessoas: o produto desse trabalho, o registro do documento, deve ser uma saída de um processo mecânico, definido num algoritmo de execução que garanta saídas (S) iguais para entradas (E) iguais. Observamos apenas que, no caso da prática da indexação o que está entre a E e a S é o sujeito indexador constituído por todo um complexo de formações discursivas que funcionam no lugar que ele ocupa e que nesta lógica eletrônica é apagado.

Os critérios de seleção comuns para todos os sistemas cooperantes elaboram uma imagem de homogeneidade e também de objetividade necessária não só para a integridade e compatibilidade, mas principalmente para construir a legitimidade da base, conter a dispersão dos sujeitos nas práticas discursivas e controlar assim os erros, evitando também as inclusões e exclusões indesejadas. Há aí um desejo relacionado ao que deve e ao que não deve compor a base, apontando para um sistema de restrições que veremos mais a frente.

Os manuais, guias, critérios, *softwares* e o vocabulário controlado, componentes da metodologia LILACS citados acima, são instrumentos e como tal, não são neutros; eles constituem processos de significação específicos: definem o lugar dos centros cooperantes, dos indexadores, dos leitores e dos autores dos documentos que compõem a LILACS. Estabelecem o como fazer, a linha diretiva, a ordenação desejada para a prática da indexação, para a seleção dos documentos, para o registro das fichas bibliográficas, para o uso da base de dados. Partem de quem pode falar sobre a saúde e da saúde, materializando uma leitura específica, possível a partir de uma posição elaborada historicamente, institucionalmente, para aqueles que devem selecionar, organizar, armazenar uma multiplicidade de documentos textuais e para aqueles que vão usar a base LILACS. Eles estabelecem modos de ler/ver estes

documentos, administrando as práticas de indexação (selecionar, organizar, armazenar) e de pesquisa dentro das normas do bem fazer.

Observamos que a memória da produção científica que esta sendo preservada é a memória institucionalizada: a dos governos e instituições dos países da região, coordenados pela BIREME. Observamos ainda que o discurso institucional é atravessado, se apóia, no discurso técnico, elaborando como evidentes, necessidades, controles, metodologias, modos de fazer. Os países da REGIÃO demandam soluções técnicas, as técnicas exigem padronização, a informação enquanto falta justifica a ajuda e enquanto necessidade transforma problemas nitidamente políticos em falta de informação técnico-científica. Esses discursos elaboram uma demanda – a de informação – que encobre outras - históricas, político-sociais – e ao mesmo tempo reproduzem as relações de dominação/subordinação que instauram essas demandas históricas. A contradição, a ambigüidade desaparece no e pelo discurso técnico e institucional e o sujeito é, naturalmente, colocado em determinados lugares enunciativos.

Do lugar do técnico deve ser feita a leitura que a instituição pretende que o indexador faça. O sujeito indexador deve ler a interpretação institucional e atesta-la, como diz Pêcheux (1997), nos gestos incansáveis de seleção, classificação, organização, catalogação, enfim na prática da indexação. Este lugar está elaborado a priori e a interpretação que a BIREME dele faz está na materialidade lingüística dos componentes da metodologia LILACS. Trata-se, pois, de como um sujeito de direito, que se submete livremente às normas da BIREME, irá exercer a função de leitor de ciência para produzir o efeito autor.

Observaremos primeiro o funcionamento lingüístico discursivo do *Guia de seleção de documentos para a base de dados LILACS* (BIREME, 2001) (daqui para

frente apenas Guia) que é um documento com 12 páginas e dois anexos: “Categorias principais do DeCS” e “Critérios de seleção de periódicos para a base de dados LILACS”.

O termo “guia” desde a significação de marco na calçada que fixa por onde se deve passar, até a de “guia turístico”, que mostra o quê deve ser visto, está associado a controle, prescrição, marco ordenador, linha diretiva, e também filiado ao discurso religioso que define o caminho da verdade: “Deus (a providência, a Bíblia, a Igreja) guia meus passos”.

Logo na introdução desse Guia (BIREME, 2001) está escrito:

> A Metodologia LILACS permite a criação de bases de dados nacionais e a alimentação da base de dados regional LILACS. É responsabilidade de cada país integrante do Sistema decidir quais documentos têm valor nacional e/ou internacional para serem incluídos na LILACS. Os documentos de interesse local ou que não cumpram os critérios da LILACS devem ser incluídos somente nas bases de dados nacionais. (p. 4), (Grifo nosso).

Neste texto introdutório o que nos chama atenção é o jogo que se estabelece entre os termos “nacional” e “internacional”, apontando para o outro que realmente decide o que entra ou não na LILACS, para o centro ordenador dessa leitura e dos efeitos-leitor.

A metodologia LILACS permite criar e alimentar. Criar está referido às bases nacionais; enquanto alimentar, à base LILACS. Para ser incluído na LILACS, (alimentar) “cada país integrante do Sistema” deve decidir (avaliar, escolher) os documentos que tenham valor nacional e internacional, ou então, que tenham valor só nacional ou só internacional, mas os de interesse local ou que não cumpram critérios da LILACS não devem ser incluídos na base LILACS, só nas bases nacionais. Este enunciado está indicando que existem dois tipos de base: 1. as bases nacionais que usam a metodologia LILACS e a própria LILACS que é a base da

BIREME, ou base regional. Nesta base não deve entrar documentos de interesse local e nem documentos que não cumpram os critérios da BIREME, evidenciando uma discrepância entre “valor nacional” e “interesse local”.

O que seria um documento com valor? No discurso lexicográfico, valor é “qualidade que confere a um objeto material a natureza de bem econômico, em decorrência de satisfazer necessidades humanas e ser trocável por outros bens.” (Houaiss eletrônico), filiando-se à formação discursiva (FD) da economia. Mas, pode também estar filiado ao discurso ético: “conjunto de princípios ou normas que, por corporificar um ideal de perfeição ou plenitude moral, deve ser buscado pelos seres humanos.” (Houaiss eletrônico). Temos, ainda, “valor” relacionado a interesse, ou seja, “aquilo que é importante, útil ou vantajoso, moral, social ou materialmente.” (Houaiss eletrônico), próprio de uma FD pragmatista, ou melhor, utilitarista. Na LILACS não devem ser indexados os documentos com valor/de interesse local, ou seja, os de interesse particular da REGIÃO: a LILACS deve ser alimentada com os documentos com valor/de interesse internacional. É interessante lembrar que as FD’s em Análise do Discurso constituem uma noção bastante profícua para se observar a heterogeneidade presente no texto, bem como as suas filiações ideológicas.

O item três do Guia (BIREME, 2001) é chamado de “Cobertura da base de dados”. A base faz uma cobertura temática, uma cronológica, uma geográfica e uma idiomática. Esse termo “cobertura” é utilizado para “o registro do fato em um veículo de comunicação ou no conjunto da mídia. Ex.: a c.[obertura] do casamento real ocupou muito espaço.” (Houaiss eletrônico), indicando a presença do discurso midiático no tratamento dos documentos textuais da área das Ciências da Saúde. Com essas coberturas busca-se criar as condições de produção da indexação,

delimitando o espaço-tempo da enunciação: o aqui e agora para o trabalho com o referente e com a língua. Observemos os enunciados de cada uma dessas coberturas:

> Cobertura temática:
> Em termos gerais, a cobertura temática da LILACS está expressa, em linguagem documentária, no DeCS - Descritores em Ciências da Saúde, vocabulário controlado que serve ao documentalista na análise de conteúdo dos documentos a serem ingressados, assim como na posterior recuperação dos mesmos.

O que é uma linguagem documentária? Para Guinchart &Menou (1994) “A linguagem documental é uma linguagem convencional utilizada por uma unidade de informação para descrever o conteúdo dos documentos. Com o objetivo de armazená-los e recuperar as informações que eles contém.”. (p. 133).

A opção metodológica da BIREME é pela análise de conteúdo, a qual se contrapõe a AD desde sua criação, principalmente no ponto que toca a transparência da linguagem, com conseqüências para as noções de sujeito e sentido. Para a AD, a linguagem não é transparente, tem uma opacidade que é preciso compreender e que não antecede à analise de determinada forma material. Assim, não se pode pensar em separar forma (mero reflexo) de conteúdo (produzido fora da linguagem). Por isso podemos dizer que o sentido não está escondido ou nas entrelinhas, pronto para ser decifrado por um sujeito que sabe. Não há sentido original, primitivo, verdadeiro.

Para a BIREME, o tema é conteúdo e conteúdo é significado; a linguagem é transparente e o sujeito-indexador, que a domina e controla, pode daí extrair – decodificar, decifrar – esse conteúdo ali posto por um outro sujeito, o cientista. Trata-se, pois, de um circuito – o da comunicação.

Vejamos, agora, o recorte temporal proposto pela LILACS, já sabendo que a delimitação é necessária. Importa-nos, contudo, é saber qual o marco estabelecido e como ele se constrói como marco.

Cobertura cronológica:

> Serão incluídos documentos originados a partir de 1982, dando-se preferência ao processamento de material mais recente para contribuir para a atualidade da base de dados.(p. 6), (Grifo nosso).

Década de 80 do século passado, período em que a internacionalização do capital ganha um ritmo acelerado, sustentado pelas inovações tecnológicas, ganhando força e consistência as chamadas sociedades do conhecimento e, conseqüentemente, a reorganização do trabalho produtivo, com novas divisões do trabalho intelectual e a necessidade de formação de um trabalhador diferente. Ao mesmo tempo, nos países da REGIÃO como o Brasil, aumentam as desigualdades, acirram-se os conflitos urbanos, diminuem os postos de trabalho, a classe média começa a empobrecer.

A preferência, contudo, é para colocar o marco em tempos posteriores a 1980, ao final do século XX. O atual surge como conseqüência de uma cronologia, que fragmenta e desarticula o processo de produção do conhecimento, como se o produzido hoje não tivesse nada a ver com o produzido anteriormente e nem com uma específica situação daquele identificado com o lugar do autor. A historicidade da prática científica é apagada pela atualidade da base. A relação entre o mais recente e a atualidade da base é uma leitura do que seja a ciência: um conjunto de proposições elaboradas agora.

E o espaço da produção científica a ser indexada? Como se constrói? Vejamos.

> Cobertura geográfica:
> A LILACS inclui documentos de autores latino-americanos e do Caribe e/ou publicados nos países da Região e documentos produzidos pela Organização Pan-Americana da Saúde, seus Programas e Centros Especializados.[...]
> Devem ser ingressados na base de dados documentos representativos da produção científica dos países da Região, cujo conteúdo seja de interesse e validade nacionais e/ou internacionais.
> Os documentos de interesse muito limitado ao país ou a uma região dentro do país devem ser ingressados nas bases de dados nacionais ou institucionais gerenciadas pelos Centros Cooperantes. Esses documentos, embora processados de acordo com a Metodologia LILACS, não são transferidos à base de dados LILACS. (p. 6), (Grifo nosso).

Ao tempo da atualidade da produção científica articula-se ao da relação entre, novamente, o dentro e o fora da REGIÃO, entre o que tem valor nacional e o que tem valor internacional, marcado pelos deslizamentos entre “países”, “interesse muito limitado” e o anteriormente dito “interesse local”. Deslizamentos estes que têm como centro os produtores de pesquisa da América Latina e do Caribe em relação aos produtores que estão fora da REGIÃO. Pensando nas condições mais amplas – históricas e sociais – desse processo de produção, sabemos das dificuldades que os cientistas desses países vivenciam na realização de seus trabalhos e como as políticas de formação de mestres e doutores e de financiamento têm também suas diretrizes marcadas pelo político.

O documento entra na LILACS se for publicado na REGIÃO, independente de o autor ser ou não de um desses países. E entra também se for um documento da Organização Pan-Americana de Saúde, uma organização internacional.

Os “documentos representativos” são definidos pelos conteúdos de interesse e validade nacionais e/ou internacionais, em oposição àqueles de “interesse muito limitado ao país ou a região”. Como podemos entender aí o intercâmbio e a cooperação? Como circulação interna (nos países da REGIÃO) e distribuição do que produzimos em uma só direção, já que não temos acesso, pela LILACS, ao que se produz sobre nós lá fora? O que é de interesse do Brasil, por exemplo, não deve ser divulgado lá fora? E será que tudo que é pesquisado lá fora é do nosso interesse?

Em outra parte do Guia, encontramos a explicitação desse critério restritivo: “Não serão incluídos documentos sobre a América Latina [esqueceram o Caribe?] publicados em países de fora da região.” (BIREME, 2001, p. 6) já que em “sua maioria, são indexados em bases de dados internacionais.” (p. 6). Lembremo-nos, contudo, que o objetivo (p.51) da BIREME é “a promoção da cooperação técnica em

informação científico-técnica em saúde, com os países e entre os países da América Latina e do Caribe" e atender a demanda por informação técnico-científica dos países da região (www.bireme.br, Objetivos da BIREME). Então, por que o que é produzido lá fora sobre o aqui dentro não está na base?

À delimitação das condições de produção da leitura da produção científica por parte do sujeito-indexador em termos de espaço-tempo e de interlocução – autores que entram ou não para dialogar com seu pares -, soma-se a demarcação das línguas legitimadas pela metodologia LILACS

> Cobertura idiomática
> Somente serão considerados para inclusão os documentos em espanhol, português, inglês e francês.
> O vocabulário do sistema é trilingüe - português/espanhol/inglês - e os documentos poderão ser indexados e recuperados por qualquer um dos idiomas.(p. 6-7).

Vimos que a cobertura geográfica é limitada aos documentos publicados nos países da REGIÃO. Então, seria de se esperar que a cobertura idiomática ficasse restrita às línguas nacionais dos países da região – o espanhol e o português. Mas há as línguas internacionais – a antiga língua internacional: o francês e a atual língua internacional: o inglês. Se sabemos, por um lado, que no mundo da ciência sempre houveram as línguas de trânsito internacional e que as outras a elas devem se submeter para terem seus trabalhos conhecidos e discutidos pelos pares, por outro, é a reafirmação de uma hegemonia em uma base de dados que se pretende regional e de intercâmbio entre os autores de uma REGIÃO.

A questão da tradução se dá como uma evidência, sustentada em uma concepção de linguagem que supõe uma relação direta entre as palavras e as coisas. O sujeito-indexador ocupa, pois, também essa posição de tradutor com tudo que ela traz de complexa, como veremos na parte que se segue.

Com essas “coberturas” vão se construindo um modo de individualização do sujeito-indexador por um modo específico de situá-lo na cena enunciativa. Essa prática de seleção e indexação, a que o sujeito se submete livremente, tem sua fundamentação em uma “Filosofia da Indexação” (BIREME,2003a, item 2.2) que coloca como qualidades desse trabalho de indexar a “imparcialidade” e a “especificidade”, a primeira centrada no sujeito e a segunda, no texto.

> Imparcialidade
> O indexador não pode predizer qual dos aspectos de um trabalho pode ser de interesse para este ou aquele usuário. Deve abster-se de emitir avaliações ou opiniões pessoais enfocando todos os assuntos em todos os seus aspectos de forma imparcial e sem preconceitos. O documento em mãos é a maior autoridade sobre ele mesmo. Um indexador diligente é a segunda maior autoridade.” (Manual de Indexação, *online*, item 2.2), (Grifo nosso).

Se o indexador “não pode predizer qual dos aspectos de um trabalho pode ser de interesse para este ou aquele usuário”, então deveria indexar todos os trabalhos, uma impossibilidade. Além disso, as coberturas já disseram o que era de interesse para a LILACS, conforme analisamos anteriormente.

Em seguida, vimos funcionando a dicotomia objetividade-subjetividade, de modo a conferir neutralidade à prática científica, enquanto uma prática sem sujeito, outra impossibilidade, pois se trata de uma prática de linguagem, uma prática de sujeitos, mas não de um sujeito. Novamente, vimos funcionando uma concepção de linguagem como instrumento plenamente controlável por um sujeito intencional, que é fonte e senhor de seu dizer e de uma subjetividade marcada apenas pelo funcionamento da consciência.

Ao dizer que o “documento é a maior autoridade sobre ele mesmo”, a BIREME está sob o efeito ideológico da transparência da linguagem a que já nos referimos: o documento é transparente; seu sentido está lá, mas, paradoxalmente, já que se quer neutralidade, posto por alguém. O sujeito-indexador, enquanto leitor de ciência, deve

“abster-se” (privar a si) de “avaliações” (de atribuir valor), ou de dar “opiniões” (interpretar), no entanto, como vimos na página 61 ele deve também escolher e avaliar. Mais uma vez o trabalho de Lucas (1997) serve para mostrar como esta transparência é ilusória e serve, ainda, para mostrar que a diligência do indexador não é suficiente para garantir que a leitura que se pretende – objetiva, imparcial, sem preconceitos - seja feita.

Esse sujeito-indexador/documentalista surge como autônomo, onipotente (a segunda autoridade depois do documento), mas deve abster-se. A contradição aí presente é apagada pela chamada à imparcialidade e ao não preconceito. Apaga-se o fato de que esta é uma posição definida pelo processo de produção da base de dados, pelo conjunto de manuais, guias, critérios, mas também pela memória discursiva, o interdiscurso, e que a diligência exigida é, na verdade, apagamento da subjetividade, identificação absoluta com o já elaborado, por uma instituição, em outro lugar.

O documento, que Foucault (1997) já afirmava ser um “monumento” - uma estrutura erigida como memória - e que Pêcheux (1997a) acrescenta ser também um acontecimento singular, autoridade máxima nessas orientações ao documentalista, fica como que solto no tempo e no espaço, sem intertextualidade, a-histórico e com um sentido já-la. Com essas duas frases: “O documento em mãos é a maior autoridade sobre ele mesmo.” e “Um indexador diligente é a segunda maior autoridade.” (p. 6)) é apagada a historicidade do documento e da prática de indexação, bem como a singularidade do sujeito-indexador como autoridade, responsável pelo seu trabalho e, portanto, colocando entraves ao exercício da função autor.

Observamos na leitura desses arquivos, que a LILACS como um discurso sobre e da saúde, elabora sua credibilidade e legitimidade a partir de instituições

normativas e prescritivas e com poder para tal, assim como sua cientificidade e imparcialidade, colocando questões relacionadas às formas históricas de construção do conhecimento.

Foucault (1999) pode nos ajudar a analisar essas questões com a sua reflexão sobre “as palavras e as coisas”, quando diz, referindo-se à Idade Clássica “Saber é falar como se deve e como o prescreve o procedimento certo do espírito” (p.120). É ainda obedecendo a este preceito que os critérios de seleção de documentos e de indexação da LILACS parecem estar sendo propostos. A metodologia bibliográfica e de indexação adotadas estabelecem o procedimento certo, tanto para o que a BIREME chama de “controle da qualidade intelectual” (BIREME, 2001, p.7) dos documentos considerados para a base, quanto para a descrição desses documentos nas fichas bibliográficas e nas palavras chaves e cabeçalhos de assunto.

O procedimento certo, no entanto, antes de ser natural e evidente como se pretende, pode ser encontrado já na Idade Clássica, no nascimento da Ciência Natural, o solo arqueológico das Ciências da Vida e também da Saúde ao “...conduzir a linguagem o mais próximo possível do olhar e, as coisas olhadas, o mais próximo possível das palavras...” (Focault, 1999, p. 181), numa descrição sistemática, através de uma taxionomia, que vê dentre toda a profusão desordenada dos seres e coisas o que “...pode ser analisado, reconhecido por todos e receber assim, um nome que cada qual pode entender...” (p. 183), um nome que, no caso da LILACS, está definido no DeCS – Descritores em Ciências da Saúde.

Outra qualidade exigida do sujeito-indexador, presente na “Filosofia da Indexação”, é a especificidade, qualidade referida ao “Texto”, ou melhor, à atribuição de nomes capazes de dar conta do “Texto”, homogeneizando-o em torno de termos nucleares, capazes de conter a dispersão.

> Especificidade
> O DeCS proporciona tanto termos gerais como específicos. O indexador tem o compromisso de atingir o maior grau de especificidade possível. Se um documento trata especificamente de LEUCÓCITOS não deverá ser indexado com um descritor geral como SANGUE ou CÉLULAS SANGUÍNEAS. Se outro documento intitulado "Parasiticidas em ginecologia" trata sobre o tratamento de vaginite por tricomonas com metronidazol, os descritores serão VAGINITE POR TRICHOMONAS, METRONIDAZOL e ANTITRICOMONAS, e não ANTIPROTOZOÁRIOS e GINECOLOGIA.” (BIREME, 2003a, item 2.2), (Grifo nosso).

A leitura técnica pretendida - objetiva, imparcial, sem preconceito, específica – vai em direção à regulação e estabilidade dos sentidos, na tentativa de apagar as diferenças, as contradições e ambigüidades. No entanto, na materialidade lingüística estão as marcas das formações ideológicas que funcionam nos lugares enunciativos**.** As palavras, mesmo aquelas definidas em *thesaurus*, imaginariamente referidas a alguma coisa, parecem estar constitutivamente à deriva, constantemente fixadas e transformadas, em processos parafrásticos e polissêmicos como diz Orlandi (1999), deslizando de um sentido a outro no processo histórico que as constitui, fazendo sentido aqui, mas não ali, significando de um certo modo e não de outro na contingência de tempos, lugares, posições de onde se fala, de onde se escuta, se lê e se escreve. É necessário conter a dispersão dos sujeitos e dos sentidos pela normalização da prática, indicando toda a pertinência da questão de Foucault (1999): “Como pode ele [o homem] ser sujeito de uma linguagem que, desde milênios, se formou sem ele, cujo sistema lhe escapa, cujo sentido dorme um sono quase invencível...” (p. 446).

Esta posição epistemológica que privilegia a adequação entre a palavra e a coisa que ela nomeia, contemporânea do nascimento das Ciências Humanas, foi a condição mesma de possibilidade desse nascimento e tem seus efeitos. Estamos diante da teoria da representação que exige a elaboração de um novo objeto do conhecimento –

"...um duplo empírico-transcendental a que se chamou *homem*." (Foucault, 1999, p. 439).Este advento abre espaço para um saber sobre este homem recém surgido, elaborado a partir da matriz cientificista presente nas chamadas Ciências Naturais. Na análise de Pêcheux (1997b), está instalado o paradoxo que acompanha as Ciências Humanas e Sociais: promover a representação a conceito e reduzir este a representação. Isto é o que ele chama de "jogo do como se" a que já me referi. Nesta posição, à qual Pêcheux (1997b) se contrapõe, o homem é aquele que com o olho da mente representa o mundo, espelhando-o num jogo representacional e recorrente, constituído-se como origem do seu fazer e dizer.

A estas conseqüências do advento do homem como fundamento transcendental do conhecimento, Figueiredo (1991) acrescenta uma suspeição generalizada tanto em relação à percepção empírica quanto à razão. Instalada a suspeita sobre a possibilidade desse homem conhecer via percepção, fez-se necessário conhecer este homem para disciplinar essa percepção às exigências científicas. Classificar, descrever, demonstrar as ilusões perceptivas, apontando os limites e trazendo como conseqüência a necessidade de verificar a produção científica com métodos, manuais, guias, critérios, no sentido de exorcizá-las. Instalada a suspeita sobre a razão, o conhecimento desse homem racional foi exigido para controlar os efeitos das emoções, paixões, afetos sobre os procedimentos da razão e garantir a positividade, racionalidade, objetividade, produtividade. A crítica ao conhecimento empírico e ao conhecimento racional teve como conseqüência necessária o advento do homem como objeto de conhecimento de uma nova ciência, a Psicologia, que paradoxalmente, para cientificizar-se deveria resistir à subjetividade e elaborar um conhecimento possível de ser utilizado para controlar essa subjetividade, neutralizar os efeitos do íntimo.

Esta teoria da representação e a chamada metafísica da subjetividade que se complementam estão bem exemplificadas por Degas no quadro *As meninas*, comentado por Focault (1999, p. 3-21) que sobre ele conclui: "...neste quadro talvez, como em toda representação de que ele é, por assim dizer, a essência manifestada, a invisibilidade profunda do que se vê é solidária com a invisibilidade profunda daquele que vê [...] Esse sujeito mesmo [...] foi elidido."(p. 20,21). O que permite que esse sujeito, constituído na posição de documentalista, seja objetivo: depois de olhar o documento e verificar a sua adequação a critérios epistemológicos, historicamente determinados, inscritos na linguagem, esta forma-sujeito "documentalista", individualiza-se na crença de ser o artífice do seu fazer, atualizando "...a invisibilidade profunda daquele que vê..."(Foucault, 1999, p. 20) e estabelecendo uma relação específica entre o visível e o dizível.

O lugar do operacional

Se o lugar enunciativo do indexador é configurado como o de um técnico que trabalha com ferramentas precisas, objetivas e neutras, enquanto forma de lidar, imaginariamente, com algo instável e aberto como é a linguagem, os lugares enunciativos que a metodologia estabelece para o chamado usuário também é marcado por esse conflito e confronto, teórico e político, que se dá pela linguagem e pelas práticas de leitura que aí se instalam.

Os usuários da LILACS são o governo, o sistema de saúde, as instituições de ensino e pesquisa, os profissionais de saúde e o público em geral, quer dizer, um público urbano e escolarizado.

O usuário de sistemas de informação, configurados como bases de dados, está envolvido por um processo complexo de leitura que deverá leva-lo ao sucesso, que significa encontrar o que procura. Este processo, em se tratando da LILACS, pode se

dar por vários meios, o que aparenta oferecer diferentes oportunidades, mas que irão mostrar, muitas vezes, como os mesmos para o usuário. Ele lê (interpreta) o seu problema de pesquisa e esta leitura deve capacitá-lo para definir este problema com um número finito de palavras-chave adequadas para o acesso aos documentos textuais que ele necessita; lê as orientações do *Manual do Usuário* (BIREME, 2003) que explicam e ensinam as estratégias de busca mais eficientes; no caso da LILACS, deve ler o DeCS para adequar suas questões a esse vocabulário. Lê os resumos dos textos que resultam da sua busca, resumos estes que são a interpretação, a leitura do autor do texto ou do documentalista.

Cuenca (1999) em um artigo que avalia a eficácia dos treinamentos para uso da base de dados LILACS e MEDLine diz o seguinte:

> "Para que os usuários conheçam os sistemas automatizados de recuperação da informação, sejam capazes de elaborar uma estratégia de busca simples e saibam utilizar a "nova biblioteca eletrônica" e os recursos informacionais de que dispõem, é necessário que as bibliotecas ofereçam treinamentos e cursos específicos, como modalidades de programas educativos." (p. 293).

A busca necessita, pois, de ensinamento. Não basta ao sujeito saber ler, é preciso saber como ler ou como "buscar". Os sistemas de informação por mais operacionais e amigáveis que sejam, por mais que organizem interfaces auto-explicativas, icônicas, navegáveis, colocam o sujeito-usuário frente a um objeto desconhecido. É em nome da incapacidade do usuário que são feitos os programas de inclusão digital, os treinamentos em informática. Um modo novo de se relacionar com os textos, de praticar a pesquisa bibliográfica que está nos fundamentos da prática científica é estabelecido nesses programas e treinamentos que têm como um dos seus efeitos alimentar a própria demanda e que coloca o conhecimento como algo a ser conquistado com estratégias de busca.

Os sistemas de informação, objetos simbólicos, transformados em ferramentas neutras, pelo controle do sujeito-indexador, espera do sujeito-usuário que as tome e as use simplesmente. O como usar é um pacote de técnicas instrucionais presentes no *Manual do Usuário* (BIREME, 2003).

Observamos que o termo “manual” usado no título desse documento é um substantivo que traz à tona o fazer com as mãos, que se contrapõe ao fazer com a razão. A divisão primária do trabalho está exatamente aí: de um lado os que trabalham com as mãos realizando uma concepção definida externamente (trabalho manual), de outro, os que concebem, elaboram, definem o quê e o como fazer (trabalho intelectual). De acordo com o materialismo histórico o que diferencia o trabalho humano é exatamente a concepção prévia do produto presente no trabalho do homem. É essa concepção que é retirada daquele que trabalha com as mãos, obedecendo a manuais e guias elaborados por aqueles que concebem. Essa divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual é básica no processo de alienação. O “manual” é, então, o instrumento desse o quê e desse como a ser realizado por todos os outros impedidos, historicamente de fazer com a razão e demonstra “...que é precisamente sob a forma geral do discurso que estão amarradas as dissimetrias e as dissimilaridades entre os agentes do sistema de produção.” (Henry,1997, p. 25).

O termo “manual” pode ser designado, ainda, como “Livro de ritos e rezas, breviário” (Aurélio, 1975, p. 882), ou seja, livro com as regras e obrigações cotidianas dos padres, o que permite pensar o manual tanto como uma forma de cumprir obrigações religiosas, e daí sagradas e naturais, como uma forma de ler: “Ler pelo mesmo breviário.” (Aurélio, p. 227).

A LILACS assim encaminha o sujeito-usuário, fazendo a gestão da textualidade ali presente:

> Toda pesquisa é formulada através de um formulário. É no formulário que se monta a "expressão de pesquisa", que funciona como um "talão de Pedidos" e dele depende a entrega correta do pedido. (BIREME, 2003, p. 1), (Grifo nosso).

A pesquisa é formulada, ou seja, colocada, expressa, em um modelo com campos em branco que devem ser preenchidos com a expressão de pesquisa. Observamos que essa prática de pesquisa nas bases de dados tem um formatação (o formulário) e uma instrumentalidade (talão de pedido) muito semelhante aquela da organização burocrática onde a objetividade deve ser alcançada por um sujeito disciplinado na obediência às regras técnicas e operatórias que são, na verdade, a busca de recuperação do mecanismo de produção de sentidos – da(s) ideologia (s) – instalado via sujeito indexador.

Observamos, ainda, que encontrar o que se pretende está exigindo que se re-signifique o problema de pesquisa em conformidade com os vocabulários temáticos e o funcionamento dos softwares. Como exemplo desse re-significar apresentamos abaixo o resumo e as palavras chaves do artigo *As psicologias na modernidade tardia: o lugar vacante do outro*, de Freire (2001), publicado pela revista Psicologia (USP):

> O trabalho propõe uma escuta ética das psicologias contemporâneas, a partir da ética da alteridade radical de Emmanuel Lévinas. O lugar do Outro, em quatro abordagens significativas da teorização e da aplicação psicológicas - behaviorismo radical, psicogenética, abordagem centrada na pessoa e análise existencial - é identificado e confrontado com as exigências da ética levinasiana. Como resultado, é proposta a inclusão da alteridade na discussão psicológica, em termos da própria constituição da subjetividade, bem como da relação com o outro da exterioridade e da interioridade psicológicas.
> Descritores: Ética. Psicologia. Alteridade. Subjetividade. Modernidade. (p. 1), (Grifo nosso).

Os descritores acima são definidos, de um modo geral, pelo autor do artigo e eles indicam aquilo que esse autor considera central no seu trabalho.

Na LILACS este mesmo artigo é indexado com os seguintes descritores:

Figura 3 – Indexação do artigo de Freire (2001)

Id:
354257
Autor:
Freire, José Celio.
Título:
As psicologias na modernidade tardia: o lugar vacante do outro / Psychology in later modernity: the lacking place of the other
Fonte:
Psicol. USP;12(2):73-94, 2001.
Idioma:
Pt.
Descritores:
Ética
Psicologia
Localização:
BR85.1

Como não constam do vocabulário da LILACS – O DeCS – as palavras "Alteridade", "Subjetividade", "Modernidade", elas não aparecem como descritores. Na análise de conteúdo, feita pelo indexador, a adequação conteúdo/DeCS só pode ser descrita como, "Ética", "Psicologia", indicando uma re-significação do artigo em função do instrumento de indexação. Essa adequação deve ser espelhada pelo usuário, ou seja, ele deve fazer a adequação invertida DeCS/conteúdo para encontrar o documento e caso ele seja autor, para escolher descritores adequados para o seu artigo. Esse funcionamento permite verificar como a leitura é compreendida como um processo de codificação/decodificação que apaga o sujeito. Os processos de elaboração dos sentidos e constituição do sujeito desaparecem nesse funcionamento da pesquisa em base de dados.

O *Manual do usuário* (BIREME, 2003) ensina ainda como pesquisar quando a expressão de pesquisa tem mais de um termo:

> Operadores lógicos de pesquisa - operadores booleanos
> Os operadores booleanos são usados para relacionar termos ou palavras em uma expressão de uma pesquisa. Combina dois ou mais termos, de um ou mais campos de busca.

> Os operadores booleanos são: AND - OR - AND NOT
> AND - Intersecção - usado para relacionar termos.
> Em uma pesquisa entre dois ou mais termos relacionados com AND, serão recuperados documentos que têm os termos ocorrendo simultaneamente.
> Exemplo: "transplante de córnea" and "glaucoma"
> OR - União - usado para somar termos.
> Em uma pesquisa entre dois ou mais termos relacionados com OR, serão recuperados documentos que têm qualquer um dos termos da pesquisa.
> Exemplo: "transplante de córnea" or "glaucoma"
> AND NOT - Exclusão - usado para excluir.
> Seguimos a mesma lógica das expressões matemáticas (primeiramente a soma – or, depois a multiplicação - and). (BIREME, 2003, p. 10).

Observamos então que neste trabalho de administração do memorável, a objetividade é considerada meta necessária para garantir a comunicação, a transmissão, a reprodução e a recuperação, o que traz como conseqüência a valorização das matemáticas e da lógica matemática “como teoria das línguas unívocas...” (Pêcheux, 1997, p. 58). É também, pode-se acrescentar, em nome dessa necessidade de gestão administrativa dos documentos textuais que os campos teóricos da Inteligência Artificial, da Neurolingüística e também da Psicologia Cognitiva vêm demonstrando um crescente interesse na construção de línguas artificiais, limpas de toda ambigüidade, sem falhas, rigorosamente referenciais. Neste funcionamento as palavras podem ser relacionadas, somadas, excluídas e podem obedecer a uma lógica matemática.

Ainda com relação a esse lugar de operação da base, podemos descrever e analisar o funcionamento dos cursos de capacitação do usuário. Cuenca (1999) relata que a Biblioteca/CIR (Centro de Informação e Referência em Saúde Pública) da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP) após a informatização de vários serviços

> ...implantou um Programa Educativo para que seu usuário explorasse as diferentes possibilidades e formas de busca que essa

> rede local passou a permitir. Quando se decidiu pela capacitação no uso das tecnologias de acesso, a biblioteca teve de definir o que ensinar, a qual público e como fazê-lo. Assim, o Programa Educativo passou a oferecer níveis diferenciados de capacitação de acordo com as necessidades de seus usuários.[...]
> Para os usuários pesquisadores, alunos da pós-graduação e docentes da FSP/USP, foi oferecido o Curso Avançado de Acesso às Bases de Dados em cd-rom Medline e LILACS.... (p. 193), (Grifo nosso).

Nesta proposta chama a nossa atenção uma nova estratificação na divisão social do trabalho, que se dá por divisões no acesso à informação e por práticas de leitura diferenciadas nos campos do trabalho intelectual de uma sociedade urbana e escolarizada. O conhecimento que circula em uma base de dados como a LILACS será distribuído desigualmente, assim como tem sido com o conhecimento impresso. Teremos, então, diferentes níveis de leitores.

Chartier (2001a) afirma que cada sociedade, em função de suas possibilidades técnicas, estabelece divisões do trabalho de leitura – "leituras socialmente diferenciadas" (p. 100) -, sendo esta então, uma prática social determinada. Os objetos dados a ler, como as bases de dados "... produzem o seu nicho social de recepção tanto mais quanto não forem produzidas por divisões cristalizadas e prévias." (Chartier, 1999, p. 21).

O lugar da produção científica

As práticas de indexação e as metodologias a elas relacionadas ultrapassam a disciplinarização do trabalho do documentalista e do usuário e incidem seu poder normalizador sobre os autores das comunicações científicas. Realizam, pois, um duplo movimento que partindo do processo de produção do conhecimento, circula de determinada forma e a ele retorna, produzindo seus efeitos.

Existem critérios bem específicos para selecionar títulos de periódicos para serem incluídos na base LILACS. Como já fizemos referência à página 45, o *Guia de seleção de documentos para a base de dados LILACS* (BIREME, 2001) tem dois anexos. No segundo, *Critérios de seleção de periódicos para a base de dados LILACS*, está escrito o seguinte:

> Os critérios para seleção de títulos de periódicos para a base de dados LILACS incluem periódicos publicados em papel e em formato eletrônico e servem para orientação dos editores e das unidades integrantes do Sistema Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. (p. 17) (Grifo nosso).

Chamamos atenção para o fato desses critérios serem dirigidos também para os editores das revistas científicas. Conhecer estes critérios de seleção e adequar o periódico a eles é necessário para que o periódico seja indexado na base.

Assim, apesar de um pouco longo, julgamos oportuno, para dar maior visibilidade a esse movimento de retorno ao próprio processo de produção de conhecimento, transcrever os enunciados iniciais de cada um desses critérios:

> São considerados para indexação na base de dados LILACS os periódicos científicos da área de Ciências da Saúde, publicados na América Latina e Caribe, em português, espanhol, inglês e francês, que respeitem os seguintes critérios:
> Conteúdo
> O mérito científico de um periódico é o principal fator para a seleção de um novo título.
> [...]
> Revisão por pares
> A revisão e aprovação das contribuições para os periódicos científicos devem ser realizadas pelos pares.
> [...]
> Comitê Editorial
> O periódico deve possuir um Comitê Editorial reconhecidamente idôneo.
> [...]
> Regularidade de publicação
> A regularidade de publicação é um dos critérios obrigatórios no processo de avaliação.
> [...]
> Periodicidade

> A periodicidade é um indicador do fluxo da produção científica da área específica coberta pelo periódico. Na área das Ciências da Saúde, é recomendável que o periódico seja, no mínimo, trimestral.
> [...]
> Tempo de existência
> O periódico deve ter pelo menos 4 números publicados para ser considerado para avaliação.
> [...]
> Normalização
> Os periódicos devem:
> especificar a(s) norma(s) seguida(s) para a apresentação, estruturação dos textos e referências, de modo que seja possível a avaliação da obediência à normalização proposta;
> incluir instruções claras para os autores, que reflitam, se possível os seguintes critérios:
> de seleção de trabalhos;
> de identificação do(s) autor(es);
> de indicação das fontes de financiamento das pesquisas;
> de identificação de responsabilidade do autor pelo conteúdo do trabalho e de conflitos de interesse que possam interferir nos resultados;
> das normas adotadas no periódico, incluindo orientações sobre apresentação de resumos e seleção de descritores;
> de classificação das seções existentes no periódico.
> possuir formato de apresentação compatível com as normas para publicações de artigos científicos;
> conter resumos e descritores dos trabalhos no idioma do texto e em inglês. Recomenda-se o uso do DeCS - Descritores em Ciências da Saúde para seleção de descritores http://DeCS.bvs.br;
> ter registro de ISSN (International Standard Serial Number).
> [...]
> Apresentação gráfica ("Layout")
> O periódico deve ter qualidade gráfica: apresentação gráfica ("layout"), ilustrações e impressão.” (p.18 a 20)

A cientificidade do periódico é avaliada/medida por esse conjunto de critérios: para o periódico ser indexado na base LILACS os editores e os autores tem que produzir como é especificado.

O primeiro critério está relacionado ao “mérito científico”, indicando que há periódicos com merecimento ou valor (Houaiss eletrônico) científico, sem, contudo, indicar os critérios para avaliar este merecimento. Chamam atenção, a partir da palavra “mérito”, outras palavras filiadas ao discurso ético como “idôneo”, “avaliação”, “responsabilidade”, “conflito de interesses”. Esses critérios formais

(layout, por exemplo), funcionais (periodicidade), metodológicos (normalização) apontam para uma burocratização da produção científica.

Um exemplo pode ajudar a compreender este funcionamento. A Biblioteca do Instituto de Doenças do Tórax da Universidade Federal do Rio de Janeiro (BIBLIDT-UFRJ) indexa dois periódicos na base LILACS: o Jornal de Pneumologia e o Pulmão-RJ. Rosas (2001), bibliotecária dessa instituição, afirma que “Ao se realizar a indexação do Jornal de Pneumologia, surgiram dificuldades, pois os autores das comunicações científicas não utilizavam adequadamente os descritores do DeCS.” (p. 2). E ela ainda constatou nesta pesquisa que os autores da maioria das comunicações publicadas no volume 26 daquele periódico, apesar das instruções redatoriais, não davam “a devida atenção” aos títulos, resumos e palavras-chave de seus trabalhos, dificultando a prática do documentalista e até induzindo-o ao erro já que “Raramente, o indexador pode ler o texto do começo ao fim, pois precisa indexar uma determinada quantidade de documentos por dia, recomendando-se um misto de ler e passar os olhos.” O que lembra as palavras de Lucas (1997) já citadas acima : - “a leitura do bibliotecário simula o modo de produção industrial, buscando produtividade, rapidez, não dando margem a reflexão e ao acúmulo de conhecimento por parte do bibliotecário;”(p. 53). Rosas (2001), então, propõe que os autores de comunicação científica façam “...um resumo estruturado, com introdução e conclusão bem elaboradas...” (p. 2) e um título “claro, conciso, concreto e criativo.” (p. 4) e traduzido para o inglês.

As exigências técnico-operatórias das bases de dados eletrônicas têm exigido, pois, um realinhamento das normas metodológicas de apresentação de trabalhos em revistas científicas da REGIÃO, e estas exigências vêm recebendo atenção especial

dos conselhos redatoriais. Testa (1999), do Institute for Scientific Information - ISI afirma :

> ... sob a perspectiva do produtor de fontes de informações bibliográficas, é essencial que os organizadores e editores sigam certas convenções sobre publicações, independentemente das origens ou objetivos de sua área de atuação. Ao seguir essas convenções, um editor pode estar assegurado de que sua revista está adequada aos critérios básicos de uma publicação profissional. (p. 193).

No artigo, intitulado *Melhor visibilidade para o público-alvo de uma revista*, publicado nos Cadernos de Saúde Pública, também em 1999, Carlos E. A. Coimbra Jr, comentando o trabalho do ISI afirma:

> É possível que nenhum outro produto gerado pelos sistemas de informação suscite tanta polêmica como aqueles oriundos das bases bibliográficas do ISI. Assim sendo, é importante tecer alguns comentários a respeito do uso e, freqüentemente, mau uso de certos índices bibliométricos derivados dessas bases. Na América Latina, a polêmica surge e se acirra a partir do momento em que instituições de pesquisa e de fomento, por não disporem de bases de informações bibliográficas nacionais adequadas, adotam os índices de citação e impacto gerados pelo ISI, através de seus Science Citation Index e Social Sciences Citation Index. O Jornal Citation Reports, outro produto do ISI, também tem sido utilizado por alguns como o gold standard (padrão-ouro) para avaliação dos periódicos editados na região. (Coimbra, 1999, p. 885).

Ainda de acordo com Coimbra (1999) há uma competição para participar das bases prestigiadas, exigindo o realinhamento das normas e padrões nacionais para se adequarem aos parâmetros ISI para a avaliação da produção científica. Ele observa que

> Já para os editores, a indexação de um periódico nas principais bases de dados internacionais representa muito mais do que um veículo de disseminação de informação científica. A inclusão de revistas em determinadas bases consideradas como de maior prestígio [e em outro ponto do artigo (p.884) ele coloca a LILACS entre elas] tem sido percebida por número crescente de profissionais (tanto pesquisadores como aqueles ligados a atividades de fomento) como parâmetro indicativo da qualidade de um periódico e, por extensão, dos artigos neste publicados, gerando acirrada competição entre editores, autores e instituições financiadoras de pesquisa.(p. 884).

Goulemot (2001), refletindo em outra direção, abre uma outra possibilidade para compreender as palavras de Testa (1999) e a polêmica gerada em relação aos critérios de impacto e cientificidade : “Um texto contemporâneo articula sua produção a partir de seu consumo. Quer dizer, sua escrita a partir de sua leitura....(p. 115).

A análise que realizamos nesta seção procurou compreender como a LILACS instala um modo específico de ler a produção científica, que importa tanto quanto a própria leitura.

Instalar uma rede mundial de cooperação e intercâmbio técnico-científico, a partir dos centros financeiros e científicos, implica um trabalho de seleção, organização e distribuição dos discursos por meio de certos procedimentos de exclusão.

Não se quer com isso negar a necessidade do intercâmbio e da cooperação internacionais, nem a relevância das novas tecnologias, mas de mostrar como uma luta social aí de trava. É necessário des-construir esse objetivo, compreender seu funcionamento, para a elaboração de novas práticas de leitura e de indexação. É preciso compreender como se dá a apropriação do conhecimento nesta sociedade que tem as TIC’s como suporte produtivo, para abrir, talvez, outras possibilidades de colocá-lo em circulação.

*3.2. In**decs**ar: Uma Prática Histórica*

O projeto de uma rede planetária de informações médicas é um projeto que data do século XIX, respondendo a uma demanda da expansão colonialista por informações epidemiológica das regiões intertropicais, do patologizado tristes trópicos, das doenças exóticas, com denominações não previstas na terminologia científica. Demanda que conforme podemos observar pela leitura do artigo de Edler

(2001), *De olho no Brasil: a geografia médica e a viagem de Alphonse Rendu*, num primeiro momento, "institucionalizou a viagem exploratória como condição inerente à produção do conhecimento médico e à formação profissional do médico..." (p. 926).

Neste artigo em que Edler (2001) comenta o relato de viagem do médico "Alphonse Rendu" ao Brasil, no período 1844/1845, ele recupera as idéias médicas desse período e chama atenção para a presença de uma preocupação tanto epistemológica quanto política: aquela relacionada ao controle da terminologia médica, principalmente a partir da inauguração dos *Archives de Mèdicene Navale* na década de 1860. Edler diz:

> Alguns dos problemas centrais formulados por esses tratadistas ou editores de periódicos médicos, em seus esforços de organizar uma rede planetária de informações médicas, tinham caráter estritamente epistemológico e impunham tarefas inextricavelmente políticas: como controlar a observação alheia sobre os fatos patológicos tidos como relevantes? Como traduzir em linguagem científica as denominações de doenças baseadas em conhecimentos populares, ou na rotina de médicos locais de vocação paroquial? Como controlar e certificar os conhecimentos gerados por coletividades médicas tão exóticas quanto as doenças que elas nomeavam e descreviam? (p. 934).

Estas viagens, suportadas pelo paradigma do naturalismo, evidenciam uma atitude de desqualificação do conhecimento produzido pelos "médicos locais de vocação paroquial" e higienistas moradores nas colônias. Esta mesma demanda, num segundo momento, sob a égide de um novo paradigma, o anatomoclínico, é atendida pela valorização do conhecimento produzido *in situ* e conseqüente desvalorização dos relatos de viagens, abrindo "...espaço para que um contingente de médicos obscuros, dos mais remotos pontos do globo, estreassem na arena científica internacional."(Edler, 2001, p. 938). Este empreendimento foi coordenado pelos médicos da Marinha francesa, através da publicação dos *Archives de Mèdicene*

Navale e elaborou a exigência de que as autoridades médicas coloniais trabalhassem "...sob uma base comum para que os dados pudessem ser comparados e analisados..." (p. 933) e colocaram como principal aspiração das autoridades científicas "A adoção de uma nomenclatura patológica clara, inteligível e uniforme para todos os médicos de todos os países ...." (p. 934).

A questão dos instrumentos na prática científica é, pois, algo fundamental no processo de produção do conhecimento, estando ligada não só às diferentes teorias que dão sustentação a esse processo como à sua circulação em âmbito nacional e internacional, considerando os fatores econômicos e sociais aí implicados. É a historicidade desses instrumentos e da prática de linguagem que a partir daí se instala que nos interessa compreender.

Pêcheux (1995, 1997) questiona a neutralidade dos instrumentos, afirmando que há uma relação recíproca entre teoria e instrumento. Se os resultados dados pelo instrumento são incongruentes com algum aspecto da teoria, instala-se a obrigação de uma revisão teórica; e se a teoria se desenvolve, este desenvolvimento deve traduzir-se nos seus instrumentos. Essa relação entre instrumento e teoria é fundamental para a prática científica, pois "...as ciências colocam suas questões, através da interpretação de seus instrumentos..." (Henry, 1997, p. 17). No entanto, no processo de produção e circulação do conhecimento, ou melhor, nas formulações que aí se produzem, os efeitos dos instrumentos se apagam pelo funcionamento da ideologia.

Na prática de indexação, que é sempre histórica, é apagada a contradição pelo próprio funcionamento da discursividade que materializa na linguagem e pela linguagem, a(s) ideologia(s) aí dominante(s), marcada(s) pela necessidade de homogeneidade, de estabilização que está na base dos pressupostos lingüísticos,

históricos, filosóficos da teoria da indexação. (Pêcheux, 1997). Esse vocabulário estruturado, ou linguagem documentária, delimita uma área temática e coloca ordem na multiplicidade e heterogeneidade dos documentos textuais, mesmo que imaginariamente, produzindo evidências, naturalizando o que é histórico, o que resulta do complexo de relações heterogêneas, dissimilares.

A BIREME, através de seus fundamentos, objetivos, manuais, guias, critérios, softwares, elabora um método de indexação, como vimos anteriormente, que é parte do processo de produção do conhecimento sobre a saúde, e mais, do qual a Psicologia faz parte. Esta organização, que sempre poderia ser outra, constrói o espaço da saúde como um universo que funciona com/pela lógica booleana, um universo ordenado, passível de classificar os conhecimentos, os acontecimentos, as pessoas, em categorias, e passível ainda, de caber todo num conjunto de palavras definidas a priori, e de nomear os elementos de um domínio do saber que compõem outros elementos em uma estrutura hierárquica com onze níveis e composta de cento e sessenta mil termos (160.000), (www.bireme.br, metodologia LILACS), entre categorias, descritores, descritores pré-codificados, qualificadores e tipos de publicação.

O DeCS é assim um instrumento de classificação e organização dos documentos que são guardados nas bases de dados que seguem a metodologia LILACS. A ordem instaurada pelos DeCS “...é fundamentada na divisão do conhecimento em classes e subclasses decimais respeitando as ligações conceituais e semânticas, e seus termos são apresentados em uma estrutura híbrida de pré e pós coordenação.” (www.bireme.br, metodologia LILACS). Este instrumento ordenador é um vocabulário estruturado necessário, de acordo com a BIREME, para “...descrever, organizar e prover acesso à informação. (www.bireme.br, metodologia LILACS)

Assim, um documento será incluído na LILACS "...sempre que seu conteúdo se refira às Ciências da Saúde e possa ser descrito utilizando um ou mais descritores do DeCS." (BIREME, 2001, p. 7).

Uma consulta ao dicionário mostra que uma ordem é "...um arranjo de coisas, segundo certas relações" (Aurélio, p.1003) que, no caso da LILACS, são as relações conceituais e semânticas de uma área do saber: a das Ciências da Saúde. Esta consulta recupera, ainda, a memória de ordem do discurso arquitetônico – "ordem dórica, ordem jônica" (Aurélio, p. 1004) –, apontando para o aspecto estrutural de toda ordem, sem esquecer que toda ordem materializa-se em acontecimentos singulares.

Já mencionamos anteriormente (p. 34), que a mnemotécnica ocidental está centrada na máxima de "...colocar as lembranças em lugares exatos, para daí tirá-las nos momentos de necessidade." (Colombo, 1991, p.31). A preocupação com a recuperação do que foi guardado, de um modo específico, é que originou sistemas de indexação como o proposto pela LILACS, onde um vocabulário controlado permite o acesso aos documentos que são guardados segundo determinados procedimentos.

Interessante pensar, neste momento, em certos termos sempre presentes no vocabulário dessas novas tecnologias de armazenamento e que deixam pistas para refletirmos sobre essas memórias metálicas pelas quais circulam o conhecimento científico: "guardar", "achar", "encontrar", "acesso", "disponibilizar". Quando um tipo de documento textual, como um artigo científico, por exemplo, é guardado na LILACS, ele é tirado, de certa forma, de circulação, pois fica disponível apenas para aquele ou aqueles que sabem onde está guardado e têm a chave, ou seja, para quem tem acesso à rede e sabe percorrer seus caminhos. Nesse sentido, o guardado, em algumas situações, está perdido e precisa ser achado: quem tem a chave encontra,

quem não tem, acha, se tiver sorte. Não ter a chave que permite encontrar o guardado significa então, que ao invés de guardado ele está na realidade, escondido/perdido, ou disponível apenas para alguns. É comum ouvirmos os usuários, alunos, pesquisadores reclamarem: “Não consigo achar nada na Internet.”. O que significa tirar de circulação, colocar em circulação? Disponibilizar, dar acesso? Uma nova hierarquia em se tratando de acesso e domínio da leitura por parte dos cidadãos de uma sociedade?

Podemos entrever algumas respostas. Uma nova divisão parece estar aí funcionando: os que têm a chave, por um lado, e os que não têm, por outro, estabelecendo/reproduzindo assim as relações de dominação/submissão na materialidade da língua e estabelecendo possibilidades específicas para os processos de individuação do sujeito leitor de ciência da chamada sociedade do conhecimento. Vale lembrar aqui a metáfora de Colombo (1991) dos arquivos como labirintos e as palavras de Chartier (1999), já citadas à página 42-43:

> Por um lado, a transformação das formas dos dispositivos através dos quais um texto é proposto pode criar novos públicos e novos usos; por outro, a partilha dos mesmos objetos por toda uma sociedade suscita a busca de novas diferenças, aptas a sublinhar as distâncias existentes.” (p. 22). (Grifo nosso).

As palavras dos DeCS funcionam como setas indicadoras de onde um documento determinado está. São palavras-chave, cabeçalhos de assunto que no mundo dos arquivos informatizados permitem aos softwares – os buscadores - encontrar na memória metálica, espacializada, endereçável, neste mundo virtual, o documento necessário. Achar não é mais percorrer uma série desordenada de livros e documentos e nem decodificar uma série de números e letras que representam um lugar específico na biblioteca. “Achar”, agora, exige conhecer as palavras usadas para indexar os documentos, ou seja, o vocabulário especializado como o DeCS que

permite que se busque, onde estiver, todos os documentos guardados em um certo lugar.

O DeCS é então um conjunto de termos da área das Ciências da Saúde, usado pelos indexadores para descrever o conteúdo dos documentos que ingressam na base LILACS e usado também pelos usuários para recuperar os documentos que procuram, ou ainda, para o autor colocar as palavras-chave no seu artigo.

Esses termos estão organizados hierarquicamente, dos mais gerais aos mais específicos. A estrutura inicial é composta de 17 categorias. Sob cada uma dessas categorias estão organizados descritores em níveis hierárquicos cada vez mais detalhados. Por exemplo, a categoria “F. Psicologia e Psiquiatria” abre-se em quatro descritores de primeiro nível: “F1.Comportamento e mecanismos comportamentais”, “F2. Fenômenos e processos psicológicos”, “F3. Transtornos mentais” e “F4. Disciplinas e atividades comportamentais”. Cada um desses descritores de primeiro nível abre-se em descritores de segundo nível e assim sucessivamente numa estrutura que chega ao décimo primeiro nível.

Para cada descritor há um conjunto de “qualificadores” permitidos. Os qualificadores “... são termos que definem aspectos de um assunto qualificando o descritor adotado.” (BIREME, 2003a, item 2.1).

Além dos descritores e qualificadores o DeCS tem os “Descritores pré-codificados” que são “termos que definem conceitos pré-determinados pelo sistema” (BIREME, 2003a, item 2.1) e também os termos usados para descrever os tipos de literatura, como por exemplo, periódico, tese, livro.

Um descritor da hierarquia do DeCS pode estar em dois ou mais níveis e em categorias/descritores diferentes. O descritor ‘Psicologia Industrial’, por exemplo, aparece no nível três da categoria “F.Psicologia e Psiquiatria”, ou seja, subordinado

ao descritor “F2. Fenômenos e processos psicológicos”; no nível quatro na categoria “F.Psicologia e psiquiatria”, ou seja, subordinado no segundo nível ao descritor “F4. disciplinas e atividades comportamentais”; e também no nível quatro na categoria “P.Saúde pública”, subordinado no segundo nível ao descritor “SP4.Medicina ocupacional”.

O DeCS é composto de 26.851 descritores e toda esta estrutura está disponível eletronicamente, no endereço http://decs.bvs.br/. Neste endereço há uma interface de busca que permite pesquisar o DeCS de duas formas:

1. Pelo índice hierárquico, onde é possível com um clique do *mouse* ir “abrindo” as categorias e os diversos níveis dos descritores;
2. Pela palavra-chave, onde é possível escrever um termo em um campo e, caso ele faça parte do DeCS, receber como resultado da pesquisa os descritores e qualificadores relacionados e suas respectivas definições.

Todos os termos do DeCS estão definidos e podemos ter acesso a essas definições por esses dois modos de pesquisa.

O trabalho de descrição e análise como proposto pela AD exige um vai e vem entre a teoria e a descrição, o que permite o acesso à ordem significante, ou seja, aos discursos que estão funcionando nesta organização das Ciências da Saúde onde a Psicologia está presente. Então, para a descrição e análise da Psicologia que o DeCS nos traz, usamos a interface de pesquisa e consultamos tanto pelo índice como pela palavra-chave e incidimos nosso recorte sobre quatro descritores e os descritores a eles subordinados: “Psicologia e Psiquiatria”, “Psicologia”, “Psicologia Aplicada” e “Teorias Psicológicas”.

Em primeiro lugar, gostaríamos de trazer para a análise e reflexão o fato de a Psicologia estar sendo incluída no campo das Ciências da Saúde, o que vem

acontecendo também em outras classificações, mas não de modo constante e consistente, pois a encontramos também como fazendo parte das Ciências Humanas e também das Ciências Sociais.

Observamos que em outras práticas de indexação como as dos sites de livrarias virtuais, como a Saraiva e a Siciliano, por exemplo, ela não está dentro das Ciências Humanas, nem dentro mesmo de Ciências; é uma categoria à parte, às vezes, pertencente à da chamada “auto-ajuda”. Na classificação decimal universal – CDU, ela está na classe 1- Filosofia-Psicologia. Que lugar então é o da Psicologia? Foucault (1999) diz que ela se formou no espaço de projeção das ciências da vida, da produção e troca e da linguagem, e a coloca dentro das Ciências Humanas, essas ciências cujo status científico é sempre confrontado pelo fato mesmo de se configurarem nestas confluências, onde discursos diversos se entrecruzam para tentar explicar o homem singular, o homem em sociedade, o homem como origem e fonte de todo saber.

A essa opacidade que observamos em relação ao lugar ocupado pela Psicologia no quadro maior das Ciências, junta-se aquela que iremos encontrar quando verificamos o lugar que a LILACS atribui à Psicologia em seus DeCS: junto com a Psiquiatria, conforme as categorias que apresentamos a seguir. Para a AD, esses lugares são determinados ideologicamente pelo funcionamento do imaginário e da memória: estar colocado aqui ou ali tem efeitos nas possibilidades de significar, nos processos de subjetivação. Estar aqui ou ali implica em estar filiado às formações discursivas que funcionam determinando o que pode e o que não pode ser dito de determinado lugar.

O DeCS está estruturado a partir de dezessete (17) categorias – o sinal de adição (+) indica o desdobramento em descritores -, que se apresentam em uma ordem dada,

produzindo seus efeitos de sentido, na qual podemos localizar a Psicologia na categoria F.:

A - ANATOMIA +
B - ORGANISMOS +
C - DOENCAS +
D - COMPOSTOS QUIMICOS E DROGAS +
E - TECNICAS E EQUIPAMENTOS +
F - **PSICOLOGIA E PSIQUIATRIA+**
G - CIENCIAS BIOLOGICAS +
H - CIENCIAS FISICAS +
I - HOMEOPATIA +
J - ANTROPOLOGIA, EDUCACAO, SOCIOLOGIA E FENOMENOS SOCIAIS +
K - TECNOLOGIA E ALIMENTOS E BEBIDAS +
L - HUMANIDADES +
M - CIENCIA DA INFORMACAO +
N - PESSOAS +
O - ASSISTENCIA A SAUDE +
P - SAUDE PUBLICA +
Q - LOCALIZACOES GEOGRAFICAS +

Para a AD esta categorização não é uma série de saberes, seres, disciplinas, atividades, topografia, que compõem o campo das Ciências da Saúde. Esta categorização é um texto, uma unidade de sentidos e materializa uma leitura específica do que é a Ciências da Saúde e põe em circulação, numa rede mundial, essa interpretação como a verdadeira, a científica, a legítima, sustentada por instituições credenciadas internacionalmente para falar desses lugares que buscam dar conta da completude, da totalidade. Como bem diz o Guia (BIREME, 2001):

> A LILACS abrange toda a área de Ciências da Saúde, num sentido bem amplo, abrangendo todas as áreas que tenham relação com a saúde humana: Medicina, Saúde Pública, Odontologia, Enfermagem, Veterinária, Engenharia Sanitária, Farmácia e Química, Biologia, Nutrição, Psicologia, Ecologia e Ambiente, etc (p. 9), (Grifo nosso).

Se compararmos as 17 categorias do DeCS, transcritas anteriormente, a esta série acima mencionada encontramos uma nova ordenação onde a Psicologia já se encontra em outro lugar em relação as outras subáreas das Ciências da Saúde, enquanto uma totalidade.

Como a enciclopédia chinesa de Borges, citada por Foucault (1999), esta categorização do DeCS evidencia, pelo impossível de se pensá-la, as dissimetrias e as discrepâncias entre áreas de saber, ciências, disciplinas, práticas, indivíduos. Parece que, como na enciclopédia chinesa, o que une e organiza essas disparidades é a série alfabética. No entanto, essa categorização cabe no pensamento ocidental, diferente daquela enciclopédia, e cabe talvez porque subjaz aí a idéia de interdisciplinaridade, e cabe ainda dentro de uma tradição da geografia médica que conforme já vimos, teve início com a expansão colonialista e com o paradigma anatomoclínico.

O discurso da interdisciplinaridade, pensado da perspectiva discursiva, é efeito da impossibilidade de pensar o saber como superfícies bem delimitadas, estanques, com temas, objetos, métodos e procedimentos diferenciados, visando conhecer e controlar o real da língua, o real da história, de superar a contradição entre o objeto real e o objeto de conhecimento que a ciência instala para dar conta desse impossível. Há que suturar a falha, sempre possível nas disciplinas de interpretação, elaborando o objeto total, mesmo que imaginariamente. Conceitos, temas, teorias de uma área são apropriados por outra neste funcionamento da interdisciplinaridade, em que se elabora uma representação imaginária (ideológica, portanto) da Ciência como um saber com abrangência absoluta, capaz de tudo analisar exaustivamente, que conhece na totalidade, e é capaz de envolver o mundo num olhar que tudo vê.

Voltando às 17 categorias dos DeCS, observamos, inicialmente, que a clareza, coerência e consistência tão desejadas para dar sustentação à objetividade e imparcialidade pretendidas parecem desfazer-se face à opacidade do que sustenta essa categorização em que encontramos campos de saberes (Ciências Biológicas, Ciências Físicas, Humanidades, Antropologia, Educação, Sociologia, Ciência da

Informação), disciplinas e categorias de um campo de saber (Anatomia, Homeopatia, Fenômenos Sociais, Compostos Químicos e Drogas), práticas de administração do Estado (Assistência a Saúde e Saúde Pública), seres e partes desses seres (Pessoas e Organismos), técnicas (Tecnologia e Alimentos e Bebidas).

Essa categorização, “cobertura temática” como é chamada no Guia (BIREME, 2001), “...serve ao documentalista na análise de conteúdo dos documentos a serem ingressados, assim como na posterior recuperação dos mesmos.” (p. 7).

É nessa linguagem documentária, que é instrumento para que o documentalista analise o conteúdo dos documentos e instrumento para que o usuário encontre o que procura, que a Psicologia foi colocada na categoria F, mas também a Psiquiatria, ligadas pelo conectivo “e”, que une elementos de uma mesma série ou de igual função. Esta ordem, primeiro a Psicologia e depois a Psiquiatria, coloca uma questão: Se estamos no campo das Ciências da Saúde e a Medicina encabeça a divisão desse campo, a Psiquiatria como um ramo da medicina não deveria vir em primeiro lugar?

Como afirma Orlandi (2004), é no ambíguo, no contraditório, que a interpretação está presente. Exatamente porque não há relação termo a termo entre as palavras e as coisas que a leitura, os gestos de interpretação intervém atualizando o histórico e o ideológico, o já dito em outro tempo e lugar.

Forma e conteúdo não são dimensões estanques: o discurso é estrutura (a língua) e acontecimento (atualidade). O objetivo do analista então é compreender como estes gestos de interpretação funcionam: as condições de produção que estão determinando o dito assim e não de outro modo, em relação com o não-dito. Então não é sem conseqüências para os sentidos o fato de ora a Psicologia estar aqui, ora ali. O fato de vir junto com a Psiquiatria é uma interpretação específica do que é a Psicologia. O objetivo é, então, compreender os sentidos que estão sendo elaborados, ou seja, como

a língua está funcionando como forma material do discurso e determinando uma direção para a interpretação (ideologia), produzindo evidências de que este é, naturalmente, o lugar da Psicologia e de que, naturalmente, ela compõe com a Psiquiatria.

Uma consulta ao DeCS, usando como argumento de pesquisa a palavra "Psiquiatria", faz retornarem catorze (14) descritores. Na metade deles, a Psiquiatria é qualificada, ou seja, vem seguida de um determinante: psiquiatria da criança, do adolescente, psiquiatria geriátrica, biológica, comunitária, militar, legal ou forense. Na outra metade, temos serviços e terapias: Serviço Social em Psiquiatria e Terapias Somáticas em Psiquiatria, por exemplo. Mas traz também o descritor isolado "Psiquiatria", que transcrevemos abaixo:

Figura 4 – Descritor Psiquiatria

1 / 1	DeCS	
Descritor *Inglês*:	**Psychiatry**	
Descritor *Espanhol*:	**Psiquiatría**	
Descritor *Português*:	**Psiquiatria**	
Categoria:	F04.096.544 G02.403.642 G02.403.776.640	
Definição *Português*:	A ciência médica que estuda a origem, o diagnóstico, a prevenção e o tratamento dos transtornos mentais.	
Nota de Indexação *Português*:	somente ESP: qualif ESP; não confunda com TRANSTORNOS MENTAIS	
Qualificadores Permitidos *Português*:	classificação educação história legislação & jurisprudência métodos estatística & dados numéricos tendências	economia ética instrumentação recursos humanos organização & administração normas
Número do Registro:	12007	
Identificador Único:	D011570	

Todos os descritores apresentam uma estrutura semelhante a esta, um pouco ao modo de um verbete de dicionário: 1. a palavra nas três línguas oficiais do DeCS, estando o inglês em primeiro lugar e o português em terceiro; 2. a categoria que especifica em quais outras categorias o descritor definido também aparece; 3. a definição em português, o que nos faz novamente pensar na questão da tradução aí

presente; 4. a nota de indexação em Português que retoma aspectos da definição para garantir que se fará a leitura esperada, controlando a dispersão do sentido sempre possível; 5. os qualificadores permitidos, ou seja, os domínios de saber em que aquele descritor se inscreve; 6. o número do registro e 7. o identificador único.

Observemos, inicialmente, a definição em Português proposta para este descritor:

> A ciência médica que estuda a origem, o diagnóstico, a prevenção e o tratamento dos transtornos mentais.

Temos, aí, a presença de um artigo definido "a" e a de um adjetivo "médica". Isto permite determiná-la como sendo a parte da Medicina, enquanto ciência, autorizada para falar dos "transtornos mentais". E o que é fazer ciência médica? Estudar "a origem", "o diagnóstico", "a prevenção" e "o tratamento", evidenciando uma concepção positivista desse fazer, bem como da teoria aí dominante. O que se pode observar se formos para a "Nota de indexação", onde há uma chamada de atenção do indexador para não confundir "Psiquiatria" com "transtornos mentais", o que indica a possibilidade de esses termos serem tomados como sinônimos.

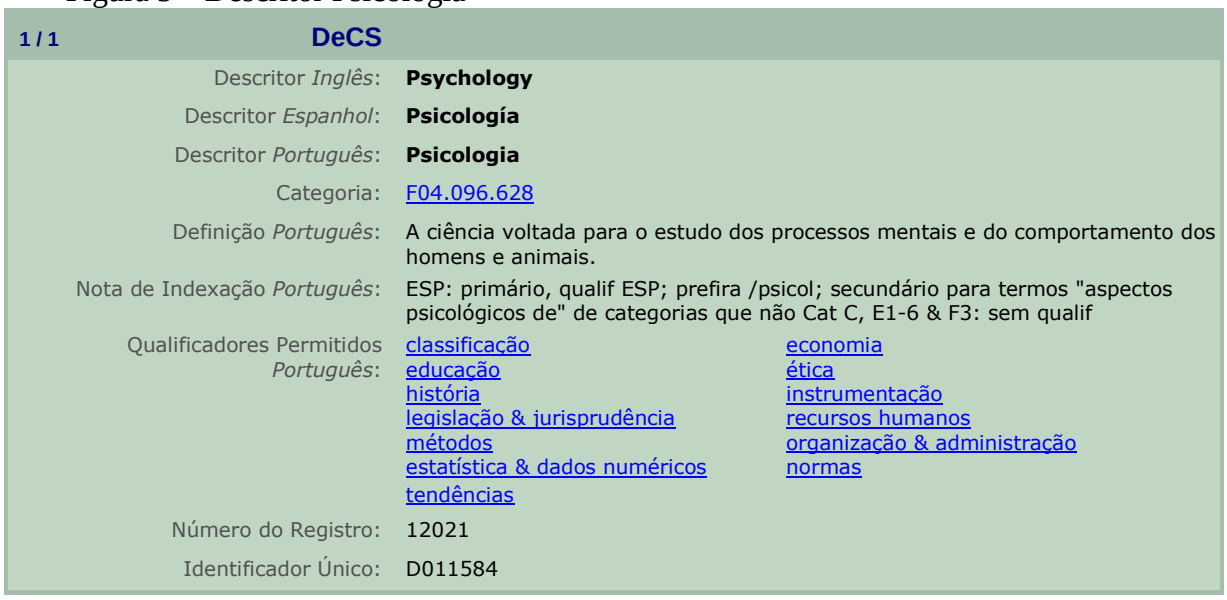
Complementando a pesquisa no DeCS, usamos como argumento a palavra "Psicologia" e obtivemos sessenta (60) registros como respostas. A maioria deles são termos do vocabulário da Psicologia como "aspirações", "comportamento", "conflito", "contratransferência", "negação". Outros são ramos da Psicologia ou fases do desenvolvimento dos indivíduos como "Psicologia da Infância", "Psicologia da Adolescência". Mas há, também, o que nos interessa mais especificamente para contrapormos ao descritor "Psiquiatria", duas definições para a palavra "Psicologia": a Psicologia como um "descritor" e Psicologia como "qualificador". Isso significa um novo desdobramento para a Psicologia, em relação à Psiquiatria que, enquanto palavra de entrada, aparece apenas como "descritor".

Como já vimos (p. 89) um descritor é a palavra principal que descreve o conteúdo do documento e o qualificador é uma outra palavra que especifica/detalha o descritor. Um exemplo pode explicar a diferença entre descritor e qualificador. Ao indexar um documento que, como no exemplo colocado no *Manual de Indexação* (BIREME, 2003a), discute aspectos psicológicos da gastrite em crianças, o indexador deve usar "Gastrite" como descritor primário e "psicol" (psicologia) como qualificador (abreviado, em minúscula e separado do descritor por uma barra) : .

GASTRITE /psicol *
CRIANÇA (Pré-codificado)
HUMANO (Pré-codificado)
e não
PSICOLOGIA INFANTIL (BIREME, 2003a, item 8.7.6)

Vejamos, então, o descritor Psicologia.

Figura 5 – Descritor Psicologia



1 / 1 **DeCS**

Descritor *Inglês*:	**Psychology**
Descritor *Espanhol*:	**Psicología**
Descritor *Português*:	**Psicologia**
Categoria:	F04.096.628
Definição *Português*:	A ciência voltada para o estudo dos processos mentais e do comportamento dos homens e animais.
Nota de Indexação *Português*:	ESP: primário, qualif ESP; prefira /psicol; secundário para termos "aspectos psicológicos de" de categorias que não Cat C, E1-6 & F3: sem qualif
Qualificadores Permitidos *Português*:	classificação, economia, educação, ética, história, instrumentação, legislação & jurisprudência, recursos humanos, métodos, organização & administração, estatística & dados numéricos, normas, tendências
Número do Registro:	12021
Identificador Único:	D011584

Se compararmos, inicialmente, os descritores "Psiquiatria" e "Psicologia" (enquanto descritor), podemos observar, tomando os enunciados definidores, que ambos são ciência, ou melhor, "a" ciência própria para se estudar determinado objeto, porém, a Psicologia não está situada no campo da Medicina, evidenciando, pelo não-dito, a ambigüidade do lugar da Psicologia entre as demais ciências. Os objetos de estudo são distintos: "transtornos mentais" de um, e "processos mentais e

comportamento” de outra, sendo que da Psicologia retira-se a historicidade e a relação com a noção de doença ao se apagar termos como “origem”, “diagnóstico”, “prevenção”, “tratamento” o qual irá, contudo, reaparecer na definição do descritor “Psicologia Clínica” que transcrevemos na página 104.

Chama a atenção do analista de discurso a presença, na definição, do termo “animais” em relação também aditiva ao termo “homens”.

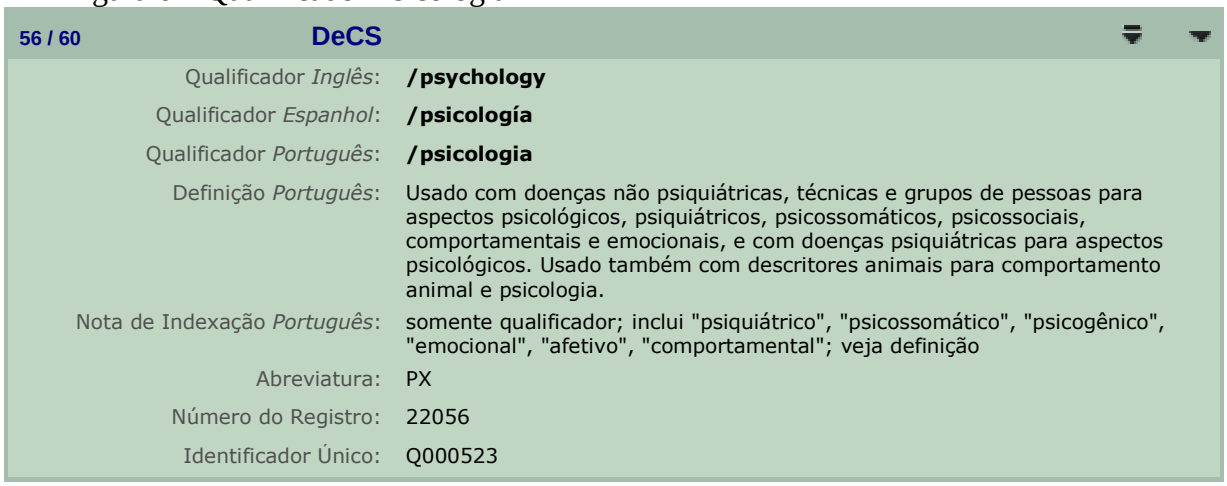
Na “Nota de indexação” do descritor Psicologia, encontramos “prefira /psicol.”, que significa que o indexador deve preferir tratar a Psicologia como um qualificador, antes que como uma ciência, como vimos no exemplo do *Manual de Indexação* (BIREME, 2003a) à página 97. Ressaltamos que o asterisco (*) colocado no qualificador “/psicol.”, naquele exemplo, significa que a Psicologia é o aspecto principal do documento.

Na “Nota de indexação”, para o indexador tentar cercar a polissemia do termo, irá aparecer ainda o enunciado: “secundário para termos “aspectos psicológicos de” de categorias que não Cat C, EI-6 & F3: sem qualif.” Este enunciado é um alerta para o indexador usar o descritor Psicologia como segundo descritor quando o documento tratar de “aspectos psicológicos de”. Isto não vale para a categoria “C. Doenças”, pois aí ele deve ser usado como qualificador como vimos no exemplo à página 97, e nem para o descritor “F.3 Transtornos Mentais” e “EI-6. Técnicas e Equipamentos”, quando ele poderá ser usado como primeiro descritor, mas sem nenhum qualificador.

Avançando em nossa análise, vemos que a clareza e a objetividade tão almejadas pela BIREME na construção de uma rede de informação - um universo lógica e semanticamente estabilizado -, vão ficando cada vez mais difíceis, evidenciando a dificuldade em produzir fechamentos, em controlar a dispersão do texto e do sujeito.

Passemos agora para o qualificador Psicologia:

Figura 6 – Qualificador Psicologia



56 / 60	DeCS
Qualificador *Inglês*:	**/psychology**
Qualificador *Espanhol*:	**/psicología**
Qualificador *Português*:	**/psicologia**
Definição *Português*:	Usado com doenças não psiquiátricas, técnicas e grupos de pessoas para aspectos psicológicos, psiquiátricos, psicossomáticos, psicossociais, comportamentais e emocionais, e com doenças psiquiátricas para aspectos psicológicos. Usado também com descritores animais para comportamento animal e psicologia.
Nota de Indexação *Português*:	somente qualificador; inclui "psiquiátrico", "psicossomático", "psicogênico", "emocional", "afetivo", "comportamental"; veja definição
Abreviatura:	PX
Número do Registro:	22056
Identificador Único:	Q000523

Evidencia-se aqui que o qualificador Psicologia pode ser usado para qualificar todos os descritores, menos aqueles que se refiram a “doenças psiquiátricas”, que são os transtornos mentais, descritor F.3. Ele pode ainda qualificar os descritores dos documentos que tratam de aspectos psicológicos das técnicas (categoria E.Técnicas e Equipamentos) e dos grupos de pessoas (Categoria N. Pessoas). Vamos ver como isto funciona nos exemplos do *Manual de Indexação* (BIREME, 2003a), na categoria E. Técnicas e Equipamentos:

> Aspectos psicológicos do transplante.
> TRANSPLANTE /psicol *
> (item 8.6.25)

e na categoria N. Pessoas:

> Hábito de fumar do médico clínico
> TABAGISMO *
> MÉDICOS /psicol *
> HUMANO (Pré-codificado)
> (item 8.15.5)

É interessante também observar a polissemia dessa Psicologia apresentada como qualificador de outras coisas: ela inclui “aspectos psicológicos, psiquiátricos, psicossomáticos, psicossociais, comportamentais e emocionais” e a ‘Nota de indexação’ ainda acrescenta “psicogênico”, e “afetivo”. Quando qualifica a Psicologia pode ser muitas coisas.

Talvez seja possível compreender essa dispersão refletindo sobre o que Figueiredo (1991) chama de “projeto autocontraditório de constituição da psicologia” (p. 26) Para ele

> A psicologia, desde o seu nascimento oficial como ciência independente, vive, ao lado de outras ciências humanas, uma crise permanente. Esta crise se caracteriza pela extraordinária diversidade de posturas metodológicas e teóricas em persistente e irredutível oposição.(p. 11).

Colocando a Psicologia em um outro lugar (nas Ciências Humanas) ele ainda complementa afirmando que

> “O ecletismo é a maneira predominante da comunidade profissional enfrentar as contradições do projeto da psicologia como ciência independente. Sua principal desvantagem é que neste enfrentamento as contradições ficam camufladas, travestidas em complementaridade, e a própria natureza do projeto é subtraída do plano da reflexão e da crítica.” (p. 40), (Grifo nosso).

Como estamos pensando nos descritores, em sua estrutura e funcionamento como um dicionário, podemos nos servir do sistema de remissão próprio desse instrumento lingüístico – um objeto histórico e simbólico (Auroux, 1992) -, para compreendermos melhor a produção de sentidos e os processo de subjetivação que aí se dão. Vamos trazer um outro descritor, aquele que define o objeto da Psiquiatria: “Transtornos mentais”.

Figura 7 – Descritor Transtornos Mentais

1 / 1 **DeCS**

Descritor *Inglês*:	**Mental Disorders**
Descritor *Espanhol*:	**Trastornos Mentales**
Descritor *Português*:	**Transtornos Mentais**
Sinônimos *Português*:	Insanidade
Categoria:	F03
Definição *Português*:	Doenças psiquiátricas que se manifestam por rupturas no processo de adaptação expressas primariamente por anormalidades de pensamento, sentimento e comportamento, produzindo sofrimento e prejuízo do funcionamento.
Relacionados *Português*:	Pessoas Mentalmente Doentes
Qualificadores Permitidos *Português*:	sangue induzido quimicamente congênito dietoterapia quimioterapia etnologia enzimologia etiologia história metabolismo mortalidade patologia fisiopatologia psicologia reabilitação radioterapia terapia ultrasonografia virologia líquido céfalo-raquidiano classificação complicações diagnóstico economia embriologia epidemiologia genética imunologia microbiologia enfermagem prevenção & controle parasitologia radiografia cintilografia cirurgia urina veterinária
Número do Registro:	8771
Identificador Único:	D001523

A primeira questão que se coloca, neste descritor, é a da tradução de “disorder” para “transtorno”. Roballo (2001), em sua dissertação de mestrado, *O outro lado da Síndrome de Asperger*, analisa o significado dicionarizado desses termos em inglês e português e tira daí algumas conclusões importantes para o nosso trabalho:

> Em primeiro lugar, observamos que a palavra "disorders", em inglês, está associada a algo provocado pelo indivíduo face a uma ordem - social, política, pública - estabelecida por outros indivíduos que apontam para aquele causador do *chaos,* disorderliness, *disorganization*, da *disturbance of public order*. (p. 83).

E quanto à tradução de “*disorder*” para o português, ela comenta “Por outro lado, “transtorno” refere-se a algo externo ao indivíduo e sobre o qual ele não tem muita responsabilidade, mas que, contudo, atribui-lhe um caráter negativo, de déficits e prejuízos.”(p.84)

Mas como a língua é histórica, em um dicionário atual (Houaiss eletrônico) aparece a seguinte definição para transtorno: “substantivo masculino. ato ou efeito de transtornar. 1**.** situação que causa incômodo a outrem; contratempo. Ex.: sem perceber provocou um grande t.[ranstorno].”. Há aí uma responsabilização do sujeito indicada pela expressão “ato de transtornar” que no mesmo dicionário tem na sua primeira acepção: “transtornar. 1.modificar a ordem de; desorganizar; Ex.: a nova secretária transtornou os arquivos.”. O sujeito é colocado como agente do transtorno nos dois exemplos usados, indicando uma ordem num tempo anterior que deveria ser preservada e que, no entanto, foi transtornada por ele.

Roudinesco (2000), em um capítulo de seu livro *Por que a psicanálise?*, denominado *O homem comportamental*, faz uma análise das edições do “Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais” – DSM, cuja primeira versão foi elaborada em 1952, pela *American Psychiatric Association* – APA, mostrando, inclusive, a importância da mudança de terminologia ocorrida, em determinado momento histórico – e seus efeitos políticos e ideológicos -, em que o termo “*disorder*” vem em substituição aos de “psicose”, “neurose”, “perversão”, evidenciando uma mudança epistemológica. Ela considera que com mudanças de terminologia e o aparecimento de entidades novas como “depressão” “... as sociedades democráticas do fim do século XX deixaram de privilegiar o conflito como núcleo normativo da formação subjetiva.” (p. 19). O conflito inerente à organização social moderna, calcada no modo de produção capitalista, é negado também na estância da subjetividade.

Ainda quanto à tradução, podemos observar que o descritor apresenta um “Sinônimo em Português: Insanidade” . Se formos ao dicionário (Aurélio, s/d), encontraremos evidências de que o que está em questão aí é o sujeito: “Insanidade.

[Do latim insanitate.] S. f. 1. Qualidade de insano. 2. Falta de senso. 3. Demência, loucura. (p. 769).

O que será reforçado pelo que se apresenta, no descritor, como “Relacionados Português” (um item que não apareceu na estrutura de apresentação dos descritores “Psiquiatria” e “Psicologia”): “Pessoas mentalmente doentes”, qualificando como doença o transtorno, que, como vimos anteriormente em Roballo (2001) e Roudinesco (2000), pode ser da ordem do social, do político, o que será reafirmado e expandido na “Definição”:

> “Doenças psiquiátricas que se manifestam por rupturas no processo de adaptação expressas primariamente por anormalidades de pensamento, sentimento e comportamento, produzindo sofrimento e prejuízo do funcionamento.” (Grifo nosso).

Nesse enunciado definidor chama a nossa atenção o termo “adaptação” e a ausência do complemento ao termo “funcionamento”. As doenças psiquiátricas produzem “sofrimento” e “prejuízo” a quê ou a quem? Observamos, ainda, que há pessoas que não apenas se comportam de modo anormal, mas também pensam e sentem de modo anormal. E os “Qualificadores” – domínios de saber - em que essa definição é permitida invadem todos os aspectos da vida do sujeito: o pensamento, sentimento, comportamento, sangue, história, mortalidade.

Roballo (2001) e Roudinesco (2000) estavam tratando mais diretamente dos transtornos mentais, objeto do DSM e também da clínica psicológica. Este “ramo da psicologia” aparece como descritor no DeCS trazendo no seu enunciado definidor a palavra “tratamento”, mas sem as outras atribuídas, desde o início, ao descritor Psiquiatria: “origem”, “diagnóstico”, “prevenção”.

O tratamento coloca em questão o espaço da clínica enquanto um espaço entre sujeitos, que é assim descrita no DeCS:

Figura 8 – Descritor Psicologia Clínica

1 / 1	DeCS	
Descritor *Inglês*:	**Psychology, Clinical**	
Descritor *Espanhol*:	**Psicología Clínica**	
Descritor *Português*:	**Psicologia Clínica**	
Categoria:	F04.096.628.579	
Definição *Português*:	O ramo da psicologia voltado para os métodos psicológicos de reconhecimento e tratamento dos transtornos do comportamento.	
Nota de Indexação *Português*:	ESP: qualif ESP	
Qualificadores Permitidos *Português*:	classificação educação história legislação & jurisprudência métodos estatística & dados numéricos tendências	economia ética instrumentação recursos humanos organização & administração normas
Número do Registro:	12023	
Identificador Único:	D011586	

Nesse espaço da clínica, podemos ver como são considerados os “transtornos de comportamento”, que significam em relação de intertextualidade com outros ditos, e que trazem novas filiações discursivas – jurídica, econômica, administrativa, -, mostrando a presença do político nas questões de saúde em uma sociedade dada.

Esses transtornos do comportamento surgem assim no DeCS:

Figura 9 – Descritor Transtorno da Conduta

1 / 1	DeCS	
Descritor *Inglês*:	**Conduct Disorder**	
Descritor *Espanhol*:	**Trastorno del Comportamiento**	
Descritor *Português*:	**Transtorno da Conduta**	
Sinônimos *Português*:	Transtorno do Comportamento	
Categoria:	F03.550.150.300	
Definição *Português*:	Um padrão repetitivo e persistente de comportamento em que são violados os direitos básicos dos outros ou as principais regras sociais válidas para a idade. Estes comportamentos incluem conduta agressiva que causa ou ameaça causar danos corporais a outras pessoas e animais, conduta não agressiva que causa danos a propriedades, fraudes ou furtos, e violações sérias das regras. Inicia-se antes da idade de 18 anos.	
Nota de Indexação *Português*:	início anterior aos 18 anos de idade	
Relacionados *Português*:	Transtorno da Personalidade Anti-Social	

O comportamento transtornado viola “regras sociais” e os “direitos básicos”, incluindo aí os direitos de propriedade Causa “danos, “fraude”, “furto”. São transtornos definidos de fora, a partir de uma situação político social específica e que discrimina a idade de responsabilização jurídica como seu limite (18 anos).

É possível observar como o sujeito jurídico e o sujeito do conhecimento, implicados desde os primórdios da formação dos Estados Nacionais se sustentam nesta definição do descritor “Transtornos do comportamento”. O item “Relacionados português: “Transtorno da Personalidade anti-social” realça os aspectos sociais e jurídicos, indicando a idade justa e certa para a atribuição do transtorno ao sujeito.

Figura 10 – Transtorno da Personalidade Anti-social

1 / 1 **DeCS**

Descritor *Inglês*:	**Antisocial Personality Disorder**
Descritor *Espanhol*:	**Trastorno de Personalidad Antisocial**
Descritor *Português*:	**Transtorno da Personalidade Anti-Social**
Sinônimos *Português*:	Comportamento Anti-Social Personalidade Psicopática Personalidade Sociopática
Categoria:	F03.675.050
Definição *Português*:	Um transtorno de personalidade cuja característica principal é um padrão global de desrespeito e violação dos direitos dos outros, que tem início na infância ou no começo da adolescência e persiste até a vida adulta. O indivíduo deve ter ao menos 18 anos e deve ter uma história de alguns sintomas de TRANSTORNO DA CONDUTA anteriores à idade de 15 anos.
Relacionados *Português*:	Transtorno da Conduta
Qualificadores Permitidos *Português*:	sangue induzido quimicamente complicações diagnóstico economia enzimologia etiologia história metabolismo mortalidade patologia fisiopatologia psicologia reabilitação cirurgia urina virologia líquido céfalo-raquidiano classificação dietoterapia quimioterapia etnologia epidemiologia genética imunologia microbiologia enfermagem prevenção & controle parasitologia radiografia cintilografia terapia ultrasonografia
Número do Registro:	991
Identificador Único:	D000987

O termo “tratamento” comum tanto ao descritor “Psiquiatria” quanto ao descritor “Psicologia clínica” pressupõe um processo que vai em direção a um objetivo - a cura, a partir da identificação (reconhecimento) de um estado – o transtorno, a doença. A doença entendida como um estado de desequilíbrio, “ que causa prejuízo a algo ou alguém.” (Houaiss eletrônico) e que pode ser superado/evitado pela ação daqueles que têm os meios técnicos e o direito oficial de

intervir nos corpos e mentes para um retorno/conservação do estado de ordem anterior (adaptação). A inércia, o imobilismo, o arranjado e petrificado é identificado com a saúde; a diligência, o movimento, o fora da ordem preestabelecida com a doença e a presença do outro apontando a causa do transtorno.

Um retorno à definição do descritor "Psicologia" – "A ciência voltada para o estudo dos processos mentais e do comportamento dos homens e animais."- traz para nossa reflexão os objetos de conhecimento dessa ciência: os processos mentais e o comportamento.

Figura 11 – Processos Mentais

1 / 1	DeCS	
Descritor *Inglês*:	**Mental Processes**	
Descritor *Espanhol*:	**Procesos Mentales**	
Descritor *Português*:	**Processos Mentais**	
Sinônimos *Português*:	Processamento de Informação Humano	
Categoria:	F02.463	
Definição *Português*:	As funções conceituais ou o pensamento em todas as suas formas.	
Qualificadores Permitidos *Português*:	classificação ética efeitos de radiação	efeitos de drogas fisiologia
Número do Registro:	8776	
Identificador Único:	D008606	

Chamamos atenção para a sinonímia em português desse descritor: "Processamento de Informação Humano". O homem-máquina que parece ter sua atualidade vinculada à sociedade da informação tem, no entanto, vida longa. No século XVII-XVIII ele já transitiva no solo arqueológico da Psicologia numa associação com um outro objeto tecnológico característico do período: o relógio (Schultz & Schultz, 2002). Uma concepção mecanista e funcionalista do homem. Em detrimento de uma outra forma de subjetivação, aberta à falta constitutiva do sujeito desejante, político e histórico, surge o sujeito algoritmizado que como um computador processa informação. E surge uma Psicologia que elabora como objeto não os processos mentais, mas "o" processo mental cognitivo.

Neste momento, é possível refletir sobre efeitos de sentido elaborados a partir do advento dessa máquina lógica e sintática sobre os processos de subjetivação. Quando Alan Turing propôs a possibilidade de uma máquina inteligente já o fez num horizonte discursivo onde a metáfora do homem/máquina não causava nenhum estranhamento; o que ele dizia fazia sentido. O deslizamento para o sentido reverso máquina/homem é bem característico do "efeito metafórico" que funciona nos processos discursivos: uma palavra pela outra (máquina – homem) e temos o sentido filiado a diferentes formações discursivas, referidas às formações ideológicas. (Pêcheux, 1997). Esse deslizamento produz conseqüências para a compreensão de como a Psicologia Cognitiva, por um lado, estabelece paralelos científicos e lógicos entre o psiquismo humano e o computador e a Inteligência Artificial, por outro, estabelece paralelos, também científicos e lógicos, entre o computador e o psiquismo humano.

É interessante observar também como tecnologias que surgiram tão separadas cronologicamente como o relógio e o computador têm em comum uma mudança das relações do homem com o tempo; e como também foram, cada uma na sua época, utilizadas como metáfora do funcionamento do homem, num movimento para tentar conter a dispersão do sujeito nos estreitos limites do funcionamento da máquina, determinado, previsível, controlável.

Schultz e Schultz (2002), citando Baars (1986, p. 154), dão uma interpretação interessante dessas metáforas: "Para os psicólogos, sempre em busca de garantias de que suas teorias se refiram a alguma realidade fisicamente possível, o encanto das metáforas com máquinas é absolutamente irresistível." (p. 409).

É interessante, agora, pesquisar no índice hierárquico do DeCS e observar quais são os "Processos mentais" que este vocabulário temático nos traz. O descritor

Processos mentais é subordinado ao descritor de primeiro nível “F2. Fenômenos e processos psicológicos” e os descritores a ele subordinados são :

1. Processos Mentais
    1.1.Cognição +
    1.2.Intenção
    1.3.Aprendizagem +
    1.4.Fadiga Mental
    1.5.Relações Mente-Corpo (Metafísica)
    1.6.Percepção +
    1.7.Pensamento +
    1.8.Volição .(DeCS, *online*).

Chama atenção nesta hierarquia a presença de dois termos usados algumas vezes com o mesmo sentido: “Cognição” e “Pensamento”:

Figura 12 – Descritor Cognição

1 / 1	**DeCS**	
Descritor *Inglês*:	**Cognition**	
Descritor *Espanhol*:	**Cognición**	
Descritor *Português*:	**Cognição**	
Categoria:	F02.463.188	
Definição *Português*:	O processo intelectual ou mental através do qual um organismo toma conhecimento do mundo.	
Qualificadores Permitidos *Português*:	classificação ética efeitos de radiação	efeitos de drogas fisiologia
Número do Registro:	3102	
Identificador Único:	D003071	

Figura 13 – Descritor Pensamento

1 / 1	DeCS	
Descritor *Inglês*:	**Thinking**	
Descritor *Espanhol*:	**Pensamiento**	
Descritor *Português*:	**Pensamento**	
Categoria:	F02.463.785	
Definição *Português*:	Atividade mental, que não é predominantemente perceptiva, através da qual apreende-se algum aspecto de um objeto ou situação com base no aprendizado e experiência anteriores.	
Nota de Indexação *Português*:	o processo do pensamento; não confunda com MEDITAÇÃO, uma técnica de relaxamento; diferencie de COGNIÇÃO: veja hierárquico & definição	
Qualificadores Permitidos *Português*:	classificação ética efeitos de radiação	efeitos de drogas fisiologia
Número do Registro:	14230	
Identificador Único:	D013850	

Observamos que a “Nota de Indexação” admite e tenta controlar a sinonímia entre “cognição” e “pensamento” avisando ao indexador para ver o nível hierárquico (superior) e a definição de “cognição”. Chama atenção também, no enunciado definidor de cognição a relação entre “intelectual” e “mental”, reduzindo este àquele, e a ressalva, no enunciado definidor de pensamento: “Atividade mental, que não é predominantemente perceptiva...”. Perguntamos: temos aí uma tentativa de neutralizar o empirismo do restante da definição que reduz os objetos e a situação ao observável?.

Como as palavras significam em relações de intertextualidade é interessante observar nessa classificação dos processos mentais aqueles processos que têm na história da psicologia um elo forte com a fisiologia: a cognição, o pensamento, a percepção e a ausência de outros, como a memória, a aprendizagem, a atenção.

Nesta mesma nota do descritor “Pensamento”, outro aviso; “...não confunda com MEDITAÇÃO...” indicando, pelo não dito, esta possibilidade que, de uma forma até comum, é confirmada nos títulos de livros nas livrarias virtuais classificados como “Psicologia” enquanto “auto-ajuda”.

O descritor “Relações mente-corpo” que aparece na hierarquia do descritor “Processos Mentais” (item 1.5) tem a palavra “Metafísica” entre parênteses para

diferenciá-lo do descritor “Relações mente-corpo (Fisiologia)” onde a ênfase esta na fisiologia e que aparece dentro do descritor de nível superior “Psicofisiologia”. “Relações mente-corpo” dentro do descritor processos mentais tem o seguinte enunciado definidor:

> A relação entre a mente e o corpo em um contexto religioso, social, espiritual, comportamental e metafísico. Este conceito é significativo no campo da medicina alternativa. Difere do relacionamento entre processos fisiológicos e comportamento, onde a ênfase está na fisiologia do corpo (=PSICOFISIOLOGIA). (DeCS, online).

O segundo objeto da Psicologia trazida para a rede pelo DeCS é o “Comportamento” e transcrevemos abaixo sua descrição:

Figura 14 – Descritor Comportamento

1 / 1 **DeCS**

Descritor *Inglês*:	**Behavior**
Descritor *Espanhol*:	**Conducta**
Descritor *Português*:	**Comportamento**
Sinônimos *Português*:	Conduta
Categoria:	F01.145
Definição *Português*:	A resposta observável de uma pessoa diante de qualquer situação.
Nota de Indexação *Português*:	somente humano; comportamento animal = COMPORTAMENTO ANIMAL; "terapia de comportamento" = TERAPIA COMPORTAMENTAL
Relacionados *Português*:	Genética Comportamental
Qualificadores Permitidos *Português*:	classificação ética efeitos de radiação efeitos de drogas fisiologia
Número do Registro:	1538
Identificador Único:	D001519

Chamamos atenção para o fato de que o enunciado definidor desse descritor inicia com “A resposta...” deixando implícito um antes e apagando o agente. Quem responde, responde a algo/alguém ou por algo/alguém, como nos exemplos: “João respondeu à pergunta.”; “João respondia diretamente ao chefe da seção.”; “João responde pelos filhos.”. Uma resposta é uma reação a algo/alguém e/ou uma responsabilização por algo/alguém de alguma coisa. Para ser um comportamento a resposta deve ser observável indicando, pelo não dito, que existem respostas não

observáveis e deve ser de uma “pessoa”, não de um animal (neste caso o descritor é “Comportamento Animal” como está explicado na “Nota de Indexação”), nem de um objeto.

A sinonímia desse descritor – “Conduta” – traz outros aspectos para reflexão: a família parafrástica onde “Comportamento” pode ser localizado. Nesta família funcionam palavras como: comportamento, conduta, procedimento, atuação, reação, ação, resposta. Esta sempre pressuposto um agente para cada uma dessas palavras derivadas, de um modo geral, de um verbo: comportar, proceder, atuar, reagir, agir, responder. “Conduta”, no entanto, não tem verbo nenhum a ela relacionado. O verbo “condutar” que existe no português, tem o significado dicionarizado de “1. comer (pão) com algum conduto (alimento).” (Houaiss eletrônico) Então o que é conduta? No dicionário, “conduta” aparece com a rubrica “estatística” e “termo militar” com o sentido de condução, transporte escoltado e também como “4. (sXVI) modo de agir, de se portar, de viver; procedimento.” (Houaiss eletrônico). E no discurso jurídico “conduta” é utilizado preferencialmente como sinônimo de comportamento para descrever atos transgressores da ordem política, administrativa, social como “conduta criminosa”, “conduta anti-jurídica”, “conduta agressiva”. Esta palavra gerou o termo condutismo usado como sinônimo de behaviorismo.

Os descritores que compõem o espaço da Psicologia na hierarquia do DeCS trazem novos elementos para nossa reflexão.Vamos, então, analisar a hierarquia do DeCS relacionada à Psicologia privilegiando os seguintes descritores e os descritores a eles subordinados: “Psicologia”, “Psicologia Aplicada”, “Teorias psicológicas”.

Para a percepção da estrutura hierárquica dos descritores estaremos utilizando uma numeração que mostra a subordinação dos itens , ou seja, o nível hierárquico em

que está localizado o descritor. A numeração adotada não é aquela usada no DeCS, mas foi construída por nós como um procedimento de análise.

1. Ciências do Comportamento +
    - 1.1. Medicina do Comportamento
    - 1.2. Pesquisa Comportamental
    - 1.3. Etologia
    - 1.4. Genética Comportamental +
    - 1.5. Parapsicologia
    - 1.6. Psiquiatria +
    - 1.7. Psicolingüística +
    - **1.8. Psicologia +**
        - 1.8.1. Psicologia do Adolescente
        - 1.8.2. Psicologia da Criança
        - 1.8.3. Ciência Cognitiva
        - 1.8.4. Etnopsicologia
        - 1.8.5. Psicologia Clínica
        - 1.8.6. Psicologia Comparada
        - 1.8.7. Psicologia Educacional
        - 1.8.8. Psicologia Experimental
        - 1.8.9. Psicologia Industrial +
        - 1.8.10. Psicologia Médica
        - 1.8.11. Psicologia Social
    - 1.9. Psicopatologia
    - 1.10. Psicofarmacologia
    - 1.11. Psicofísica +
    - 1.12. Psicofisiologia +
    - 1.13. Sexologia +
    - 1.14. Ciências Sociais +
    - 1.15. Sociobiologia (DeCS, *online*)

O descritor “Psicologia” é referido às ciências do comportamento. Podemos observa-lo, agora, em um outro lugar, em uma outra série de saberes e disciplinas. Como o DeCS é um vocabulário hierarquizado, nesta série das “Ciências do comportamento” este descritor está abaixo do descritor “Psiquiatria” e também do descritor “Parapsicologia” e acima de “Ciências Sociais” onde, em outras classificações, ele está incluído.

Observamos ainda que é da “Psicologia” as duas primeiras fases da vida, Infância e Adolescência, as aplicações (na clínica, na educação, na industria e na medicina), os métodos (experimental e comparada). É da “Psicologia”, ainda, a

“Etnopsicologia”, a “Psicologia Social” e uma ciência, a “Ciência da Cognição”. Este espaço da Psicologia que o DeCS, com os seus descritores, organiza e coloca numa rede mundial circunscreve uma ciência que tem dois objetos, como já vimos, – os processos mentais e o comportamento, e que elabora um conhecimento sobre a infância e a adolescência que é aplicado na clínica, na educação, na industria e na medicina, utilizando dois métodos – o experimental e o comparado – e que é utilizada ainda nos estudos antropológicos e sociais.

Quando descrevemos e analisamos o descritor “Processos mentais” (na p. 106) observamos que o descritor “cognição” é o primeiro processo mental da série de processos mentais considerados pelo DeCS e agora, na série que compõe o descritor “Psicologia” encontramos a “’Ciência da Cognição”’, essa ciência que considera os processos mentais como “processamento de informação humano”.

Observamos nesse descritor “Psicologia” e nos descritores a ele subordinados uma ênfase nos usos da Psicologia, ligando-a, de modo pragmático, ao funcionamento da vida em sociedade.

Vamos então à estrutura hierárquica do descritor “Psicologia Aplicada”, (mencionando, para a comparação com o descritor “Psiquiatria”, que não existe no DeCS o descritor correspondente, ou seja, “Psiquiatria Aplicada”), e também à hierarquia do descritor “Teorias psicológicas” que, como pode ser visto abaixo, estão, ambos, subordinados ao descritor de primeiro nível “Fenômenos e processos psicológicos”:

1. **Fenômenos e Processos Psicológicos +**
    - 1.1. Competência Mental
    - 1.2. Saúde Mental
    - 1.3. Processos Mentais +
    - 1.4. Autonomia Pessoal
    - 1.5. Parapsicologia +
    - 1.6. Psicolinguística +
    - **1.7. Teoria Psicológica +**

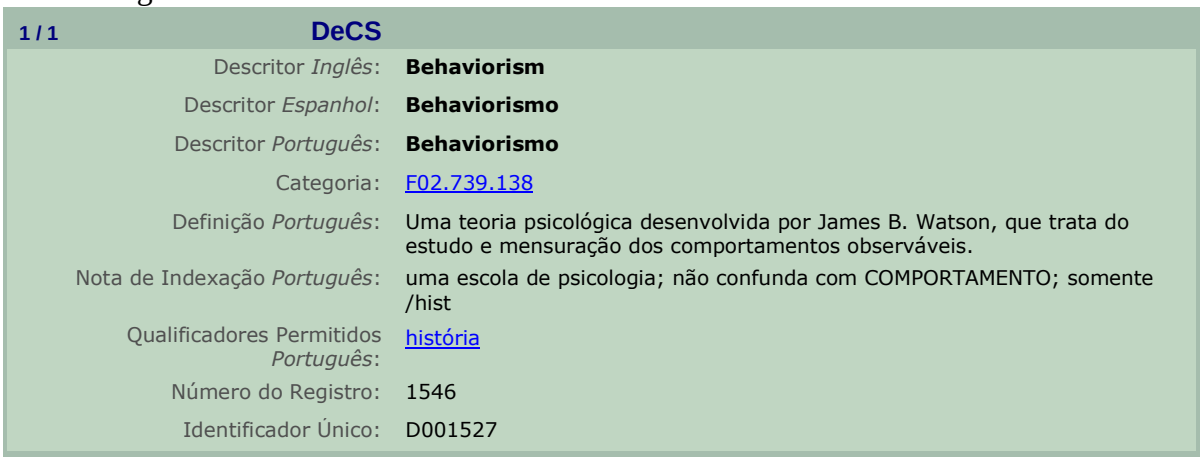
1.7.1. Behaviorismo
1.7.2. Existencialismo
1.7.3. Teoria Gestáltica
1.7.4. Teoria da Construção Pessoal
1.7.5. Teoria Psicanalítica +

1.8. Psicologia Aplicada

1.8.1. Aconselhamento +
1.8.2. Psicologia Criminal +
1.8.3. Engenharia Humana +
1.8.4. Psicologia Educacional +
1.8.5. Psicologia Industrial +
1.8.6. Psicologia Militar
1.8.7. Desempenho Psicomotor + (DeCS, *online*).

Começando com o descritor "Teoria psicológica" vamos observar a descrição do primeiro e do último descritor dessa hierarquia: "Behaviorismo" e "Teoria psicanalítica", agora servindo-nos das descrições do DeCS:

Figura 15 – Descritor Behaviorismo



1 / 1	DeCS
Descritor *Inglês*:	**Behaviorism**
Descritor *Espanhol*:	**Behaviorismo**
Descritor *Português*:	**Behaviorismo**
Categoria:	F02.739.138
Definição *Português*:	Uma teoria psicológica desenvolvida por James B. Watson, que trata do estudo e mensuração dos comportamentos observáveis.
Nota de Indexação *Português*:	uma escola de psicologia; não confunda com COMPORTAMENTO; somente /hist
Qualificadores Permitidos *Português*:	história
Número do Registro:	1546
Identificador Único:	D001527

Figura 16 – Descritor Teoria Psicanalítica

1 / 1	DeCS
Descritor *Inglês*:	**Psychoanalytic Theory**
Descritor *Espanhol*:	**Teoria Psicoanalítica**
Descritor *Português*:	**Teoria Psicanalítica**
Sinônimos *Português*:	Caráter Oral
Categoria:	F02.739.794
Definição *Português*:	Sistema conceitual desenvolvido por Freud e seus seguidores, no qual considera-se que as motivações inconscientes dão forma ao desenvolvimento da personalidade e ao comportamento normais e anormais.
Nota de Indexação *Português*:	primário; sem qualif; /hist = PSICANÁLISE /hist; diferencie de INTERPRETAÇÃO PSICANALÍTICA na qual a teoria está em um nível mais universal, menos subjetivo
Precoord *Português*:	Teoria Psicanalítica/história use Psicanálise/história
Número do Registro:	12011
Identificador Único:	D011574

É interessante observar que o “Behaviorismo” é definido como uma “teoria” e uma “escola”, como está na “’Nota de Indexação”, enquanto a “Teoria psicanalítica” é definida como um “’sistema conceitual”. Pelo deslizamento de sentidos é introduzido o termo “comportamento” e a questão do normal e anormal, estranhos à Psicanálise. Temos aí uma leitura psicologizante, de linha comportamental, da Psicanálise. O relacionamento entre o behaviorismo e “Watson” indica o chamado behaviorismo metodológico que se contrapõe/compõe com o behaviorismo radical de Skinner.

Marx e Hillix (1998) trazem para nossa reflexão a interpretação que fazem desses behaviorismos:

> Metodológico – “De um modo geral, a posição sistemática segundo a qual todas as funções psicológicas podem ser explicadas em termos de reações musculares e secreções glandulares, e *nada mais*;” (p. 740). (Itálico no original).
>
> Radical – “a posição filosófica que nega a existência da mente – uma espécie de monismo físico.” (p. 740).

Observamos, assim, que nesta hierarquia das teorias psicológicas, o behaviorismo metodológico de Watson ocupa a posição superior, apontando para uma concepção fisiológica/funcionalista das teorias deste campo.

Retomando o descritor “Teoria psicanalítica” (hierarquicamente a última), chamamos atenção para a ambigüidade do item “Sinônimos português: caráter oral”, indicando uma relação sinonímica entre a Teoria psicanalítica e um caráter fixado na fase oral, ou seja, na primeira fase do desenvolvimento libidinal e que tem como alvo pulsional a incorporação, considerada por Laplanche e Pontalis (1983) como “...matriz da introjeção e da identificação.” (p. 310).

A “Nota de indexação” desse descritor alerta o indexador para diferenciar o descritor “Teoria psicanalítica” do descritor “Interpretação psicanalítica” por que um deles (não se sabe qual) seria mais “universal” e menos “subjetivo” do que o outro. Talvez a leitura do descritor “Interpretação psicanalítica” nos ajude a compreender os sentidos que aqui estão funcionando e estabelecendo um espaço que se quer científico:

Figura 17 – Descritor Interpretação Psicanalítica

1 / 1	**DeCS**
Descritor *Inglês*:	**Psychoanalytic Interpretation**
Descritor *Espanhol*:	**Interpretación Psicoanalítica**
Descritor *Português*:	**Interpretação Psicanalítica**
Categoria:	F04.628
Definição *Português*:	Utilização das teorias freudianas para explicar vários aspectos psicológicos da arte, literatura, material biográfico, etc.
Nota de Indexação *Português*:	primário; sem qualif; não confunda com TEORIA PSICANALÍTICA na qual a teoria é em um nível mais universal
Precoord *Português*:	Interpretação Psicanalítica/história use Psicanálise/história
Número do Registro:	12010
Identificador Único:	D011573

Fica compreendido, assim, que o “menos subjetivo” é a teoria. Vamos observar o que é dito em outro lugar, no *Vocabulário da psicanálise* de Laplanche e Pontalis (1983) sobre o sintagma “interpretação psicanalítica”:

> A) Destaque pela investigação analítica, do sentido latente existente nas palavras e nos comportamentos de um indivíduo. A interpretação traz à luz as modalidades do conflito defensivo e, em última análise, tem em vistas o desejo que se formula em qualquer produção do inconsciente. (p. 318).

O apagamento da Psicanálise fica evidenciado na leitura da “interpretação psicanalítica” como trabalho literário. Isto aponta para uma concepção de ciência onde não cabe o sujeito trágico que ela propõe, o sujeito em permanente conflito com sua finitude, com sua sexualidade, com o outro e o Outro. Nas Ciências da Saúde cabe a Psicologia elaborada pelo/no método científico empírico-positivista.

Prosseguindo, vamos replicar abaixo a estrutura hierárquica do descritor “Psicologia Aplicada”:

1.8.Psicologia Aplicada
- 1.8.1.Aconselhamento +
- 1.8.2.Psicologia Criminal +
- 1.8.3.Engenharia Humana +
- 1.8.4.Psicologia Educacional +
- 1.8.5.Psicologia Industrial +
- 1.8.6.Psicologia Militar
- 1.8.7.Desempenho Psicomotor + (DeCS, *online*).

Observamos que a primeira aplicação da Psicologia é o “Aconselhamento” seguida das aplicações na área jurídica, educacional, industrial, militar. O aconselhamento parece ser uma representação comum da prática psicológica já que surge também nos *sites* das livrarias virtuais em títulos de auto-ajuda classificados como Psicologia.

É interessante, quando estamos no espaço da “Psicologia Aplicada” o item 1.8.3. “Engenharia Humana”, reforçando a metáfora homem/máquina e o item 1.8.7. “Desempenho Psicomotor”. Este último, talvez possa ser compreendido como aplicação da Psicologia pela observação dos descritores a ele subordinados:

1.8.7. Desempenho Psicomotor
- 1.8.7.1. Destreza Motora
- 1.8.7.2. Análise e Desempenho de Tarefas (DeCS, *online*).

Essas aplicações da Psicologia em instituições normativas (jurídicas, educacionais, militares) e na análise dos tempos e processos de trabalho indica que o saber psicológico é usado para legitimar práticas de administração, de socialização

de adaptação às organizações/estruturas elaboradas no registro do social e evidenciadas como naturais.

Para finalizar, apresentamos uma reflexão geral sobre a Psicologia que o DeCS nos possibilita: A Psicologia é algo "menor". Menor que a Psiquiatria: esta faz diagnóstico e trata, enquanto a Psicologia aconselha e é aplicada como instrumento de legitimação. A doença – o transtorno mental – é o espaço da Psiquiatria e o espaço da Psicologia é o do comportamento, suas leis e regularidades e os mecanismos de controle e também os processos mentais reduzidos à cognição. É este saber sobre o comportamento que permite a Psiquiatria definir a saúde e a doença, a normalidade e a anormalidade? E por isto que no descritor "Psicologia e Psiquiatria" ela vem antes dizendo como o homem comporta e dando as bases para definir o comportamento transtornado, aquele que prejudica a adaptação?

A Psicologia é uma ciência desde que seja empírico/positivista. A não ser assim é literatura. O sujeito psicológico pensa autonomamente e comporta livremente sem nenhuma coerção, sem nenhuma determinação histórica e, portanto, política. Se ele transtorna é porque há uma desordem no pensamento, no sentimento; é porque seu comportamento adaptativo está funcionando errado.

E na atualidade no próprio espaço da "Psicologia científica" encontramos duas correntes que aparentemente se contrapõem e que pudemos observar nesta Psicologia que o DeCS organiza: o behaviorismo e o cognitivismo.

Dizem alguns que o behaviorismo morreu, que a hora agora é a do cognitivismo. No entanto, tem aqueles, como o presidente da prestigiada American Psychological Society, Roddy Roediger (2004), que pensam diferente. Ele publicou recentemente no Psychological Society Observer um artigo com o seguinte título: *O que aconteceu com o behaviorismo?*. Ao final de uma reconstituição geral da história do

behaviorismo e contrapondo-a à tendência cognitivista atual, ele se dirige aos psicólogos cognitivistas como ele, com as seguintes palavras:

> Cuidem do seu aprimoramento e leiam o livro Ciência e Comportamento Humano, escrito por Skinner há 50 anos atrás, que ainda é publicado. [...] Leiam o livro e celebrem o poder das análises comportamentais, mesmo se - e principalmente se - você for um daqueles psicólogos cognitivistas que acreditam que o behaviorismo é irrelevante, obsoleto e/ou que está morto; ele não está. (Roediger, 2004, ¶20).

Roediger (2004) conta que, antes de enviar este artigo para publicação, pediu o comentário de seus pares e um deles Endel Tulving enviou-lhe uma comunicação pessoal, localizando estas duas psicologias, e ele a cita:

> "Está bastante claro em 2004 que o termo "psicologia" agora designa pelo menos duas ciências bastante diferentes: uma do comportamento e outra da mente. Assim como outras ciências do comportamento, ambas lidam com criaturas vivas, mas a sua interseção é fraca, provavelmente não maior do que a que existia entre a psicologia e sociologia quando as coisas começavam.Ninguém jamais conseguirá juntar novamente estas duas psicologias, porque o seu objeto de estudo é diferente, seus interesses são diferentes e o entendimento do tipo de ciência com o qual elas trabalham é diferente. Por demais esclarecedor é o fato de que estas duas espécies se movimentaram para ocupar diferentes territórios, não dialogam uma com a outra (não mais) e seus membros não se associam.
> Este estado das coisas está exatamente do jeito que deve ser." (¶ 14)

Aí esta a Psicologia entre uma ciência do comportamento proposta nestes termos por Watson (1913) - "Acredito que podemos produzir uma psicologia, defini-la como o fez Pillsbury e nunca recuarmos desta definição: nunca usarmos os termos consciência, estados mentais, mente, conteúdos introspectivamente verificáveis, imagética e assemelhados" (p. 116) -, e uma ciência das mente – a cognitiva, que propõe modelos que "... se referem a um computador mágico na nossa cabeça..." (Roediger, 2004, ¶ 11), e ambas suportadas pela concepção de sujeito a-histórico.

Considerando que o *corpus* é sempre aberto, que a incompletude é constitutiva dos processos discursivos, em um determinado momento é necessário realizar o

recorte final e interromper a descrição e a análise com a convicção de que este corpus permanece a espera de outras leituras, de outras interpretações.

4. CONCLUSÃO

Esta dissertação teve início com um questionamento que articulava três problemáticas nascidas das experiências acadêmicas e profissionais: o sujeito, as tecnologias de informação e comunicação e o saber psicológico. O que as articulava era a questão da linguagem. Com o referencial teórico e metodológico da Análise de Discursos foi possível compreender que as tecnologias eram objetos simbólicos, basicamente discursivos, construídos com a linguagem, fossem elas artificiais ou naturais. Foi possível compreender,ainda, que a questão do sujeito se punha como ponto central na articulação dessas discursividades. Assim, a opção por uma análise discursiva da base de dados LILACS foi teórica: nesse espaço de leituras e escrituras era possível pensar a posição do sujeito e da Psicologia.

Este foi um trabalho intenso que teve início com o estudo dos sistemas psicológicos, que chamavam nossa atenção; inquietava-nos aquele conjunto aparentemente heterogêneo de posições epistemológicas e metodológicas. Fomos em busca da Psicologia que circulava na grande rede midiática, em busca dos discursos que a constituíam, ou não, como ciência. Procuramos compreender como funcionava a base de dados LILACS para significar a Psicologia de um modo em detrimento de todos os outros possíveis.

Assim observamos que no espaço dessa base de dados quatro posições enunciativas situavam os indivíduos empíricos que nelas fossem colocados: o lugar do institucional, o lugar do indexador, o lugar do usuário e o lugar do pesquisador – sujeitos leitores e autores - são definidos a partir de uma metodologia a ser seguida por todos eles, num processo homogeneizante das práticas de indexação, das práticas de leitura e de escritura.

Essas posições-sujeito são determinadas por condições históricas e sociais, e significadas na superfície lingüística, antes que os indivíduos daí passem a falar/ouvir, ler/escrever, em um processo de antecipação já organizado e gerido pelos manuais, guias, vocabulário temático. Já está dito o que cada um deve dizer/fazer do lugar de indexador, como também de usuário, de produtor de ciência. As possibilidades de subjetivação são assim controladas; a dispersão dos sujeitos em direção à unicidade é produzida para que se possa estabelecer o espaço objetivo da ciência. Podemos dizer, concordando com Foucault (1998), que a "vontade de verdade" elabora todo um conjunto de regras, técnicas, critérios, que definem o que pode ser dito e o como deve ser dito para que não se esteja fora das ciências. O discurso científico (o da objetividade, imparcialidade, homogeneidade) é amparado/reforçado pelo discurso da técnica (o da necessidade, o da compatibilidade, da instrumentalidade), pelo discurso administrativo (o da organização, classificação) e pelo discurso jurídico (o da responsabilidade).

Observamos, durante as análises efetuadas, como a ideologia naturaliza práticas históricas como as de cooperação científica, de indexação, de divisão do trabalho de leitura e escritura. O apagamento do político é construído pelas evidências de necessidades técnicas e operacionais.

Neste espaço científico que a LILACS elabora, o tema saúde, por assim dizer privado, é deslocado para uma questão das instituições e do Estado: a saúde pública, os serviços de saúde, as ações em saúde. Há uma outra ordem, inscrita nos objetos discursivas, que determina lugares e sentidos para os países que compõem o sistema LILACS e para os sujeitos constituídos nesses lugares enunciativos. Essa ordem é a ordem do discurso onde a ideologia se materializa, naturalizando o que é histórico.

Observamos, ainda, a leitura que é feita do que é ciência e científico. Como efeito dessa leitura há também a interpretação do que é Psicologia: a ciência do comportamento e dos processos mentais. Pensar assim a Psicologia, ou só pensá-la assim, é efeito histórico, ideológico. Pensando esta Psicologia que o DeCS nos traz, tivemos de nos haver com o sujeito psicológico dono e artífice do seu dizer, este sujeito que cabe nas ciências naturais porque dotado de autonomia, passível de ser separado de todos os objetos e seres, experimentado e controlado: um objeto natural. No entanto, como falante, o homem vive no registro do simbólico e ao apagá-lo e negá-lo, por esta abordagem biológica, bem como a historicidade que o constitui, tem-se como efeito a possibilidade de tratá-lo como os objetos das ciências naturais, reduzi-lo à ordem do imaginário: medi-lo, contá-lo, classificá-lo, controlá-lo em nome de uma ordem sócio-política que funciona, em certa medida, exatamente porque o coloca, sem que ele disso se aperceba, como "sujeito a" com a ilusão de ser "sujeito de". Ninguém grita "Basta!", ou melhor, quando alguém grita "Basta!" é classificado como transtornado e é medicalizado, aconselhado, socializado no/por um conjunto de discursos que se cruzam nos enunciados chamados científicos e que assim legitimam práticas políticas.

Vimos como o projeto da Psicologia de constituir-se como ciência tendo como um dos seus pressupostos básicos este sujeito do conhecimento, a-histórico, estabelece conseqüências epistemológicas evidenciadas no processo de ancoragem: é se suportando na biologia, na fisiologia, por exemplo, que a Psicologia constrói enunciados científicos. É porque referida a um sujeito racional, consciente, fundamento transcendental de todo conhecimento, que a Psicologia é chamada a ser ciência nos moldes da moderna elaboração e circulação do conhecimento. Quando o saber psicológico considera a historicidade do seu objeto, quando se refere ao

homem trágico que enfrenta no cotidiano a dor de viver, o *nonsense* da sua finitude e o olhar do outro como constitutivo da realidade imaginária do eu, quando assim fala, este saber fica fora da ciência e produz um conhecimento considerado menor e chamado “literatura”.

A prática discursiva da LILACS, representante do discurso científico que, na sociedade da informação e do conhecimento tem *status* privilegiado, trabalha pelo apagamento da des-razão, do inconsciente e do político. Cala-se, então, o que não é dizível no espaço da ciência. O sujeito do conhecimento, esta invenção da ciência moderna, elaborado na ordem do discurso como evidência, como fundamento de todo conhecimento, justifica o empirismo dominante: este sujeito vê, representa o que lhe é dado no espelho da mente; ele é consciente, racional e operatório.

Mas como a prática científica é prática de sujeitos falantes e a história é constitutiva da língua, foi possível observar o equívoco e a falha no dizer, que surgem como sintoma da contradição da forma-sujeito moderna: autônoma porque referida a um sujeito que sabe sem qualquer determinação e assujeitada porque constitutivamente histórica. No caso específico da Psicologia que a LILACS traz o que fica de fora é o sujeito sobredeterminado, histórico, a deriva, objeto da “literatura”. Quando apaga-se a história o sujeito vai junto, pois ele é constitutivamente histórico.

Gostaríamos de trazer para esta reflexão, e que talvez seja o mais significativo neste trabalho que pensa a Psicologia nas redes informatizadas, a questão da relação sujeito/linguagem no processo de formação do psicólogo. Esta questão, parece-nos não estar posta com a contundência necessária para os estudantes de Psicologia. Admitir que a ciência é uma prática lingüística e tematizar esta prática dentro do campo da Psicologia, como “comportamento verbal” como fez Skinner (1995)

reforça a concepção do sujeito técnico-operatório que toma a linguagem como instrumento operacional. Vimos nesta análise como a linguagem serve, como diz Pêcheux (!997b), para comunicar e para não comunicar, como por ela e nela os sentidos e os sujeitos são constituídos.

O trabalho apresentado, mais do que respostas, trouxe questionamentos outros que estão exigindo novas análises. Não há totalidade, não há fechamento. Há processos de significação, fustigando a vontade de verdade.

5. REFERÊNCIAS

Althusser, L.(1985). *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Lisboa, Portugal: Presença.

American Psychological Association – Disponível Internet: http://www.apa.org/about/.

Aurélio, B. H. F. (1975). *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.

Auroux, S. A. (1992) *Revolução sociológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora Unicamp.

Authier-Revuz, J. (1997). Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio. Em E. P. Orlandi, (Org.), *Gestos de leitura: da história ao discurso*. (B. S. C. Mariani [et al.], Trad.), (pp. 257-281). Campinas, SP: Editora Unicamp.

BIREME. (2001). *Guia de seleção de documentos para a base de dados LILACS.* São Paulo, SP: BIREME. Disponível Internet: www.bireme.br , Metodologia LILACS.

BIREME. (2003). *Manual do usuário*. São Paulo, SP: BIREME. Disponível Internet: http://www.bireme.br/bvs/P/manual/manual.htm.

BIREME. (2003a). *Manual de Indexação*. São Paulo, SP: BIREME. Disponível Internet: www.bireme.br , Metodologia LILACS.

Castells, M.(1999). *A sociedade em rede a era da informação: economia, sociedade e cultura.* (6ª ed.). (R. V. Majer, Trad.). São Paulo, SP: Paz e Terra.

Chartier, R. (1999). *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. (M. D. Priori, Trad.). Brasília, DF: Editora UNB.

Chartier, R. (2001). Prefácio. Em R. Chartier, (Org.), *Práticas da leitura*. (2ª ed.), (C. Nascimento, Trad.), (pp. 19-22). São Paulo, SP: Estação Liberdade.

Chartier, R. (2001a). Do livro à leitura. Em R. Chartier, (Org.), *Práticas da leitura*. (2ª ed.), (C. Nascimento, Trad.), (pp. 77-105). São Paulo, SP: Estação Liberdade.

Coimbra, C. E. A. (1999). Produção científica em saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 15(4). (pp. 883-898).

Colombo, F. (1991). *Os arquivos imperfeitos*. (B. Borges, Trad.). Coleção Debates. São Paulo, SP: Perspectiva.

Conselho Federal de Psicologia - CFP. (2000). *Resolução 017/2000*. Disponível Internet: http://www.pol.org.br/.

Cuenca, A. M. (1999). O usuário final da busca informatizada: avaliação da capacitação no acesso a bases de dados em biblioteca acadêmica. *Ciência da Informação*, 28 (3), (pp. 293-301). Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Cunha, I. M. R. F. (1987). Documentação africanista : linguagem e ideologia. *Ciência da Informação*, 16 (3), pp. 37-40. Brasília, DF: IBICT.

Edler, F. C. (2001). De olho no Brasil: a geografia médica e a viagem de Alphonse Rendu. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*. 8 (supl. 1), pp.925-43. Disponível Internet: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000500007&lng=pt&nrm=iso

Figueiredo, L. C. M.. (1991). *Matrizes do pensamento psicológico*. (10ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Foucault, M. (1997). *Arqueologia do saber*. (L. F. B. Neves, Trad.). (5ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Forense.

Foucault, M. (1998). *A ordem do discurso*. (4 ed.). (L. F. A. Sampaio, Trad.). São Paulo, SP: Loyola.

Foucault, M. (1999). *As palavras e as coisas* – uma arqueologia das ciências humanas. (8ª ed.). (S. T. Muchail, Trad.). São Paulo, SP: Martins Fontes.

Freire, C. F. (2001). A psicologia na modernidade tardia: o lugar vacante do outro. *Psicologia (USP)*, 12 (2). Disponível Internet: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

Freire, P. (1977). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo, SP: Paz e Terra.

Ginzburg, C. (1989). *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*". (F. Carotti, Trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Goulemot, J. M. (2001). Da leitura como produção de sentidos. Em R. Chartier (Org). *Práticas da leitura*. (2ª ed.), (C. Nascimento, Trad.), (pp. 107 a 116). São Paulo, SP: Estação Liberdade.

Guimarães, E. (2001). *Os estudos sobre linguagem – uma história das idéias*. Disponível Internet : http://www.comciencia.br/reportagens/linguagem/ling14.htm.

Guinchart, C. & Menou, M. (1994). *Introdução geral ás ciências e técnicas da informação e documentação*. Brasília, DF: IBICT.

Gregori, W. de (1984). *Cibernética Sócia II.* São Paulo, SP: Cortez.

Henry, P. (1997). Os fundamentos teóricos da "Análise automática do discurso" de Michel Pêcheux (1969). Em F. Gadet. & T. Hak (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* (B. S. Mariani, Trad.), (pp. 13-38). Campinas, SP: Editora Unicamp.

Henry, P. (1997a). A história não existe? Em E. P. Orlandi (Org.). *Gestos de leitura: da história ao discurso*. (B. S. C. Mariani [et al.], Trad.), (pp. 29-53). Campinas, SP: Editora Unicamp.

Herbert/Pêcheux, M. (1995). Observações para uma teoria geral das ideologias. *Rua*, 1, (pp. 63-89). Campinas, SP: Editora Unicamp.

Houaiss, A. (2002). *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0.5a. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva.

Laplanche, J. & Pontalis, J-B. (1983). *Vocabulário da Psicanálise*. (7ª ed.), (P. Tamen, Trad.), pp. 318-321. São Paulo, SP: Martins Fontes.

Lévy, P. (1993). *As tecnologias da inteligência- o futuro do pensamento na era da informática*. (C. I. Costa, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: 34.

Lévy, P. (1998). *Tecnologias intelectuais e modos de conhecer: nós somos o texto*. (C. Candido, Trad.). Disponível Internet: http://portoweb.com.br/PierreLevy/nossomos.html.

Livraria Saraiva. Disponível Internet: http://www.livrariasaraiva.com.br/.

Livraria Siciliano: http://www.siciliano.com.br/.

Lyotard, J. (2000). *A condição pós-moderna*. (6ª ed.). (R. C. Barbosa, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: José Olympio.

Lucas, C. R.(1997). Biblioteconomia: produção e administração da interpretação. *Ciência da Informação* (online), 26(1), (pp. 46-53). Disponível Internet: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651997000100007&lng=pt&nrm=iso.

Maingueneau, D. (1989). *Novas tendências em análise do discurso*. (F. Indursky, Trad.) Campinas, SP: Pontes; Editora UNICAMP,

Marx, M. H. & Hillix, W. A. (1998). *Sistemas e teorias em psicologia*. (A. Cabral, Trad.). São Paulo, SP: Cultrix.

Mendonça, E. S. (2000). A linguística e a ciência da informação: estudos de uma interseção. *Ciência da Informação* (online), 29(3), 50-70. Disponível Internet: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652000000300006&lng=pt&nrm=isso.

Orlandi, E. P. (1996). *Discurso e leitura*. (3ª ed.). Campinas, SP: Editora Unicamp.

Orlandi, E. P. (1999). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes.

Orlandi, E. P. (2004). *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. (4ª ed.). Campinas, SP: Pontes.

Pêcheux, M. (1990). A análise de discurso: três épocas (1983). Em F. Gadet, & T. Hak, (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* (B. S. Mariani [et all], Trad.),(pp. 311-319). Campinas, SP: Editora Unicamp.

Pêcheux, M. (1997). Ler o arquivo hoje. Em E. P. Orlandi, (Org.). *Gestos de leitura: da história ao discurso*. (B. S. C. Mariani [et all.], Trad.), (p. 55-66). Campinas/SP: Editora Unicamp.

Pêcheux, M. (1997a). *O discurso, estrutura ou acontecimento*. (E. P. Orlandi, Trad.). (2ª ed.). Campinas, SP: Pontes.

Pêcheux, M. (1997b). *Semântica e Discurso, uma crítica à afirmação do óbvio*. (E.P.Orlandi [et al.], Trad.).(2ª ed.). Campinas, SP: Editora Unicamp.

Pêcheux, M. (1997c). Análise automática do discurso. Em F. Gadet, & T. Hak, (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso, uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* (B. S. Mariani [et all.], Trad.), (p. 61-161). Campinas, SP: Editora Unicamp.

Pêcheux, M. & Fuchs, C. (1997). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas(1975). Em F. Gadet, & T. Hak, (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso, uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. (B. S. Mariani [et all.], Trad.), (p. 163-246). Campinas, SP: Editora Unicamp.

Pêcheux, M. (1999). Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. *Escritos*, 4, (pp. 8-16). Campinas, SP: Labeurb/Unicamp.

Postman, N. (1994). *Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia*. (R. Guarany, Trad.). São Paulo, SP: Nobel.

Roballo, S. (2001), *O outro lado da Síndrome de Asperger*. Dissertação não publicada, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF.

Roediger, R. (2004). *O que aconteceu com o behaviorismo?* R. R. Starling (Trad.).Disponível Internet: http://www.redepsi.com.br/portal/modules/sections/index.php?op=viewarticle&artid=141. Original publicado no American Psychological Society Observer (APS Observer), 17 (3). Disponível Internet: http://www.psychologicalscience.org/observer/.

Rosas, P.. (2001). Instruções redatoriais e a indexação em publicação periódica. Em S. Goldemberg; C. A. Guimarães & A. A. Castro (Eds.). *Elaboração e apresentação de comunicação científica.* [Livro online], parte 1, item 3. Disponível na Internet: www.metodologia.org.

Roudinesco, E. (2000). *Por que a psicanálise?.* (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.

Sayão, L. F. (1996). Bases de dados: a metáfora da memória científica. *Ciência da Informação*, 25(3), pp. 232-239. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Schultz, D. P. & Schultz, S. E. (2002). *História da psicologia moderna*. (A. U. Sobral e M. S. Gonçalves, Trad.). São Paulo, SP: Cultrix.

Testa, J. (1999). Melhor visibilidade para o público-alvo de uma revista. *Revista Brasileira de Psiquiatria*.(online), 21 (4), pp.193-193. Disponível Internet:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44461999000400003&lng=pt&nrm=iso

Watson, J. B. (1913). *Psychology as the Behaviorist Views it*. Original publicado no *Psychological Review, 20,* pp.158-177. Disponível Internet: http://psychclassics.yorku.ca/Watson/views.htm.

ANEXO

bvs@BIREME.br english | español

BIREME • OPAS • OMS

BVS Temas
- Adolescência
- Ambiente
- Ciência e Saúde

BVS Países
- Argentina
- Brasil
  - História da Saúde
  - Psicologia
  - Saúde Pública
  - Vigilância Sanitária
- Colombia
- Cuba
- Espanha
- Honduras
- México
- Perú

Iniciativas em desenvolvimento

- **literatura científica**
  pesquisa em bases de dados
  pedidos de fotocópias-SCAD
  portal de revistas científicas
  SciELO.org
- **localizador de informação em saúde**
- **terminologia em saúde**
- **observatório tecnológico**
- **diretório de eventos**
- **sobre a BIREME**
- **sobre a BVS**
  metodologia LILACS
  documentação
  eventos: reuniões BVS, CRICS, ...
  catálogo de produtos
- **sugestões**

Curso Virtual de Pesquisa na BVS

Curso Metodologia LILACS para a Rede Brasileira

II Reunión Regional de la Red SciELO / IFSE-12

SNBU, Natal X Reunião Rede BIREME

ICML9 | CRICS 7
9º Congresso Mundial de Informação em Saúde e Bibliotecas

Biblioteca Cochrane

SCAD
Serviço Cooperativo de Acesso a Documentos

SciELO
Scientific Electronic Library Online

LILACS Express

Catálogo de Produtos

BIREME é um Centro Especializado da OPAS,
estabelecido no Brasil desde 1967, em colaboração com
Ministério de Saúde, Ministério da Educação,
Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo e
Universidade Federal de São Paulo